



monografia
IFCH UNICAMP
n. 19 - 2011

laura peraza mendes

Guerras contra Palmares:
um estudo das expedições realizadas entre 1654 e 1695

laura peraza mendes

MONOGRAFIA
IFCH/UNICAMP
SETOR DE PUBLICAÇÕES

ISSN: 2236-9759

Diretora: Profa. Dra. Nádia Farage
Diretor Associado: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Comissão de Publicações

Coordenação Geral:
Prof. Dr. Sidney Chalhoub
Coordenação da Coleção Idéias:
Profa. Dra. Neri de Barros Almeida
Coordenação da Coleção Trajetórias:
Prof. Dr. Alvaro Bianchi
Coordenação das Coleções Seriadadas:
Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira
Coordenação das Coleções Avulsas:
Profa. Dra. Guíta Grin Debert
Coordenação da Coleção Clássicos:
Profa. Dra. Nádia Farage

Representantes dos Departamentos

Profa. Dra. Profa. Neri de Barros Almeida – DH
Prof. Dr. José Carlos Pinto de Oliveira – DF
Prof. Dr. Alvaro Bianchi – DCP
Profa. Dra. Guíta Grin Debert – DA
Profa. Dra. Nádia Farage – DA

Representantes dos funcionários do Setor de Publicações e Gráfica

Maria Cimélia Garcia e Marcílio C. de Carvalho

Representante discente

Gabrieli Simões (graduação) e Rodrigo Bulamah (pós-graduação)

Setor de Publicações

Maria Cimélia Garcia, Maria Aparecida Palma de Lima e Hilda Sigala Pereira

Gráfica

Marcílio C. de Carvalho, Marcos J. Pereira, Cleusa Leite de Campos Schetini, Marcelo Santos Bolla e Samuel Ferreira

Projeto da capa e miolo

Maria Cimélia Garcia, Bryan Félix da Silva e Bruno Penteado C. T. da Silva

Referência Imagem

MARCGRAF, Georg. *Praefecturae de Paraiba, et Rio Grande* [detalhe]. [Gravura, p&b; 42,00x54,00 cm em folha de 51,50x63,00 cm]. Publicado em: Kaspar van Baerle. *Casparis Barlaei rerum per octennium in Brasilia... historia*. Amstelodami: ex typographeio Joannis Blaev, 1647. Cópia pública disponibilizada pela Biblioteca Nacional de Portugal, em <http://purl.pt/4067>; acesso em 30/09/2011.

Editoração e finalização capa e miolo

Setor de Publicações do IFCH

Endereço para correspondência

IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Rua Cora Coralina s/n.
CEP: 13083-896 – Campinas – SP
Tel. / Fax.: Livraria (19) 3521.1604 / Publicações (19) 3521.1603
pub_ifch@unicamp.br
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

Laura Peraza Mendes

**Guerras contra Palmares: um estudo
das expedições realizadas entre 1654 e 1695**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

PROF^a DR^a SILVIA HUNOLD LARA
Orientadora

Campinas, 2011

[banca]

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti

Profa. Dra. Milena Fernandes Maranhão

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as expedições militares enviadas pelo poder colonial e por moradores de Pernambuco para tentar destruir as comunidades de escravos fugitivos comumente chamadas de “quilombo de Palmares”, existentes na capitania no século XVII. A maioria dos autores que se dedicaram ao estudo do tema teceu uma interpretação na qual se destaca a existência de apenas uma guerra contra os palmarinos, iniciada desde os primeiros anos da formação dos mocambos e finalizada apenas nos últimos anos do século XVII. Utilizando fontes administrativas do Conselho Ultramarino e da capitania de Pernambuco, procurou-se testar a hipótese de que houve várias guerras contra os mocambos de Palmares, motivadas por diferentes contextos econômicos, políticos e administrativos da capitania de Pernambuco e da sua relação com Portugal.

Palavras-chave

Brasil – Período Colonial. Expedições Militares. Palmares

[sumário]

[agradecimentos]	11
[introdução]	13
[capítulo um] – As expedições entre 1654 e 1695	23
1 – Identificando Palmares	26
2 – As guerras contra Palmares	33
3 – Expedições militares, de socorro e diplomáticas	36
4 – Ordens iniciais	49
5 – Financiamentos	53
[capítulo dois] – A configuração militar das expedições	59
1 – Formação das tropas	61
2 – Táticas militares	73
3 – Motivações	81
[capítulo três] – Três expedições em foco	87
1 – As expedições de 1664, 1677 e 1694	88
2 – Regimentos e Contratos	104
3 – Diferentes governos, diferentes expedições, diversas guerras	110
[conclusão]	125
[fontes e bibliografia]	133

[tabelas e gráficos]

[tabela 1] – Expedições mencionadas por Edison Carneiro para o período de 1654 a 1695	37
[tabela 2] – Expedições encontradas nas séries pesquisadas que não são mencionadas na bibliografia	39
[tabela 3] – Expedições encontradas na bibliografia, mas que não foram encontradas nas séries pesquisadas	40
[tabela 4] – Quantidade de expedições militares por tipo de ordem inicial	50
[tabela 5] – Homens que participaram de mais de 3 expedições enviadas contra Palmares	63
[gráfico 1] – Expedições militares planejadas ou executadas pelos governadores de Pernambuco (por ano)	130

[agradecimentos]

A Deus, aos meus pais, ao meu irmão, ao Marcus e aos meus amigos de São José dos Campos por terem apoiado minha estada em Campinas durante os anos da graduação.

À professora Silvia Lara, por ter me dado a primeira oportunidade de entrar no mundo da pesquisa histórica, e por ter me orientado na Iniciação Científica e nesta Monografia, com conselhos e idéias fundamentais para a minha formação acadêmica.

À Carol, Irene e Joice, por estarem comigo durante as alegrias e desesperos das aulas, provas, trabalhos e estágios, e por terem compartilhado também vários almoços, cafés e momentos de descanso.

À Flávia, ao Vinicius e aos pesquisadores e bolsistas do Cecult, que me ajudaram durante a pesquisa, e aos professores da graduação, que me ensinaram vários aspectos do ofício do historiador.

Às professoras Leila Mezan Algranti e Milena Fernandes Maranhão por terem composto a banca na defesa desta Monografia, e por terem contribuído com sugestões, comentários e incentivos valiosos para este trabalho.

[introdução]

No início do século XVIII, a participação nas lutas contra Palmares ainda era mencionada como argumento por pessoas que requeriam mercês à Coroa¹. Nesse mesmo período, o acadêmico Sebastião da Rocha Pita, nascido em Salvador, incluía em sua *História da América Portuguesa*² uma pequena narrativa sobre os mocambos palmarinos. Publicada pela primeira vez em 1730, essa obra dedicada ao rei dom João V abrange o período entre 1500 e 1724, e traz Palmares como mais um dos muitos episódios de vitória dos portugueses na América.

A visão da derrota dos palmarinos como algo positivo para o desenvolvimento da história do Brasil permaneceu dominante até o século XIX, principalmente por meio da produção dos institutos históricos regionais. A história de Palmares foi utilizada pelos autores filiados a esses institutos para discutir a importância de Pernambuco e de São Paulo no desenvolvimento da colonização, sendo para isso dada grande importância à última grande expedição enviada contra os mocambos, em 1694, da qual participaram “paulistas” e “pernambucanos”³.

Por outro lado, no final do século XIX, a valorização de Palmares e dos palmarinos iniciou-se de modo discreto, por meio de escritos abolicionistas. Joaquim Nabuco e Castro Alves, por exemplo, fizeram menções a Palmares como um símbolo de liberdade⁴. Porém, a formação de novas sociedades em mocambos não era o modelo de liberdade que os abolicionistas mais influentes

¹ Ver, por exemplo, o requerimento de Domingos Rodrigues da Silva de 9 de setembro de 1728 (AHU_ACL_CU_015, Cx. 37, D. 3356) e o de Luís Ferreira de Moraes, este para a confirmação da carta de sesmária dada a seu pai pelos seus serviços contra Palmares. 12 de janeiro de 1778 (AHU_ACL_CU_015, Cx. 128, D. 9724).

² Sebastião da Rocha Pita. “Livro Oitavo”. *História da América Portuguesa desde o anno de 1500, do seu descobrimento, até o de 1724*. [1730] 2ª ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950, pp. 294-303.

³ Para a análise desse debate, que percorreu o século XIX principalmente em textos do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, de Francisco Adolfo de Varnhagen e de Afonso de Escragnole Taunay, ver Andressa Mercês Barbosa dos Reis. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2004, pp. 48-50.

⁴ Sílvia Hunold Lara. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009, pp. 6-7.

do período defendiam para os escravos. O medo da rebeldia esteve muito presente nos debates acerca da abolição da escravidão, sendo compartilhado por defensores e opositores do fim da escravidão, condicionando o modo como esta acabou no Brasil⁵.

Foi após o fim legal da escravidão, portanto, que a história de Palmares ganhou maior destaque, principalmente com a obra do médico e antropólogo Raimundo Nina Rodrigues. Seguindo as tendências da época, Rodrigues interessou-se pelas diferenças antropológicas das raças e suas contribuições para a sociedade brasileira. Em 1905, pouco antes de morrer, o autor terminou a sua obra *Os africanos no Brasil*⁶, na qual incluiu um capítulo dedicado a Palmares⁷. O texto faz o primeiro “balanço historiográfico” da produção sobre Palmares, dando destaque às raízes africanas da cultura de seus habitantes. Nele, as expedições militares também são analisadas, assim como as várias versões para a morte de Zumbi e os significados dos termos “Ganga Zumba” e “Zambi”⁸.

Apesar de Nina Rodrigues definir Palmares como a mais importante “sublevação negra” ocorrida antes do século XIX, a visão da destruição dos mocambos como algo positivo para o desenvolvimento da sociedade brasileira permanece em sua obra. Segundo ele, as armas portuguesas e coloniais impediram que os mocambos de Palmares se tornassem um obstáculo ao desenvolvimento da “civilização” e do “futuro povo brasileiro”⁹. Apesar disso, as contribuições de Nina Rodrigues foram muito importantes para a historiografia de Palmares, principalmente devido às suas análises

⁵ Sobre isso ver Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*. [1905] 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

⁷ O capítulo “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX: Palmares” traz, com pequenos acréscimos, o artigo de Nina Rodrigues intitulado “A Tróia Negra: erros e lacunas na história de Palmares”, publicado primeiramente no *Diário da Bahia*, de 20, 22 e 23 de agosto de 1905, e posteriormente na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, n. 63, set., 1904, pp. 645-672.

⁸ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, pp. 80-87; 91-93. As grafias dos nomes palmarinos variam na historiografia. Para este trabalho, foram mantidas as grafias adotadas pelos autores apenas quando foi pertinente ao argumento. Nos outros casos foram utilizadas as formas “Zumbi” e “Gangazumba”.

⁹ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, p. 78.

antropológicas da organização política, social e cultural dos mocambos palmarinos, que serviram de base para a maioria dos estudos posteriores¹⁰.

Outro autor do início do século XX que valorizou a destruição de Palmares foi o pesquisador português Ernesto Ennes. Em uma de suas obras sobre Palmares, escrita com o objetivo de divulgar documentos localizados no Arquivo Histórico Colonial (atual Arquivo Histórico Ultramarino), ele afirmou ser muito importante estudar a contribuição do negro para a colonização portuguesa na América, e classificou Palmares como “uma das mais importantes de suas revoltas contra os dominadores”¹¹. Apesar disso, assim como em Nina Rodrigues, na obra de Ennes a civilização e a colonização foram mais valorizadas do que Palmares. O autor português resumiu do seguinte modo o que para ele representa a história de Palmares: a “ânsia, uns de se libertarem da escravidão e do domínio; outros, de civilizarem, colonizarem e os encaminhareem na senda do progresso”¹². Dentre as duas forças, venceu a do “progresso”, fato comemorado pelo autor.

No Brasil, a ênfase culturalista nas interpretações sobre Palmares – iniciada por Nina Rodrigues – teve continuidade em meados do século XX, principalmente com a obra de Edison Carneiro *O Quilombo dos Palmares*¹³, publicada pela primeira vez em 1946. Nesse livro dedicado inteiramente a Palmares, o autor afirmou ser este o exemplo da tentativa mais duradoura de autogoverno dos negros no Brasil¹⁴. Segundo sua interpretação, por meio de um processo de “contra-aculturação”, os escravos puderam resistir à escravidão e construir, na América, um Estado com características políticas e culturais africanas (principalmente bantu). Desse modo, ele valorizou, ao mesmo tempo, a cultura e a rebeldia palmarinas¹⁵.

Apesar de o livro de Carneiro ter se tornado uma referência para os estudos posteriores, na segunda metade do século XX o debate acerca da

¹⁰ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 84.

¹¹ Ernesto Ennes. *Os Palmares (Subsídios para a sua história)*. Lisboa: I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. 5^a Secção, 1937, p. 5.

¹² Ernesto Ennes. *Os Palmares (Subsídios para a sua história)*, p. 5.

¹³ Edison Carneiro. *O Quilombo dos Palmares*. [1947] 2^a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

¹⁴ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 41.

¹⁵ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 87.

cultura em Palmares perdeu força. A vertente historiográfica que mais se desenvolveu foi a que valorizou a luta dos escravos pela liberdade, dando, com isso, uma maior conotação política à história de Palmares. Ainda na década de 1950, os autores Clóvis Moura e Benjamin Perét¹⁶ analisaram a fuga dos escravos e a formação de quilombos sob a ótica da luta de classes, concebendo Palmares como um exemplo de luta pela liberdade¹⁷.

Esse modo de interpretar a história palmarina foi consolidado na obra de Décio Freitas *Palmares: a guerra dos escravos*¹⁸. Nesse livro, a história de Palmares é narrada cronologicamente, entrecortada por análises pontuais sobre a escravidão e a situação sócio-econômica na região de Pernambuco. No último capítulo, porém, a narrativa da “epopéia palmarina” dá lugar a uma análise acerca do caráter classista dos escravos de modo geral, e mais especificamente daqueles que habitaram Palmares¹⁹. Apesar de manter o tom épico da história palmarina já presente na historiografia, e de valorizar a luta dos escravos, Décio Freitas concluiu que os escravos não obtiveram sucesso. Seguindo tendências do debate historiográfico e sociológico das décadas de 1960 e 70, ele afirma que a derrota ocorreu porque os escravos não haviam formado uma classe social coesa capaz de abranger a todos; por essa razão, o movimento não tinha um perfil revolucionário, necessitando de uma força externa para pôr um fim ao “impasse histórico” em que se encontrava²⁰.

Esse, porém, não foi o único enfoque dado à história palmarina entre as décadas de 1960 e 1970. A busca por entender as relações culturais entre a África e os habitantes de Palmares, iniciada principalmente com os estudos culturalistas de Edison Carneiro e Arthur Ramos, foi retomada e aprofundada

¹⁶ Clóvis Moura. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* [1959]. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988; Benjamin Perét. “O que foi o quilombo de Palmares?” *Anhemi*, 65, abr./1956, pp. 230-249, e 66, mai/1956, pp. 467-486.

¹⁷ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cacaú*, p. 88.

¹⁸ Décio Freitas. *Palmares: a guerra dos escravos*. [1973]. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.

¹⁹ Décio Freitas. “Os que preferiram morrer” *Op. Cit.*, p. 186. Ivan Alves Filho radicaliza essa interpretação classista de Décio Freitas, ao afirmar ter sido Palmares a primeira luta de classes do Brasil. (Ivan Alves Filho. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988, p. xiii).

²⁰ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 187, 195.

por Raymond K. Kent, em 1965²¹. Para o africanista, os fundadores de Palmares eram falantes de línguas bantu, por serem provenientes da região Congo-Angola²². Seu grande feito teria sido formar um sistema político que por quase um século foi capaz de governar africanos de várias etnias e também pessoas nascidas no Brasil, construído a partir de vários modelos da África Central²³.

Também interessado nas influências africanas na América, o brasilianista Stuart B. Schwartz deu especial atenção ao termo “quilombo” e à sua utilização na documentação referente tanto a ambos os continentes²⁴. Segundo Schwartz, o termo – significando acampamento de guerra em mbundu – está relacionado ao “ki-lombo”, instituição imbangala²⁵ que teria permitido a criação de laços entre pessoas de várias origens étnicas, com base na organização militar. Desse modo, para o autor, ao designar Palmares de “quilombo” somente a partir do final do século XVII e assim continuar a chamar as comunidades de escravos fugitivos posteriores, os agentes coloniais reconheceram a estratégia política dos escravos de formar novas redes de solidariedade, inspiradas em modelos africanos²⁶.

Porém, essa dimensão política da experiência africana dos escravos trazidos ao Brasil não foi tida como consenso por obras posteriores às de Schwartz, principalmente no caso da pesquisa de Robert N. Anderson²⁷.

²¹ Raymond K Kent. “Palmares: An African State in Brazil” *Journal of African History*, 6: 2 (1965), pp. 161-175.

²² Raymond K Kent. *Op. Cit.*, p. 166.

²³ Raymond K Kent. *Op. Cit.*, p. 175. Para uma análise mais detalhada das teses de Kent, ver Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 98-90.

²⁴ Os principais textos de Stuart B. Schwartz sobre o tema são: “The ‘Mocambo’: Slave Resistance in Colonial Bahia”. *Journal of Social History*, v. 3, n. 4 (1970): 313-333; “Black slaves in Palmares, Brazil – The mocambo revolt” *Histoire*, 41 (1982): 38-48; “Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial” *Estudos Econômicos*, 17, n. especial (1988): 61-88; “Repensando Palmares: resistência escrava na colônia” in *Escravos, roceiros e rebeldes*. (trad. do original de 1992) Bauru: Edusc, 2001, pp. 213-255.

²⁵ Os imbangala (ou jagas, como eram chamados pelos portugueses) eram grupos de guerreiros formados por pessoas que, devido às guerras na região do Congo e de Angola, foram desterradas, e passaram a formar um novo grupo. Nas comunidades imbangala, a estrutura social não era formada pelas linhagens, já que essas pessoas provinham de diversos povos desterrados, mas por uma rígida organização militar. (Stuart Schwartz. *Escravos, roceiros e rebeldes*, pp. 256-257; Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 95, 164)

²⁶ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 94-96.

²⁷ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 99.

Baseado principalmente na “Relação das guerras feita aos Palmares”²⁸, o autor norte-americano afirma que o quilombo representa a continuidade de elementos culturais africanos na América, e não uma estratégia de construção de laços entre pessoas sem linhagem. Isso porque, apesar da opção pela formação de um “quilombo”, a cultura em Palmares era crioula afro-brasileira, não havendo uma predominância de elementos culturais de Angola²⁹.

Mais recentemente, porém, o historiador norte-americano John K. Thornton retomou a busca pelos elementos políticos e culturais presentes em Palmares que poderiam ser originários da região do Congo-Angola. Thornton afirma que Palmares configurou-se um Estado com características singulares, que estavam sim relacionadas às culturas e aos modos de fazer política na África Central, mais precisamente ao modelo *mbundu* de Estado e de guerra³⁰.

A partir das décadas de 1980 e 90, houve mudanças importantes na historiografia brasileira sobre a escravidão. Novas dimensões da relação senhor-escravo foram analisadas por alguns historiadores, inspirados pelas obras de E. P. Thompson e de Eugene Genovese, trazendo a possibilidade de resgatar, através da pesquisa histórica, a experiência dos escravos e dos libertos³¹. As ações desses “atores sociais” passaram a ser interpretadas não como tentativas de revolta ou revolução fracassadas, mas como atos que tinham significados em si e lógicas próprias, relacionados às culturas coloniais e africanas.

Desse modo, foi possível olhar para a história dos quilombos de maneira mais ampla, entendendo-os não como um grupo isolado da sociedade

²⁸ Robert Anderson utiliza trechos da crônica anônima escrita em 1678 e intitulada “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678”, publicados por Edison Carneiro na primeira edição de sua obra *O Quilombo dos Palmares 1630-1695*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1947. (Robert N. Anderson. “The Quilombo of Palmares: A New Overview of a Marron State in Seventeenth-Century Brazil”. *Journal of Latin American Studies*. 28 (1996), p. 548).

²⁹ Robert N. Anderson. *Op. Cit.*, p. 556, 559, 565.

³⁰ John K. Thornton. “Les États de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”. *Annales HSS*, juillet-août 2008, n. 4, p. 792.

³¹ Sílvia H. Lara. “Blowin’ in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil” in *Projeto História*. São Paulo, n. 12, out/1995, p. 50-51, 56.

colonial, mas como uma comunidade na qual havia possibilidade de realizar intensas trocas comerciais e culturais com o “mundo exterior”³². No caso específico de Palmares, além das relações com os outros setores da sociedade pernambucana, procurou-se inserir sua história na do Atlântico Sul.

Seguindo essa tendência, o historiador Flávio dos Santos Gomes, em seu livro *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*, apesar de apresentar uma narrativa linear da história palmarina, com fins mais didáticos, procurou mostrar que os mocambos não eram sociedades isoladas, mas que participavam de redes comerciais construídas com moradores vizinhos, e possuíam elementos culturais compartilhados também com populações indígenas próximas³³. Além disso, o autor buscou contextualizar a história de outras comunidades de escravos fugitivos, incluindo nesse livro um capítulo dedicado a um panorama geral das comunidades fugitivas da América.

No Brasil, a historiadora Sílvia Hunold Lara enfocou em sua pesquisa o acordo de paz realizado em 1678 entre Gangazumba e o governo da capitania de Pernambuco. Além de acrescentar novos documentos ao debate historiográfico sobre Palmares, como as cartas escritas pelo governador Aires de Sousa de Castro para Gangazumba³⁴, a autora propôs novas possibilidades de interpretação do acordo, que levam em conta a cultura política dos escravos africanos enviados a Pernambuco, e o aprendizado do governo colonial nas lutas de dominação sobre as populações nativas no Brasil e na África. Desse modo, para Sílvia Lara, a importância do acordo de 1678, suas implicações e significados para os diversos envolvidos não podem ser compreendidas sem

³² Sobre isso, ver: Flávio dos Santos Gomes. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX*. Brasília: Imprensa Oficial, 1996; João José Reis; Flávio dos Santos Gomes (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

³³ Flávio Gomes. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005, p. 102-104.

³⁴ Esses documentos fazem parte da cópia das Disposições dos Governadores de Pernambuco, um códice pertencente à Coleção Conde dos Arcos (Arquivo da Universidade de Coimbra), que foi pesquisado pela primeira vez em busca de indícios para a história palmarina por Sílvia Hunold Lara (*Palmares & Cucaú*). Cota do arquivo: IV, 3^o-1-1-31.

uma ampliação do olhar para outras questões, como as guerras e as estruturas de poder na região do Congo-Angola³⁵ e as políticas de aldeamento do poder colonial em relação dos índios da América portuguesa³⁶.

Com exceção das obras de Flávio dos Santos Gomes³⁷ e Silvia Hunold Lara³⁸, a historiografia sobre Palmares refere-se às tentativas do poder colonial de acabar com a ameaça palmarina como “a Guerra dos Palmares”. Desse modo, nota-se na historiografia a tendência de interpretar as expedições militares como parte de um único e linear esforço para acabar com Palmares, esforço esse iniciado com o surgimento dos mocambos palmarinos e terminado apenas em 1694, data da última grande expedição enviada pelo poder colonial contra Palmares.

Porém, na documentação colonial é possível encontrar indícios de que as expedições militares não fizeram necessariamente parte de um único esforço duradouro do governo central para destruir Palmares, mas sim que se caracterizaram como resultado de diversas motivações e interesses, produzidas em diferentes contextos políticos, administrativos e econômicos.

O objetivo central desta monografia, portanto, é realizar um exercício de análise no qual a hipótese da existência de várias guerras contra os mocambos de Palmares possa ser testada e discutida a partir de um universo documental restrito. As fontes utilizadas nessa pesquisa são séries documentais de cunho administrativo: os documentos avulsos referentes à capitania de Pernambuco, guardados pelo Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)³⁹; o livro de registro de consultas de Pernambuco, também pertencentes ao AHU (Códice 265)⁴⁰; e a cópia das disposições dos governadores de Pernambuco,

³⁵ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, especialmente pp. 148-178.

³⁶ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, especialmente pp. 209-219.

³⁷ Flávio Gomes. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*.

³⁸ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*.

³⁹ Documentos manuscritos avulsos da capitania de Pernambuco (Arquivo Histórico Ultramarino), cota AHU_ACL_CU_015, caixas 6 a 17. Digitalizados e disponibilizados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco por meio de diversos CD-ROMs.

⁴⁰ LIVRO DE REGISTO de consultas de Pernambuco, do Conselho Ultramarino AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265. Também disponibilizado pelo Projeto Resgate.

pertencente à Coleção Conde dos Arcos (Arquivo da Universidade de Coimbra – AUC)⁴¹.

Os avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino consistem principalmente em consultas do Conselho Ultramarino, cartas de autoridades coloniais, pareceres de funcionários da Coroa e ordens régias sobre assuntos administrativos, sendo que para esta pesquisa foram privilegiados os documentos referentes à capitania de Pernambuco. Vários desses documentos mencionam expedições realizadas contra Palmares ou tratam do planejamento para a sua realização. Outros, apesar de não se referirem especificadamente a Palmares, tratam de questões administrativas, militares ou econômicas relevantes para o entendimento das expedições.

Os livros de registros de consultas reúnem as cópias de todos os pareceres que subiram do Conselho Ultramarino para consultarem o soberano. O códice 265 agrupa as consultas referentes a Pernambuco entre 1673 e 1712, contendo textos importantes sobre diversos aspectos do governo e da administração da capitania, incluindo alguns que discutem os modos de se combater Palmares.

Por sua vez, as disposições consistem no registro dos documentos produzidos pelos governadores de Pernambuco dirigidos a várias autoridades da capitania ou do Estado do Brasil, que foram copiados em um livro, pertencente à secretaria de governo da capitania. O livro de registro original foi perdido, mas uma cópia feita no século XVIII por ordem do 6º conde dos Arcos, dom Marcos de Noronha e Brito, sobreviveu até os dias de hoje, estando, atualmente no Arquivo da Universidade de Coimbra. Essa série documental é muito valiosa para o estudo da história colonial, pois se refere a um âmbito do governo local. Em relação a Palmares, ela permite ampliar o conhecimento acerca dos significados dos mocambos para as autoridades da capitania, além de contribuir enormemente para o estudo da história palmarina em si.

Para realizar este exercício de análise, foi feita a opção por pesquisar as expedições militares realizadas contra os mocambos de Palmares entre os anos de 1654 e 1695. A escolha das expedições está relacionada ao fato de a historiografia ter dado destaque a elas em detrimento de outras formas de

⁴¹ Disposição dos governadores de Pernambuco (1648-1696). Coleção Conde dos Arcos (Arquivo da Universidade de Coimbra), cota IV, 3º-I-1-31.

combate à ameaça palmarina, utilizando-se da sua narrativa para criar a idéia de uma guerra única contra Palmares. Buscou-se, portanto, focalizar o período considerado mais importante da “guerra de Palmares” a fim de examinar as várias expedições registradas na documentação e, com base nesse levantamento, discutir a existência de múltiplas guerras contra Palmares.

O recorte cronológico abrange, portanto, o período que vai da primeira expedição documentada depois da expulsão dos holandeses da capitania de Pernambuco até a morte de Zumbi, ocorrida um ano após a última grande expedição enviada contra os mocambos palmarinos.

Os resultados do exercício de análise empreendido são aqui apresentados em três capítulos. Um panorama mais amplo das expedições enviadas contra os mocambos de Palmares compõe o Capítulo 1, que analisa seus tipos e perfis, cruzando informações encontradas na bibliografia e na documentação consultada.

No Capítulo 2, dá-se continuidade à análise geral das expedições encontradas, mas dessa vez com o foco nas questões militares, como, por exemplo, os principais comandantes, a composição das tropas, as motivações etc.

Já no Capítulo 3, a análise torna-se mais específica, por meio da comparação entre três entradas militares: a realizada em 1664 e comandada pelo capitão Antônio da Silva Barbosa e pelo capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão; a realizada em 1677 e comandada pelo capitão Fernão Carrilho; e a realizada em 1694, e comandada pelo capitão-mor Bernardo Vieira de Melo e pelo coronel Domingos Jorge Velho. Elas foram escolhidas por serem mencionadas em uma ampla gama de documentos administrativos, sendo possível reunir várias informações e pontos de vistas sobre elas, e também por terem ocorrido em governos de décadas distintas.

Por fim, as conclusões sobre este exercício de análise são apresentadas na parte final, dedicada à discussão específica sobre a possibilidade de ter havido diversas guerras contra Palmares, com diversos modos de combater as ameaças palmarinas.

[capítulo um]

As expedições do período de 1654 a 1695

A historiografia sobre Palmares é marcada pela narrativa dos principais acontecimentos envolvendo os palmarinos. Para contar essa “saga”, a maioria dos autores do tema baseou-se nas expedições militares e na idéia de uma guerra única, porém sem tecer análises específicas sobre elas. Como exemplos dessa tendência historiográfica, podemos observar mais de perto a obra de dois historiadores, Edison Carneiro e Décio Freitas, que concordam nesse ponto, apesar de apresentarem discordâncias em outros aspectos.

No livro *O Quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro, as lutas contra os palmarinos são referidas coletivamente como “a campanha nos Palmares”¹. Título do capítulo introdutório, que apresenta um resumo dos pontos principais da história palmarina, essa expressão evidencia a idéia da existência de um combate militar que teve a mesma duração da existência do quilombo. Porém, segundo a interpretação do autor, essa é uma campanha que emprega táticas diferentes, dependentes principalmente das características dos homens escolhidos pelos governadores de Pernambuco para comandar as expedições militares.

Edison Carneiro, ao longo dos capítulos de seu livro, Edison Carneiro descreve as diferentes fases dessa “campanha nos Palmares”. Nos primeiros anos do “quilombo dos Palmares” as tentativas iniciais de combate aos palmarinos foram empreendidas por moradores da capitania de Pernambuco. Depois vieram as expedições comandadas pelos holandeses Rodolfo Baro (1664) e João Blaer (1645). Em seguida, o governo de Pernambuco passou a tratar Palmares como um “caso de polícia”, adotando medidas mais “enérgicas”². Comandadas por militares locais, as expedições ocorridas nesse período foram, segundo o autor, maiores, mas não atingiram os resultados esperados, tendo acontecido, inclusive, um período de “trégua” entre 1667 e

¹ Edison Carneiro. *O Quilombo dos Palmares*. [1947] 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 29.

² Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 34.

1671³. Foi preciso, então, mudar de comando, por meio da escolha do capitão Fernão Carrilho como líder de uma nova entrada. Para Carneiro, a chegada de Carrilho a Pernambuco para participar da campanha contra Palmares marcou o início de uma nova fase⁴, pois, a partir de 1677 – data da primeira expedição comandada pelo capitão – inicia-se uma “luta pela posse da terra”⁵. Segundo essa interpretação, o desejo de destruir Palmares passou a estar mais relacionado ao desejo de colonizar a região do que ao de combater os ataques realizados pelos palmarinos nas vilas mais próximas.

O penúltimo capítulo do livro de Carneiro, denominado de “O assalto final”, narra o término da “campanha dos Palmares”, com as expedições lideradas pelos paulistas. Porém, para o autor, a importância da participação dos paulistas merece ser diminuída, pois a destruição de Macaco deve ser creditada a Bernardo Vieira de Melo⁶.

Ao propor uma análise culturalista de Palmares, entendendo a formação dos mocambos como um fenômeno “contra-aculturativo”⁷, Carneiro trouxe importantes contribuições para a historiografia do tema, mas apresentou uma história palmarina muito dependente da narrativa das tentativas de destruição do “quilombo”. Como pode ser visto, apesar de marcar diversas mudanças no modo de combater os palmarinos e até em suas motivações principais, Edison Carneiro insiste em contar a história de Palmares com começo, meio e fim, unificando os dados por ele colhidos em uma narrativa contínua, baseada na idéia de uma única e duradoura “campanha dos Palmares”.

Escrevendo na década de 1970, o historiador Décio Freitas procurou, em sua obra *Palmares: A Guerra dos Escravos*, fornecer uma interpretação classista sobre a formação do quilombo. Segundo ele, os escravos foram seres alienados pelo sistema escravista e que, os que quiseram escapar suicidaram-se, fugiram ou promoveram rebeliões⁸. No caso de Palmares,

³ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 35, 99.

⁴ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 109.

⁵ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 37.

⁶ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 42.

⁷ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 14.

⁸ Décio Freitas. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. [1973] 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990, p. 35.

o autor afirma que este era inicialmente um “refúgio seguro”, transformado com o tempo em um “foco insurrecional”⁹.

Apesar de ter uma proposta analítica diferente da de Edison Carneiro, Décio Freitas adota uma cronologia parecida com a dele. A maioria dos historiadores de Palmares – nela incluída Carneiro e Freitas – adotou uma cronologia baseada na obra de Nina Rodrigues¹⁰. Desse modo, a divisão dos capítulos na obra de Freitas também reflete os marcos criados pela historiografia para a história palmarina. O capítulo intitulado “Angola-Janga” trata da formação de Palmares e de alguns aspectos culturais, políticos e sociais da vida dos palmarinos. O capítulo seguinte, “Guerra e Rebelião”, abrange as expedições do período holandês, enquanto o nomeado “A guerra do mato” trata das do período posterior à Restauração Pernambucana.

Os capítulos “Gangazumba” e “Zumbi” são os únicos cuja divisão difere um pouco da cronologia baseada nas expedições militares, dando maior ênfase às mudanças políticas internas de Palmares. Porém, mesmo assim as expedições militares enviadas contra os palmarinos dão o tom do capítulo. O mesmo acontece no penúltimo capítulo da obra, intitulado “Cruzada contra Palmares”, que trata das entradas comandadas pelos paulistas e do fim de Palmares.

Desse modo, é possível ver que as divisões do livro refletem a concepção do autor da existência de uma única guerra contra Palmares – a “guerra dos escravos”, como diz o título – que, apesar de suas diferentes fases, consistiu em uma tentativa constante do poder colonial e dos senhores de escravos de combater o quilombo, iniciada no momento de sua formação e encerrada apenas após a morte de seu principal líder. A idéia de Freitas da existência de uma guerra contínua pode ser vista claramente também no seguinte trecho:

“[...] Comandadas por alguns dos melhores chefes militares da época, mais de trinta expedições – provavelmente o número passou de quarenta – marcharam contra Palmares, no mais prolongado e árduo esforço bélico

⁹ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 35.

¹⁰ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*. [1905] 6ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

da história colonial, à parte o da luta contra os holandeses. Na história da América, só perde em importância para a de Haiti [...]”¹¹.

Para Décio Freitas, portanto, o grande mérito dos palmarinos teria sido resistir por tanto tempo “às investidas das expedições continuamente enviadas por uma das maiores potências coloniais do mundo”¹², ou seja, à guerra contínua feita contra eles pelo governo colonial e pelos senhores de engenho.

Desse modo, é possível perceber a importância dada pelos autores de *Palmares* às expedições militares, e o modo como elas foram usadas para dar base à cronologia da narrativa palmarina. Esse primeiro capítulo, portanto, tem o objetivo de estudar com maior profundidade as expedições documentadas como tendo sido realizadas para combater Palmares. Para isso, reúnem-se aqui as principais informações encontradas na bibliografia e na documentação selecionada sobre a organização das expedições realizadas entre os anos de 1654 e 1695. Nesse primeiro passo, a documentação foi tratada como um todo, sem um aprofundamento sobre as mudanças históricas ocorridas no período estudado, já que o objetivo é primeiramente delimitar o objeto da pesquisa, formando um universo restrito de expedições e um repertório de suas características principais.

Porém, antes de analisar as expedições propriamente ditas, é importante se perguntar a que exatamente se referem os autores quando falam de “Palmares”.

1 - Identificando Palmares

A definição do “quilombo de Palmares” não é problematizada pela maioria dos autores analisados, que partem de um consenso: a existência de um agrupamento criado por escravos fugitivos localizado em uma região rochosa e de mata fechada, não muito longe do litoral, onde atualmente está a divisa entre os estados de Pernambuco e Alagoas, que teve início nos primeiros anos do século XVII e foi destruído em 1694.

¹¹ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 13.

¹² Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 12.

Essa definição consolidada de Palmares não está presente somente na historiografia, mas também em dicionários, textos de divulgação e no imaginário popular. Um exemplo disso é o verbete “Palmares” do dicionário Caldas Aulete, que, juntamente com uma definição geobotânica, traz o seguinte significado do termo:

“(Hist.) Grupo de negros fugidos, estabelecidos no interior de Alagoas, que formaram uma república sob a chefia de Zumbi e foram destruídos por Domingos Jorge Velho”¹³.

Estruturalmente semelhante ao verbete encontrado no dicionário Michaelis¹⁴, esse conhecimento sobre o “quilombo de Palmares” contém três elementos centrais, que também podem ser encontrados na maioria das obras historiográficas analisadas: uma certa organização política, uma localização geográfica específica e uma cronologia estabelecida. Porém, a documentação colonial não apresenta uma definição consolidada de Palmares: esta foi construída ao longo do tempo por seus historiadores e outros responsáveis pela divulgação e significação de sua história.

Segundo Silvia Hunold Lara, a palavra “quilombo” aparece raramente na documentação que trata de Palmares, tendo sido empregada pela primeira vez no texto do contrato firmado entre o sertanista Domingos Jorge Velho e o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior, assinado em 1687¹⁵. Até então, o termo utilizado para designar as comunidades de escravos fugitivos na América Portuguesa era “mocambo”, e ele permaneceu sendo o mais freqüente até as primeiras décadas do século XVIII. A mudança no modo de nomear esses grupos, segundo a autora, também tem sua história, que está

¹³ Dicionário online Caldas Aulete: http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital; acesso em 19/05/2010.

¹⁴ No Michaelis Online, o nome do chefe dos palmarinos aparece como “Ganga Zumbi”. <http://michaelis.uol.com.br/>; acesso em 19/05/2010.

¹⁵ Capítulos e condições que concede o senhor governador João da Cunha Souto Maior ao coronel Domingos Jorge Velho, em 3 de março de 1687, publicado em Ernesto Ennes. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, pp. 84-87 (doc. 28). *Apud* Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009, p. 234.

relacionada à definição legal que o termo “quilombo” passou a ter e à regulamentação do ofício de capitão-do-mato¹⁶. Esta historicidade do modo de nomear Palmares, porém, não foi levada em conta pela historiografia, que fixou a nomenclatura “quilombo dos Palmares”¹⁷.

Quanto ao termo “palmar”, este também está presente na documentação, segundo Silvia Lara, para designar as regiões onde havia muitas palmeiras, sendo que, apenas em 1612 aparece referenciando uma região que abrigava escravos fugitivos¹⁸. Mesmo após ganhar esse significado mais específico, o termo “palmar” continuou a ser usado nos documentos de forma a designar genericamente algumas regiões¹⁹.

Na medida em que esses escravos que fugiram para os matos foram chamando a atenção do poder colonial com ataques às povoações mais próximas ou com a atração de outros escravos, foram criadas formas de designá-los mais precisamente, como “negros do(s) Palmar(es)”²⁰ ou “negros levantados dos Palmares”²¹. Porém, isso não significa que todos os documentos coloniais tenham passado a identificar precisamente quem eram os habitantes desse “Palmares”, nem que essa referência tenha sido feita exatamente ao que a historiografia consolidou como sendo o “quilombo de Palmares”.

Ao contrário da nomenclatura, a organização política dos Palmares foi debatida e interpretada de vários modos pela historiografia. Rocha Pita, no século XVIII, utilizando-se de exemplos da antiguidade, classificou Palmares

¹⁶ Sobre isso ver: Silvia H. Lara “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in João José Reis; Flávio dos Santos Gomes (orgs.) *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 81-109.

¹⁷ Apenas Rocha Pita e Loreto Couto não utilizam a palavra “quilombo”. Sebastião da Rocha Pita. *Op. Cit.*, [1730]; Domingos Loreto Couto. *Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco [1757]*. *Anais da Biblioteca Nacional*, 25, 1904, pp. 187-194. *apud* Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 235-236.

¹⁸ Diogo de Campos Moreno. *Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*. (Ed. Helio Vianna). Recife: Arquivo Público Estadual, 1955, pp. 190-191 *apud* Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 129-130.

¹⁹ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 130.

²⁰ Ver, por exemplo, a carta de Francisco de Brito Freire ao governador do Estado do Brasil de 23 de agosto de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 93v-94v, doc. 144; e a carta de Fernão de Sousa Coutinho de 01 de junho de 1671. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 917.

²¹ Ver, por exemplo, a ordem de Matias de Figueiredo e Melo a Antônio Pessoa Arcoverde de 27 de março de 1689. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 471v, doc. 17.

como uma “República rústica, mas bem ordenada a seu modo”²². Para ele, os palmarinos ocuparam grandes extensões de terra, divididas por famílias, mas eram governados centralizadamente por um príncipe que tinha o título de “Zombi” e era eleito pelos habitantes do quilombo para um governo vitalício²³. Porém, ao relatar a morte por suicídio do Zombi que comandava Palmares na época da expedição militar de 1694, Rocha Pita deu subsídio para que autores posteriores afirmassem que Zumbi era o nome próprio desse comandante, e não um título²⁴.

Nina Rodrigues, por sua vez, fez uma “revisão historiográfica” sobre Palmares, e nela contestou alguns elementos interpretativos estabelecidos pelos autores anteriores a ele. Baseado na versão de uma crônica anônima de 1678 publicada pelo conselheiro Drummond na Revista do Instituto Histórico Brasileiro²⁵, Nina Rodrigues descreveu os diversos mocambos que compunham o “Estado negro” palmarino, chamados também pelo autor de “cidades”²⁶. Criticando a descrição de Rocha Pita do mocambo destruído em 1694, o autor afirmou que as “cidades” palmarinas não eram tão grandiosas, e que a arquitetura descrita do palácio era “contrária e em desacordo com tudo o que se sabe da capacidade e cultura dos palmarinos”²⁷. Em outra referência ao texto de Rocha Pita, Nina Rodrigues afirmou que Palmares só pode ser entendido como uma república no seu sentido de “Estado”, e não de forma de governo republicana, pois a escolha do “Zambi” não se dava nos moldes republicanos, mas sim de acordo com o costume de “toda a África selvagem”²⁸.

Quanto à liderança principal, Nina Rodrigues defendeu a tese de que “Zambi” era o nome do general e chefe do exército, e do governador de um

²² Sebastião da Rocha Pita. *Op. Cit.*, p. 296.

²³ Sebastião da Rocha Pita. *Op. Cit.*, p. 294, 296, 299.

²⁴ Sebastião da Rocha Pita. *Op. Cit.*, p. 302.

²⁵ Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678 (M.S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond). *RIHGB*, 22, 1859, pp. 303-329.

²⁶ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, pp. 74-76.

²⁷ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, p. 76.

²⁸ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, p. 75. Sobre isso ver também Andressa Mercês Barbosa dos Reis. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2004, pp. 83-84.

dos mocambos, sendo “Ganga Zumba” o título do rei. Segundo o autor, o fato de a grande maioria dos estudiosos da história palmarina ter se acostumado a chamar o chefe principal de “Zumbi” se deve a um erro ortográfico e também à grande importância que tinha o general do exército em Palmares, sendo, muitas vezes, mais poderoso do que o rei palmarino²⁹.

Segundo Andressa Mercês Barbosa dos Reis, vários autores do século XX contribuíram para a personificação de Zumbi, mas foi na obra de Edison Carneiro que o significado de Zumbi como o nome de uma pessoa específica e a sua imagem do líder principal de Palmares consolidou-se na historiografia. Com informações dispersas pela historiografia e pela cultura popular, o autor recriou o parentesco do “general das armas Zumbi”, que, segundo ele, seria sobrinho do rei “Ganga-Zumba”³⁰.

Edison Carneiro também rebateu vários elementos da interpretação de Rocha Pita, classificando como “fantasia” e “lenda” a versão desse autor para a morte suicida de Zumbi em 1694. Para Carneiro, o Zumbi “histórico” foi o último a abandonar Macaco durante o confronto com as tropas coloniais, conseguindo escapar, sendo morto no ano seguinte durante uma expedição comandada pelo paulista André Furtado de Mendonça³¹.

Desse modo, os pesquisadores de Palmares posteriores a Edison Carneiro deram continuidade à personificação de Zumbi. Décio Freitas chegou a recriar a biografia do líder palmarino, chamado por ele de “o Espártaco Negro de Palmares”³². Segundo Freitas, Zumbi era o nome de um indivíduo nascido no começo de 1655, em Palmares, que foi capturado ainda recém-nascido, em um confronto entre os palmarinos e a tropa comandada por Brás da Rocha Cardoso. O bebê teria sido dado de presente a um padre português, e por ele batizado com o nome de Francisco. Depois de ter aprendido a ler e a escrever, e de ter sido coroinha, Francisco teria fugido para Palmares aos 15

²⁹ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, pp. 90-93. Sobre as interpretações de Nina Rodrigues ver Andressa Reis. *Op. Cit.*, pp. 81-84.

³⁰ Andressa Reis. *Op. Cit.*, pp. 110-112.

³¹ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, pp. 40-41

³² Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 124.

anos de idade, passando a lá morar com outros escravos fugitivos, mas sem deixar de visitar algumas vezes o padre em Porto Calvo³³.

No livro de Décio Freitas, a figura de Zumbi como exemplo de liderança militante foi construída em oposição à de Gangazumba. Para o autor, Gangazumba traiu a luta dos palmarinos pela liberdade ao firmar, com o governo de Pernambuco, o acordo de paz de 1678. A povoação de Cucaú, originada do acordo, foi caracterizada por Freitas como sendo o “anti-Palmares”³⁴. O assassinato de Gangazumba pelos descontentes com os resultados do acordo teria dado, então, início ao governo de Zumbi e à fase mais violenta da luta do poder colonial contra os mocambos, chamada pelo autor de “cruzada contra Palmares”³⁵.

Assim como fez com o modo de nomear Palmares, a historiografia “criou” um único Zumbi, construindo, juntamente com o imaginário popular, um personagem líder que se tornou um símbolo da luta pela liberdade.

Além da organização e da liderança política, a localização geográfica dos mocambos de Palmares também é um importante elemento para a sua identificação. Ela foi construída pela historiografia baseada em um mapa confeccionado para a obra de Edison Carneiro³⁶, elaborado principalmente a partir da descrição dos mocambos presente na versão da crônica anônima de 1678 publicada no IHGB³⁷. Um novo mapeamento de Palmares foi produzido em 1984 pelo geógrafo Hans A. Thofehrn, a partir das mesmas fontes, para a obra de Décio Freitas³⁸. Ambos guardam muitas semelhanças e

³³ Segundo Freitas, essas informações sobre a vida de Francisco/Zumbi foram retiradas de uma carta escrita pelo padre que o “criou”, Antônio Melo, a um amigo, em 1682, após retornar a Portugal. Décio Freitas. *Op. Cit.*, pp. 124-126.

³⁴ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 130. Sobre as comparações entre Zumbi e Gangazumba na historiografia ver Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 204-209.

³⁵ Décio Freitas. “Capítulo 7: Cruzada contra Palmares”. *Op. Cit.*, pp. 149-185.

³⁶ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 191. Edison Carneiro foi o primeiro a publicar um mapa com a localização dos quilombos (em Edison Carneiro. *Op. Cit.*, pp. 8-9). Esse mapa, embora tenha servido de base para estudos posteriores, não aparece reproduzido na segunda edição de sua obra, publicada em 1958.

³⁷ Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678, pp. 303-329.

³⁸ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 33.

vêm sendo utilizados por praticamente todos os outros historiadores de Palmares, sem uma análise crítica³⁹.

Quanto à cronologia de Palmares, seus primeiros marcos foram lançados por Nina Rodrigues⁴⁰. Em sua análise, ele fez uma crítica aos historiadores que consideram Palmares um “feito único”, ou seja, um Estado que permaneceu o mesmo durante a sua história⁴¹. No entanto, Nina Rodrigues justificou as mudanças ocorridas em Palmares pelos diversos ataques sofridos, e não por alterações políticas, sociais ou econômicas internas. Sendo assim, sua cronologia da história palmarina acabou sendo marcada pela história das expedições, que é dividida em três “fases”: “Palmares holandês”, destruído em 1644 pela expedição comandada por Rodolfo Baro; “Palmares da restauração pernambucana”, destruído pela expedição comandada por Fernão Carrilho, em 1678; e “Palmares terminal”, destruído definitivamente em 1697, após a morte de Zumbi em 1695 e a destruição de pequenos mocambos remanescentes⁴².

Baseada nas expedições enviadas pelo poder colonial para combater os palmarinos, essa cronologia não leva em conta a dinâmica interna dos mocambos. Segundo Andressa Reis, um dos únicos autores a pensar fases diferentes para a história palmarina foi Manuel Arão, em 1922. Para este autor, a história palmarina também poderia ser dividida em três momentos, mas eles representariam: uma primeira fase mais primitiva, marcada pela coleta e caça de alimentos e por ataques às populações vizinhas; uma segunda fase na qual esses “crimes” não mais ocorriam, pois o quilombo teria passado a ser organizado democraticamente, com um código de justiça e rituais religiosos;

³⁹ É o caso, por exemplo, de uma nova edição do texto clássico de Benjamin Péret feita por Robert Ponge e Mário Maestri. Vide Benjamin Péret. *O quilombo dos Palmares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002, pp. 143-151. Mesmo o arqueólogo Pedro Funari reproduz em seus textos a mesma base documental. Vide, por exemplo, Pedro Paulo de A. Funari “A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana” in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, (orgs.), *Liberdade por um Fio*, pp. 26-5.

⁴⁰ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*.

⁴¹ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, p. 72.

⁴² Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*, p. 72.

e uma terceira fase, correspondente ao ápice de sua organização política, o governo de Zumbi⁴³.

Apesar dessa exceção, a definição da história palmarina em dois momentos de destruição e reconstrução, seguidos da derrota final em 1694, tornou-se a base da cronologia palmarina na historiografia, e foi utilizada posteriormente pela maioria dos pesquisadores, como Ernesto Ennes⁴⁴, Edison Carneiro⁴⁵, Décio Freitas⁴⁶ e Ivan Alves Filho⁴⁷.

2 - As guerras contra Palmares

A história das expedições realizadas contra Palmares, tal como consolidada pela historiografia, tem sido entendida como um projeto único do poder colonial para a destruição dos mocambos, que acompanhou os anos de resistência dos palmarinos. A premissa de que a destruição de Palmares foi, depois da expulsão dos holandeses, um dos objetivos principais da Coroa no que diz respeito ao governo de Pernambuco permeia todos os textos analisados, sem que a importância da ameaça palmarina seja caracterizada ou matizada pelos diferentes momentos históricos dos mocambos e da política colonial.

Apoiados na versão da crônica escrita em 1678 e publicada em 1859 na revista do IHGB⁴⁸, a maioria dos autores corroborou a tese do autor anônimo

⁴³ Manuel de Arão. "Os quilombos dos Palmares". *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 24, n. 115-118, 1922, p. 212. *Apud* Andressa Reis. *Op. Cit.*, p. 89.

⁴⁴ Ernesto Ennes. *Op. Cit.*, p. 7.

⁴⁵ Edison Carneiro. *Op. Cit.* Os capítulos 2, 3, 4 e 5 desse livro foram intitulados, respectivamente, de: "As investidas holandesas", "As primeiras expedições", "Fernão Carrilho" e "O assalto final", correspondendo, com pequenas diferenças, à divisão formulada por Nina Rodrigues.

⁴⁶ Décio Freitas. *Op. Cit.* Apesar de basear grande parte de sua cronologia no suposto antagonismo político e ideológico entre Gangazumba e Zumbi, Freitas também estrutura os capítulos de seu livro de modo a seguir as divisões consolidadas por Nina Rodrigues.

⁴⁷ Ivan Alves Filho. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

⁴⁸ Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678. *RIHGB*, 22, 1859, pp. 303-329. Para a discussão acerca das outras versões ver Silvia H. Lara. *Palmares & Cacaú*, pp. 65-69.

do documento de que Palmares, após a invasão holandesa, foi entendido pelos moradores e pelo poder colonial como o “inimigo de portas adentro”, sendo comparável em grau de ameaça ao maior inimigo externo, os holandeses⁴⁹. O destaque dado às situações críticas enfrentadas durante as entradas e ao tamanho da ameaça palmarina ganham, no entanto, outros significados quando se leva em conta o momento histórico em que essa crônica foi produzida, assim como as intenções do autor que a escreveu. Preocupado em destacar as entradas organizadas por dom Pedro de Almeida – que governou a capitania entre os anos de 1674 e 1678 –, o cronista fez questão de mostrar as barreiras que foram transpostas apenas após sua chegada, apesar de todas as outras tentativas dos governantes anteriores⁵⁰.

Do mesmo modo que o cronista, a maioria dos historiadores de Palmares também colocou a necessidade da destruição dos mocambos palmarinos como uma questão central para a administração da Coroa não só em Pernambuco, mas também em toda a América Portuguesa⁵¹. E, ao adotar essa premissa sem contextualizá-la, esses autores conceberam a história das expedições com um movimento único em direção à destruição palmarina, que evoluiu ao longo do tempo, culminando na grande expedição de 1694⁵².

É interessante notar que, nas obras que adotam a idéia de uma única guerra contra o palmarinos, o período holandês não é muito analisado. O que geralmente é mencionado sobre esse período são os documentos produzidos em torno das duas expedições holandesas, principalmente trechos

⁴⁹ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 33; Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 12, 55, 83; Ivan Alves Filho. “Capítulo III: O Inimigo Interno” *Op. Cit.*, p. 42.

⁵⁰ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cuaçu*, pp. 69-72.

⁵¹ Décio Freitas, por exemplo, afirma que os governadores da capitania eram avaliados pela Coroa de acordo com as suas capacidades de combater a ameaça palmarina. Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 97.

⁵² Flávio Gomes e Sílvia Lara são os únicos historiadores pesquisados que não falam em “a guerra de Palmares”. Flávio Gomes. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005; Sílvia H. Lara. *Palmares & Cuaçu*. O primeiro, no entanto, ainda traz alguns resquícios dessa interpretação unificadora das lutas contra Palmares.

do diário de João Blaer, que trazem extensas descrições dos mocambos por elas encontrados, chamados de “Palmares Grandes” e “Palmares Pequenos”⁵³.

Provavelmente uma análise mais detalhada dos anos de 1630 a 1654 não forneceria muitos argumentos para a narrativa da longa e contínua guerra entre palmarinos e moradores e governantes de Pernambuco. Por isso, a ocupação holandesa da capitania aparece na maioria das obras sobre Palmares como uma pausa nos esforços de destruição palmarina, retomados após a Restauração em 1654. Segundo os autores, apesar de os holandeses terem enviados suas próprias expedições, foram nesses anos que o maior número de escravos fugiu para Palmares, devido às dificuldades dos senhores em vigiarem seus escravos em um contexto de conflitos constantes.

Contudo, o período da ocupação holandesa não fez parte desta pesquisa, pois aqui foram utilizadas apenas fontes referentes ao governo colonial português. Porém, a simples existência de um governo independente da Coroa portuguesa na capitania de Pernambuco já demonstra que, se houve uma única guerra contra Palmares empreendida pelo governo colonial português, ela foi iniciada somente após a Restauração Pernambucana, em 1654.

De qualquer modo, por meio da documentação administrativa colonial, é possível formular a hipótese de que as expedições realizadas contra Palmares não foram uma resposta “natural” e “automática” dos agentes coloniais à ameaça palmarina. Pelo contrário, os diversos conflitos que envolveram a preparação e a realização das expedições revelam que cada ataque feito contra os mocambos foi uma resposta dada de acordo com uma determinada situação histórica. Essas respostas, antes de serem escolhidas e postas em prática, foram discutida pelo Conselho Ultramarino, pelos governadores, pelos procuradores, pelos oficiais das câmaras e pelos moradores e, em vários momentos, as decisões não agradaram a todos. Além disso, a existência de alternativas às expedições militares – como os acordos de paz e os “escudos” formados por aldeias indígenas nas proximidades das vilas mais ameaçadas pelos palmarinos –

⁵³ Edison Carneiro reproduz uma tradução do diário, extraída por ele da Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (RIAGP, vol. X, n. 56, março de 1902, pp. 87-96 in Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 251-260.

demonstra que houve mais de um modo de tentar resolver a “questão palmarina”, variando de acordo com os contextos políticos, sociais e econômicos da capitania de Pernambuco e dos próprios mocambos palmarinos.

3 – Expedições militares, de socorro e diplomáticas

Para identificar uma expedição e entender como ela foi planejada, organizada e executada são necessárias algumas informações básicas, tais como: qual foi sua data de início e sua duração, de quem partiu a ordem inicial para a sua realização, como eram compostas as tropas que dela participaram, como ela foi financiada, quais eram seus objetivos militares, entre outros. Como nenhum historiador de Palmares analisou especificadamente as expedições enviadas contra os mocambos, essas informações não estão agrupadas em um só lugar, mas sim dispersas pela bibliografia e pela documentação. Ao reuni-las, é possível traçar os perfis das diversas expedições enviadas contra Palmares, para, a partir deles, ensaiar uma análise acerca das diferenças e semelhanças entre elas.

Ao comparar as diversas obras escritas sobre Palmares, nota-se que não há um consenso acerca da quantidade de expedições que foram enviadas para combater os palamarinos. Edison Carneiro, em sua obra *O Quilombo dos Palmares*, referência para praticamente todos os estudos posteriores sobre o tema, lista 17 expedições militares realizadas nesse período⁵⁴:

⁵⁴ Após a apresentação dessa lista, Edison Carneiro afirma que o número de expedições enviadas contra Palmares “continua incerto”. Porém, o autor refere-se a expedições desconhecidas para o período holandês e para os anos anteriores a ele. Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 44.

Tabela 1 - Expedições mencionadas por Edison Carneiro para o período ⁵⁵ de 1654 a 1695	
Ano da expedição	Principal comandante
1667	Zenóbio Acioli de Vasconcelos
1671	André da Rocha (substituído por Antônio Jacome Bezerra) ⁵⁶
1672	Antônio Jacome Bezerra
1673	Cristóvão Lins
1675	Manuel Lopes
1676	Fernão Carrilho
1677	Fernão Carrilho
1679	Gonçalo Moreira
1680	André Dias
1682	Manuel Lopes
1683	Fernão Carrilho
1684	João de Freitas da Cunha
1686	Fernão Carrilho
1692	Domingos Jorge Velho
1694	Domingos Jorge Velho

⁵⁵ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, pp. 43-44.

⁵⁶ Apesar de mencionar essa expedição, Edison Carneiro põe acerca de sua realização em *Op. Cit.*, p. 44.

Essas expedições aparecem em praticamente todas as obras de autores posteriores a Edison Carneiro. Contudo, como os historiadores de Palmares não se preocuparam em examinar detalhadamente as expedições enviadas contra os mocambos, a maioria deles não apresenta listagens das que foram por eles encontradas na documentação. Flávio Gomes, por exemplo, não fornece em seu livro uma lista das expedições, mas afirma, baseando-se em Ivan Alves Filho⁵⁷, que entre 1655 e 1694 podem ser contadas 31 “expedições coloniais”, não entrando nesse número as “expedições punitivas de iniciativa particular”⁵⁸.

Na análise das séries documentais escolhidas para esta pesquisa foram encontradas, para o mesmo período de 1654 a 1695, mais de 38 expedições. Provavelmente o número de expedições enviadas contra Palmares foi maior, já que as campanhas idealizadas por moradores e que não contaram com uma grande participação do governo não se encontram documentadas nas séries aqui pesquisadas, que têm caráter oficial e administrativo, e, por isso, priorizaram o registro das ações contra Palmares que contaram com a participação do poder colonial.

De qualquer modo, foram encontradas na documentação pesquisada algumas expedições que não são mencionadas pela bibliografia de Palmares, como indica a tabela 2. Isso se deve ao fato já mencionado de que a historiografia não se preocupou em analisar sistematicamente as expedições. Além disso, não há indícios de que, com exceção de Silvia H. Lara, os autores tenham consultado os registros das disposições dos governadores de Pernambuco, que contém diversas informações sobre expedições que não aparecem no conjunto clássico de documentos reunidos sobre Palmares⁵⁹.

⁵⁷ Ivan Alves Filho. *Op. Cit.*, p. 15.

⁵⁸ Flávio Gomes. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*, p. 161.

⁵⁹ Os documentos mais pesquisados pelos historiadores do século XX que se dedicaram ao estudo da história palmarina foram os reunidos e transcritos pelo pesquisador português Ernesto Ennes, na década de 1930. Além desses documentos, a crônica anônima produzida em 1678 também serviu de base comum às análises de todos esses historiadores citados anteriormente, na versão publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1859.

Tabela 2 - Expedições encontradas nas séries pesquisadas que não são mencionadas na bibliografia		
Ano da expedição	Principal(is) comandante(s)	Série(s) documental(is) que menciona(m) a expedição
1662	Sebastião de Sá; Diogo Pinheiro Camarão	Disposições dos Governadores de Pernambuco (AUC)
1664	Antônio da Silva Barbosa; Diogo Pinheiro Camarão	Disposições dos Governadores de Pernambuco (AUC)
1681	João de Nabala	Disposições dos Governadores de Pernambuco (AUC)
1681 ou 1682	João da Fonseca	Documentos manuscritos avulsos de Pernambuco (AHU) Disposições dos Governadores de Pernambuco (AUC)
1694	Manuel Pinto	Documentos manuscritos avulsos de Pernambuco (AHU)
1694	Leonel de Abreu de Lima	Documentos manuscritos avulsos de Pernambuco (AHU)

Há também expedições mencionadas na bibliografia que não foram encontradas na documentação, como se pode observar na tabela 3. Para explicar essa discrepância, podem ser tecidas algumas hipóteses. Essas expedições talvez possam ser encontradas em séries documentais não pesquisadas nesse trabalho, tais como os documentos da Biblioteca da Ajuda, da Coleção de Documentos Históricos, entre outros. Em alguns casos, as interpretações feitas pelos historiadores podem ser diferentes das aqui desenvolvidas, acarretando definições e concepções diferentes acerca do que foram as expedições e, conseqüentemente, de quantas e quais teriam acontecido. De qualquer modo, a tarefa de seguir os passos dos historiadores de Palmares, procurando ligar

cada expedição aos documentos em que são mencionadas mostrou-se difícil, pois a referenciação de fontes feitas por eles – quando ela é feita – apresenta-se de forma um tanto confusa, imprecisa e, em alguns casos, errônea.

Tabela 3 - Expedições encontradas na bibliografia, mas que não foram encontradas nas séries pesquisadas		
Ano da expedição	Principal(is) comandante(s)	Autor(es) que menciona(m) a expedição/ Data da publicação
1665	Desconhecido	Ivan Alves Filho (1988) ⁶⁰ , Décio Freitas (1973) ⁶¹ , Flávio Gomes (2005) ⁶²
1663	Gonçalo Rebelo	Ivan Alves Filho (1988), Décio Freitas (1973), Flávio Gomes (2005), Silvia H. Lara (2009) ⁶³
1667	Zenóbio Acioli de Vasconcelos	Ivan Alves Filho (1988), Décio Freitas (1973), Edison Carneiro (1947) ⁶⁴ , Flávio Gomes (2005)
1669	Cristovão Lins	Décio Freitas (1973), Flávio Gomes (2005)
1677 ou 1678	João Coelho: Manuel Sampaio	Ivan Alves Filho (1988), Décio Freitas (1973), Edison Carneiro (1947)
1683	Manuel Lopes	Décio Freitas (1973)
1694	Caetano de Melo de Castro	Décio Freitas (1973), Edison Carneiro (1947), Rocha Pita (1730) ⁶⁵ , Rocha Pombo (1905) ⁶⁶
1694	Desconhecido	Ivan Alves Filho (1988), Décio Freitas (1973), Nina Rodrigues (1982) ⁶⁷ , Rocha Pita (1730)

⁶⁰ Ivan Alves Filho. *Memorial dos Palmares*.

⁶¹ Décio Freitas. *Palmares: a guerra dos escravos*.

⁶² Flávio dos Santos Gomes. *Palmares: escravidão e liberdade no Atlântico Sul*.

⁶³ Silvia Hunold Lara. *Palmares & Cucaú*.

⁶⁴ Edison Carneiro. *O Quilombo dos Palmares*.

⁶⁵ Sebastião da Rocha Pita. *História da América Portuguesa*. [1730] 2ª ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

⁶⁶ Rocha Pombo. *História do Brasil*. [1905]. 14ª ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1967, pp. 214-220.

⁶⁷ Nina Rodrigues. *Os Africanos no Brasil*.

Para possibilitar a análise das expedições encontradas na bibliografia e na documentação pesquisadas, optou-se por classificá-las em três tipos, de acordo com os seus objetivos: expedição militar, expedição de socorro, e expedição diplomática. As primeiras objetivavam lutar contra os palmarinos, seja atacando seus mocambos ou perseguindo seus habitantes pelos matos, capturando-os ou matando-os. As segundas destinavam-se a enviar armamentos, alimentos ou mais soldados para auxiliar ou apoiar as primeiras, e as terceiras foram constituídas para negociar acordos com os palmarinos.

O termo mais usado para se referir a expedições militares na documentação pesquisada é “entrada”, como se pode observar nessa carta de 1673, escrita ao príncipe regente pelo governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho:

“[...] encarreguei ao coronel Antônio Jacome Bezerra [que] fosse assistir à vila das Alagoas, a dispor as entradas e socorros necessários para elas, e, dando ele em tudo cumprimento às minhas ordens, entraram seiscentos homens em três troços [...]”⁶⁸.

No dicionário *Vocabulario Portuguez & Latino*, publicado entre 1712 e 1728, a palavra “entrada” é definida, no sentido militar, como “entrada violenta do inimigo em terras, cidades”. Diferentemente das batalhas, elas se caracterizaram pelo objetivo de realizar um ataque surpresa no território do inimigo⁶⁹. Em carta enviada ao rei em 1686, o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior utiliza o termo “correrias” para se referir à expedição militar comandada por Fernão Carrilho, sendo que esse termo denota sentido similar ao de “entrada”: “[...] Mande entrar as correrias a 10 de janeiro, e

⁶⁸ Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 988. Nas transcrições feitas neste trabalho, a grafia das palavras foi atualizada, as abreviaturas foram desdobradas e a pontuação foi alterada o mínimo possível, com o intuito de facilitar a leitura. As intervenções feitas por mim foram e indicadas em itálico e entre colchetes.

⁶⁹ Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712 – 1728, p. 146. Disponibilizado na internet pelo IEB/USP: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 03/04/2010.

ordenei ao cabo Fernão Carrilho fosse invadir a sua praça de armas [...]”⁷⁰. No mesmo *Vocabulário*, o termo “correria” aparece como “Correria nas terras dos inimigos”, sendo que um dos exemplos utilizados por seu autor é “Na nossa terra fazem correrias, como ladrões de entrada”⁷¹.

Para se referir genericamente às expedições enviadas contra Palmares ou para mencioná-las coletivamente, a documentação pesquisada emprega termos como “conquista”⁷², “guerra”⁷³, “empresa”⁷⁴, “campanha”⁷⁵, “diligências”⁷⁶ ou “oposições”⁷⁷. No entanto, o fato de a maioria desses termos estarem no singular não significa que os documentos trazem uma idéia de continuidade entre as expedições, no sentido de uma guerra única, que teria se desenvolvido

⁷⁰ Carta de João da Cunha Souto Maior ao rei de 2 de agosto de 1686. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1383.

⁷¹ Raphael Bluteau. *Op. Cit.*, p. 566v.

⁷² Ver, por exemplo, a ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao provedor da Fazenda Real de 13 de outubro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 323, doc. 237; a carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118; e o parecer do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 26.

⁷³ Ver, por exemplo, a carta de D. Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103; a carta de D. João de Sousa de 10 de agosto de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1298; e a carta do Marquês de Montebelo ao rei de 5 de setembro de 1692. AHU_ACL_CU_015, Cx. 16, D. 1584. As variações desse termo são: “guerra dos Palmares” (Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao capitão-mor de Sirinhaém de 12 de outubro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 274v, doc. 80; Ordem de dom João de Sousa à câmara de Olinda de 16 de setembro de 1683. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 374v, doc. 14), “guerra aos negros levantados” (Ordem de João da Cunha Souto Maior a Paulo Fernandes Moreira de 4 de abril de 1687. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 440v, doc. 121; Nomeação de Caetano de Melo de Castro a Duarte Lopes de 7 de janeiro de 1694. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 572, doc. 46.); “guerra aos negros levantados dos Palmares” (Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao provedor da Fazenda Real de 13 de outubro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 323, doc. 237).

⁷⁴ Ver, por exemplo, a carta de D. João de Sousa de 10 de agosto de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1298.

⁷⁵ Parecer do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 29 v; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 21 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538, doc. 82.

⁷⁶ Ver, por exemplo, a carta de Francisco de Brito Freire ao governador geral de 17 de abril de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 91, doc. 137

⁷⁷ Ver, por exemplo, a carta de D. Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

desde o início da formação de Palmares. Aquelas palavras foram utilizadas pelos autores dos documentos, na maioria das vezes, para lembrar seus interlocutores das tentativas anteriores de destruição dos mocambos, ou seja, das outras guerras já feitas. Um exemplo dessa utilização pode ser lido em uma carta de 1678, na qual dom Pedro de Almeida relata uma entrada comandada pelo capitão Fernão Carrilho em 1677:

“[...] Depois de oposições várias que mandei fazer aos negros levantados dos Palmares e de muitos clamores destes povos pelo pouco fruto que delas se colheu [...]; tratei com diligência que as câmaras da jurisdição deste governo assistissem para uma nova guerra [...]”⁷⁸.

Endereçada ao príncipe regente, essa carta de 1678 tinha o objetivo de relatar e justificar as medidas tomadas pelo governador de Pernambuco para acabar com a ameaça palmarina. Por isso, ela dá tanto destaque às iniciativas de dom Pedro de Almeida. Segundo ele mesmo, foi sua a idéia de trazer o capitão Fernão Carrilho para ser o “capitão-mor daquela conquista”, além de ter sido também mérito seu convencer as relutantes câmaras a contribuir para essa nova guerra⁷⁹. No entanto, outros documentos mostram que Fernão Carrilho foi contatado inicialmente pelas câmaras de Alagoas e Porto Calvo, e não pelo governador⁸⁰.

Vários documentos escritos por outros governadores também tem como início o relato dos obstáculos transpostos por eles para organizar expedições militares contra os palmarinos. Apesar de a existência de conflitos entre o governo da capitania e as câmaras e de outras dificuldades em prover as entradas terem sido provavelmente freqüentes, não se pode esquecer que a descrição – às vezes exagerada – dos obstáculos e empecilhos tinha uma importante função retórica de valorização dos feitos dos governadores.

Portanto, um modo de demonstrar o bom governo de dom Pedro de Almeida seria relatando as várias “oposições” ordenadas por ele. Além disso,

⁷⁸ Carta de D. Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

⁷⁹ Carta de D. Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

⁸⁰ Sobre isso ver Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, pp. 23-24.

como sua nomeação para o governo de Pernambuco foi atribulada, causando conflitos com pessoas influentes da capitania (como João Fernandes Vieira), tornava-se necessário legitimar seu trabalho no governo⁸¹.

Nas expedições militares enviadas contra Palmares foram empregadas diversas táticas militares, sendo uma delas o estabelecimento de acampamentos em locais próximos aos mocambos, de onde saíam expedições militares secundárias, com menor contingente e curta duração, objetivando capturar palmarinos escondidos nos matos ou abrir novos caminhos para os mocambos. Outro modo praticado para aumentar a eficácia das expedições militares era enviar pequenas tropas para patrulhar áreas próximas às vilas, com o objetivo de capturar os palmarinos que porventura fugissem do confronto com as entradas ou, então, armassem contra-ataques⁸².

Em alguns casos, a entrada durava mais do que o previsto, sendo necessário mandar uma nova expedição que levasse mantimentos e armamentos até o local onde se encontravam as tropas. Era também função dessas expedições, que podem ser caracterizadas como “expedição de socorro”, levar novos soldados às tropas esvaziadas pela debandada durante as marchas ou pelas mortes em combate.

O termo “socorros” é utilizado muitas vezes na documentação para se referir genericamente aos mantimentos, fardas e armamentos necessários para o suprimento dos soldados que compunham as entradas. Em alguns documentos, porém, é possível perceber que seus autores referem-se a novas expedições, feitas com o objetivo de “socorrer” as tropas já enviadas, como é o caso de uma consulta do Conselho Ultramarino de 1684, na qual podemos ler sobre a atuação militar de Manuel Lopes:

“[...] E por ordem do dito governador [*deverá*] ir em novembro de 1677 à vila de Sirinhaém, povoação de Una e vila do Porto Calvo, [...] a fazer

⁸¹ Sobre isso ver Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucuí*, p. 22-23, 73.

⁸² Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Sirinhaém de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 123v-124, doc. 35, ver também Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a André Gomes de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 124-124v, doc. 37; Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a Manuel Lopes de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 157-158, doc. 114.

gente e mantimentos para se socorrer o capitão-mor Fernão Carrilho, que andava na conquista dos negros dos Palmares, de onde lhe mandou com toda a brevidade cinquenta soldados com muitos mantimentos.[...]”⁸³.

Esse documento de 1684, produzido pelo Conselho Ultramarino para auxiliar o monarca português a escolher o novo meirinho da correição da capitania de Pernambuco, foi escrito a partir de informações enviadas ao Conselho que atestavam a atuação de cada um dos candidatos a esse cargo. Apesar dos possíveis exageros desse tipo de documentação, que tem como objetivo valorizar os feitos das pessoas avaliadas, é possível perceber a importância das expedições de socorro, que geralmente eram organizadas às pressas.

Em outra consulta do Conselho Ultramarino, escrita em 1697 para o provimento em um posto da companhia de infantaria do terço mestre de campo Zenóbio Acioli de Vasconcelos⁸⁴, vê-se a necessidade de socorro em forma de armamentos. O alferes Estácio dos Santos, estando já na região de Palmares, no cerco a um mocambo, precisou retornar a Alagoas, para fabricar peças de ferro essenciais à artilharia.

Ao afirmar que o alferes foi “[...] mandado a Alagoas a buscar palanquetas⁸⁵ para uma peça de campanha, o que fez dentro de 2 dias, trabalhando com a dita peça [...]”⁸⁶, o autor do documento não deixa claro se junto com Estácio dos Santos voltaram à região de combate outros soldados, ou seja, se ele conduziu uma expedição de socorro. Porém, é provável que isso tenha acontecido, mesmo que o número de soldados que o acompanharam tenha sido mínimo, pois não seria seguro o alferes ir e voltar de Alagoas sozinho, nem produtivo para a batalha ele retornar apenas com as palanquetas.

⁸³ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1297.

⁸⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1738.

⁸⁵ Palanquetas, segundo o Vocabulário de Bluteau são pedaços de ferro necessários para o funcionamento da artilharia ou do mosquete. Raphael Bluteau. *Op. Cit.*, p. 193.

⁸⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1738.

O terceiro tipo de expedição encontrado na documentação pesquisada pode ser classificado como “expedição diplomática”, sendo que seu objetivo era enviar representantes do governo para negociar acordos de paz com os palmarinos. Embora o termo “diplomacia” não apareça em nenhum momento nessa documentação, ele traduz de maneira satisfatória os objetivos dessa expedição, diferenciando-a dos outros tipos já mencionados.

Nas séries documentais pesquisadas foi encontrada menção à realização de apenas duas expedições que tinham essa função, enviadas em 1678, como parte das negociações do acordo de paz entre o líder palmarino Gangazumba e o governador de Pernambuco Aires de Sousa de Castro. Na primeira expedição diplomática, oficiais do terço dos Henriques foram enviados até um mocambo palmarino, para levar um papel contendo as cláusulas de uma proposta de paz⁸⁷. Esses oficiais provavelmente leram e traduziram esse documento para os líderes dos mocambos, sendo uma parte importante das negociações de paz⁸⁸.

Segundo uma ordem do governador Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real, datada do mesmo ano de 1678, a atuação do capitão Estevão Gonçalves nessa primeira expedição diplomática foi paga com 20 mil réis em dinheiro, como ajuda de custo por ele ter trazido “[...] em sua companhia 11 negros dos Palmares, que vieram a tratar do ajuste de paz [...]”⁸⁹.

Depois do retorno de Estevão Gonçalves com alguns palmarinos, outra expedição diplomática foi enviada para trazer a resolução da liderança palmarina sobre o acordo. Dela participaram João Martins e Alexandre Cardoso, também do terço dos Henriques, tendo recebido, cada um deles, 10 cruzados como ajuda de custo por irem até Palmares⁹⁰.

O fato de só terem sido encontradas essas duas expedições diplomáticas na documentação pesquisada não significa que não houve outras negociações

⁸⁷ Cópia do papel que levaram os negros dos Palmares. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1116, anexo 5.

⁸⁸ Sílvia H. Lara. *Palmares & Cucuí*, pp. 56-57, 186-187.

⁸⁹ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 20 de junho de 1678. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 344, doc. 37.

⁹⁰ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 21 de junho de 1678. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 344, doc. 38.

de paz com os palmarinos, antes ou depois desse acordo. Em 1663, por exemplo, o governador de Pernambuco Francisco de Brito Freire escreveu ao governador geral relatando os seus esforços para destruir os mocambos palmarinos, estando, entre eles, um acordo de paz. Segundo ele, as “muitas diligências” feitas para tentar destruir “os negros dos Palmares” não foram eficazes, sendo que, mudando de estratégia, ele resolvera “[...] mandar-lhes uns cartazes em que lhes prometia terra para suas lavouras, e deixá-los viver livremente [...]”⁹¹. Como resultado das negociações, Brito Freire avisa que o “cabo de um mocambo” demonstrou interesse no acordo e que, para negociar com ele, seria enviado um sacerdote chamado João Duarte do Sacramento⁹².

Essa carta do governador de Pernambuco não nos esclarece o modo como os seus “cartazes” chegaram até os palmarinos, nem como estes foram capazes de entender seus conteúdos. É possível que eles tenham sido levados por uma expedição diplomática, mas não se pode afirmar isso com certeza. Vê-se, no entanto, que nesse caso o destaque é para a participação de um padre nas negociações de paz, e não de oficiais militares.

Em 1665, uma nova participação do padre Sacramento em negociações com os palmarinos foi planejada pelo então governador de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado. Assim como no documento de 1663, não é possível saber se dessa vez o padre foi enviado a alguma vila de Pernambuco para se encontrar com os palmarinos que ou se ele foi juntamente com outras pessoas até um mocambo, caracterizando uma nova expedição diplomática⁹³.

Na maioria dos documentos que tratam de negociações de paz, a iniciativa para os acordos é retratada pelo poder colonial como tendo sido

⁹¹ Carta de Francisco de Brito Freire ao governador geral de 17 de abril de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 91, doc. 137. Sobre esse acordo ver também Edital de Francisco de Brito Freire de 6 de dezembro de 1662. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 86v-87, doc. 123; Carta de Francisco de Brito Freire ao governador do Estado de 23 de agosto de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 93v-94v, doc. 144.

⁹² Carta de Francisco de Brito Freire ao governador geral de 17 de abril de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 91, doc. 137. Sobre esse acordo ver também Edital de Francisco de Brito Freire de 6 de dezembro de 1662. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 86v-87, doc. 123; Carta de Francisco de Brito Freire ao governador do Estado de 23 de agosto de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 93v-94v, doc. 144.

⁹³ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Alagoas de 11 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 184-185, doc. 146.

tomada pelos próprios palmarinos, devido às pressões realizadas pelas entradas militares ou por outras ações de combate aos mocambos. Mesmo o acordo de paz de 1678, de cujas expedições diplomáticas temos informações específicas, aparece relatado em uma carta ao príncipe regente a seguinte forma, como pode ser lida nessa carta, escrita pelo provedor da Fazenda Real ao príncipe regente (ainda em 1678):

“[...] Quis Deus ajudar ao cabo dos moradores, com que o governador dom Pedro de Almeida mandou conquistar estes negros com tão boa fortuna, que, sem se fazer nenhuma despesa da fazenda de Vossa Alteza mais que das munições, mataram e destruíram tanta quantidade, aprisionando-lhe as mulheres e filhos dos principais, que os obrigaram a descer abaixo a pedir as pazes com desesperado temor [...]”⁹⁴.

Os meios que os palmarinos usaram para “pedir” a paz em diversas ocasiões não são explicados nos documentos que mencionam os acordos, sendo possível, portanto, que várias expedições diplomáticas tenham acontecido, sem serem registradas nesses documentos. No entanto, é importante atentar para o fato de que as medidas de negociação de paz não foram realizadas unicamente na forma de expedições próprias. Em 1661, Brito Freire publicou um edital no qual eram previstas negociações com os palmarinos concomitantemente com entradas militares, sendo que o mesmo capitão ficava responsável pelo ataque inicial e pelo envio do papel com as condições para o acordo⁹⁵.

Com esses exemplos citados, é possível perceber que os três tipos de expedição encontrados não foram muitas vezes concebidos isoladamente uns dos outros, sendo que seus objetivos – atacar militarmente os palmarinos, dar continuidade aos ataques ou negociar – muitas vezes estiveram mesclados em uma única ofensiva contra os palmarinos. Nesse capítulo, porém, será dada ênfase às expedições militares (entradas), pois são as que melhor estão documentadas nas séries analisadas.

⁹⁴ Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

⁹⁵ Regimento de Francisco de Brito Freire de 29 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 66-66v, doc. 60.

4 – Ordens iniciais

A realização de uma expedição militar envolvia diversos setores da administração e da sociedade colonial. Governadores, moradores, oficiais das câmaras, conselheiros do Conselho Ultramarino e o monarca estiveram envolvidos na organização e muitas expedições enviadas contra Palmares, mesmo que não tenham participado de todas ao mesmo tempo. No entanto, apesar de ser possível notar essa “autoria coletiva”, vê-se na documentação pesquisada que a decisão pela realização de uma entrada é retratada como tendo partido de uma pessoa específica. Na tabela 4 vê-se como a proveniência de diversas ordens iniciais para a realização de entradas foi registrada:

Como a documentação aqui analisada é de cunho administrativo e oficial, a grande maioria das expedições é retratada como idealizada pelo governador de Pernambuco, pelo governador geral do Estado do Brasil, ou pela Coroa. É importante lembrar que os relatos oficiais produzidos acerca das expedições têm, na maioria das vezes, o objetivo de reportar a autoridades superiores ou a outros agentes coloniais, o que vinha sendo feito pelo governo de Pernambuco para bem administrar a capitania, acabando com as ameaças palmarinas. É muito provável, portanto, que a maioria das expedições realizadas por iniciativa dos senhores de engenho ou de outros moradores poderosos das regiões mais próximas aos mocambos não tenha sido encarada como parte desse esforço oficial e, por conseqüência, não tenha sido registrada nesses documentos.

Apenas uma expedição idealizada por moradores está registrada na documentação pesquisada como efetivamente realizada. Em 1673, o alcaide-mor da vila de Porto Calvo, Cristovão Lins, decidiu enviar uma

Tabela 4 – Quantidade de expedições militares (entradas) por tipo de ordem inicial (segundo a documentação)	
Mandante (ou Autor(es) da Ordem Inicial	Quantidade de expedições encontradas na documentação (Ano das expedições)
Moradores	1 (1673)
Câmaras e governador de Pernambuco	1 (1677)
Governador de Pernambuco	14 (1654, 1655, 1661, 1662, 1664, 1674, 1675, 1676, 1679 ⁹⁶ , 1681, 1685, 1692, 1694)
Governador geral e governador de Pernambuco	1 (1672)
Governador geral	1 (1692)
Conselho Ultramarino	0
Coroa	1 (1683 ⁹⁷)
Não identificada na documentação	7 (1654, 1680, 1680, 1680, 1681, 1682, 1695 ⁹⁸)
Total	26
<p>Fontes: Ordem de Francisco Barreto a André Gomes e Brás da Rocha Cardoso de 5 de setembro de 1654, Regimento de Francisco Barreto de 5 de setembro de 1654, Regimento de Francisco de Brito Freire de 4 de janeiro de 1661, Ordem de Francisco de Brito Freire à câmara do Rio de S. Francisco de 24 de dezembro de 1661, Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 1 de outubro de 1664, Edital de Aires de Sousa de Castro de 17 de agosto de 1679, Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 6 de dezembro de 1679, Edital de Aires de Sousa de Castro de 16 de agosto de 1681, Nomeação de João da Cunha Souto Maior a Fernão Carrilho de 6 de setembro de 1685, Ordem do Marquês de Montebelo de 7 de janeiro de 1693, Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao provedor da Fazenda Real de 13 de outubro de 1672, Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 24 de novembro de 1680. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 16-17(doc. 33), fl. 20v-21 (doc. 39), fl. 66v-67v (doc. 61), fl. 63-63v (doc. 55), fl. 119v-120 (doc. 24), fl. 340 (doc. 25), fl. 361v (doc. 93), fl. 343-343v (doc. 34), fl. 402-403 (doc. 7), fl. 524v-525 (doc. 22), fl. 323 (doc. 237), fl. 364v (doc. 107). Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673, Cópia de uma carta anônima escrita em 1687, Informações do Conselho Ultramarino, Consulta do Conselho Ultramarino de 13 de novembro de 1694, Carta do Marquês de Montebelo a Sua Majestade de 5 de setembro de 1692, Carta de dom João de Sousa de 10 de agosto de 1684, Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de junho de 1689, Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1698, Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697, Informação do Conselho Ultramarino de 1681, Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1701, Carta de Caetano de Melo de Castro a Sua Majestade de 14 de março de 1696. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10-19, D. 988, D. 1409 (anexo 02), D. 1715, D. 1230, D. 1151, D. 1674, D. 1584, D. 1298, D. 1359, D. 1754, D. 1741, D. 1212, D. 1867, D. 1697 (anexo 01).</p>	

⁹⁶ As decisões tomadas acerca da preparação dessa expedição foram discutidas por um conselho reunido pelo governador de Pernambuco. Edital de Aires de Sousa de Castro de 17 de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 340, doc. 25.

⁹⁷ As decisões tomadas acerca da preparação dessa expedição foram discutidas por um conselho reunido pelo governador de Pernambuco. Carta de dom João de Sousa de 10 de agosto de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1298.

⁹⁸ Apesar de o governador ter sido declarado pelo Conselho Ultramarino como o responsável por se alcançar a morte de Zumbi (Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de agosto de

expedição em represália a ataques palmarinos a seus canaviais⁹⁹. Apesar de ter um cargo público, Cristovão Lins aparenta ter agido nesse caso mais como um senhor de engenho buscando defender sua produção do que como um alcaide-mor. Os dois papéis, no entanto, não podem ser desmembrados, já que o alcaide-mor não era concebido na época como um simples administrador público, mas sim como alguém que, antes de tudo, deveria ser um proprietário influente.

De qualquer modo, a participação dos moradores no planejamento e organização das expedições também ocorreu por meio da atuação das câmaras. Em 1677, as câmaras das vilas mais próximas a Palmares fizeram um acordo para convidar o capitão Fernão Carrilho para comandar uma expedição¹⁰⁰. Segundo Flávio Gomes, em 1669 também foi realizada uma entrada fruto de um acordo entre as câmaras de Porto Calvo, Alagoas, Sirinhaém e Penedo e comandada por Cristovão Lins¹⁰¹. No entanto, não foram encontrados nas séries aqui pesquisadas documentos que mencionassem essa entrada.

Dos quinze governadores que passaram pela capitania de Pernambuco entre o período de 1654 a 1695, três deles aparecem na documentação pesquisada como os que mais enviaram expedições contra Palmares: dom Pedro de Almeida (1674-1678), Aires de Sousa de Castro (1678-1682) e Caetano de Melo de Castro (1693-1699). No período compreendendo os governos dos dois primeiros, foram enviadas, de acordo com a documentação, 14 expedições, número muito próximo da soma de todas as expedições enviadas nos outros governos do período aqui estudado.

1696. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1697), não fica claro se a expedição de 1695 tinha originalmente o objetivo de lutar contra os palmarinos, nem de quem partira a ordem para a sua realização.

⁹⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de novembro de 1673. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fls. 2-2v; Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 988.

¹⁰⁰ Papel anônimo de 1687. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1409, anexo 02.

¹⁰¹ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 90.

Essa disparidade na distribuição do número de expedições enviadas por cada governador da capitania de Pernambuco pode ser explicada por pelo menos três fatores. Em primeiro lugar porque a documentação não é completa nem uniforme, ou seja, o volume de documentos nas séries pesquisadas é diferente para cada governante¹⁰²; em segundo lugar, é possível que nem todas as expedições tenham sido documentadas; e, em terceiro, porque nem todos os governadores agiram do mesmo modo e com a mesma intensidade para acabar com os mocambos de Palmares, devido aos contextos políticos, econômicos e administrativos de cada governo.

Em alguns casos, os governadores não tomaram sozinhos a iniciativa de realizar expedições. Os governadores gerais do Estado do Brasil também participaram do envio de algumas; entre elas, pode-se destacar a entrada comandada pelo coronel Antônio Jacome Bezerra em 1672, que, segundo o governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho, foi “encomendada” pelo governador geral Afonso Furtado do Castro do Rio de Mendonça¹⁰³.

Em outros momentos, foi reunido um conselho ou uma junta de pessoas entendidas no assunto para orientar seus preparativos. Em edital de 1679, redigido para regulamentar a entrada comandada por Manuel Lopes, Aires de Sousa de Castro afirmou ter chamado uma junta na qual se resolveu

“[...] o quanto era conveniente o executar-se este intento com toda a brevidade, para cuja facção se fez orçamento com a gente que havia ir a esta entrada, e os mantimentos que se lhes haviam de aprestar para o seu sustento [...]”¹⁰⁴.

Nesse caso, a junta não só decidiu enviar uma expedição contra os palmarinos, como também determinou o que seria necessário para manter os soldados que comporiam as tropas.

¹⁰² Além de saber que seria impossível ter hoje todos os documentos produzidos na época, é preciso lembrar que a sistemática de registro das ordens expedidas pode ter sido alterada nos diversos governos.

¹⁰³ Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao provedor da Fazenda Real de 13 de outubro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 323, doc. 237.

¹⁰⁴ Edital de Aires de Sousa de Castro de 17 de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 340, doc. 25.

É possível perceber, portanto, que as expedições enviadas contra Palmares foram fruto não só da decisão dos governadores da capitania, mas de diversas iniciativas, de acordo com o contexto político, ou seja, com as relações entre os governadores e as outras instâncias metropolitanas e com os interesses locais das câmaras e dos moradores.

5 - Financiamentos

Apesar de a maioria das expedições aqui estudadas possuírem um caráter oficial, tendo sido promovidas pelo poder colonial, isso não significa que os recursos necessários a elas vieram apenas da Coroa ou do governo de Pernambuco. Podem ser identificadas três fontes principais de financiamento para a maioria das entradas: a Fazenda Real da capitania de Pernambuco; os “moradores”, identificados genericamente na documentação ou pelas câmaras das vilas onde residiam; e as pessoas específicas, que contribuíram individualmente com os preparativos da expedição ou com o sustento das tropas.

Na documentação pesquisada são raras as expedições em que apenas a Fazenda Real aparece como financiadora. Um desses casos é a entrada feita pelos paulistas e seus índios, sob o comando de Domingos Jorge Velho, em 1692¹⁰⁵. Porém, mesmo nessa expedição, o pagamento pelos mantimentos

¹⁰⁵ Carta do Marquês de Montebelo ao rei de 5 de setembro de 1692. AHU_ACL_CU_015, Cx. 16, D. 1584; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 12 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 537v, doc. 80; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 20 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 537v, doc. 81; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 21 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538, doc. 82; Carta de José de Sá Mendonça de 21 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538, doc. 83 (e 84 e 86); Portaria do Marquês de Montebelo de 22 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538v, doc. 85; Portaria do Marquês de Montebelo de 22 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538v-539, doc. 87; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 15 de janeiro de 1692. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 540, doc. 93; Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 23 de janeiro de 1693. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 541, doc. 98. Ver caso semelhante nas entradas comandadas por Bernardo Vieira de Melo e outros, entre 1694 e 1697. Ordem de Caetano de Melo de Castro ao provedor da Fazenda Real de 15 de julho de 1695. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31,

para a tropa paulista se deu por meio do reembolso de gastos já feitos. Do mesmo modo, as expedições diplomáticas de 1678 já mencionadas também aparecem como tendo sido financiadas pelo reembolso da Fazenda Real aos seus oficiais participantes¹⁰⁶.

À Provedoria da Fazenda Real cabia principalmente o fornecimento das fardas aos soldados das tropas pagas. Como procura demonstrar Kalina V. da Silva, o órgão tinha o costume de realizar essa tarefa com atraso, sendo que, quando o pagamento era efetuado, na maioria das vezes utilizava-se farinha como moeda. Muito importante para a alimentação das tropas, a farinha não era, entretanto, a única coisa que precisava ser fornecida para a realização de uma expedição. Ela poderia ser trocada por outros itens importantes, como fardas, armas, munições e remédios, mas provavelmente não em quantidade suficiente para todos os participantes das entradas¹⁰⁷.

De qualquer modo, as tropas pagas provavelmente não representaram a maioria do contingente enviado contra Palmares. Os soldados das milícias e das ordenanças não recebiam pagamento proveniente do governo, sendo necessário que seus suprimentos fossem fornecidos por eles mesmos ou pelos moradores que não participavam das entradas. O serviço prestado a Coroa pelos financiadores das entradas, portanto, ou era reembolsado pela Provedoria da Fazenda, provavelmente com atrasos e em um valor inferior ao gasto inicialmente, ou era encarado como um “direito” dos residentes na capitania de servir ao rei – e que podia resultar-lhes, às vezes, em mercês.

No entanto, esse procedimento da Provedoria da Fazenda Real não aparece na documentação pesquisada como tendo sido placidamente aceito

fl. 575v, doc. 63; Ordem de Caetano de Melo de Castro ao provedor da Fazenda Real de 15 de abril de 1695. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 577v-578, doc. 74; Carta de José de Sá Mendonça de 21 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 538v, doc. 86.

¹⁰⁶ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 21 de junho de 1678. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 334, doc. 5; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 21 de junho de 1678. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 344, doc. 38; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 20 de junho de 1678. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 344, doc. 37.

¹⁰⁷ Kalina Vanderlei da Silva. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, pp. 180-183.

em todos os momentos. Pelo contrário, é possível perceber várias disputas acerca da divisão dos gastos entre a Fazenda Real e os moradores. Em muitos casos, quando essa situação é relatada na documentação produzida pelos governadores de Pernambuco, estes aparecem como “mediadores” dessas disputas. Em uma carta de 1683, por exemplo, o governador dom João de Sousa tentou convencer os moradores de alguma vila não identificada a participarem do financiamento, afirmando que a contribuição deles não “livraria” a Fazenda Real de suprir boa parte dos gastos¹⁰⁸.

Três anos depois, o novo governador da capitania, João da Cunha Souto Maior, demonstrou a mesma necessidade de “equilibrar” os gastos dos moradores e da Fazenda Real, argumentando não ser “justo” para os moradores fazerem mais contribuições do que já havia sido pedido, sendo necessário utilizar as “sobras” da Fazenda Real¹⁰⁹.

A economia de Pernambuco enfrentou sérias dificuldades no período aqui estudado. Desde prejuízos econômicos com a ocupação holandesa até surtos de doenças, vários fenômenos abalaram a produção local. No entanto, a aplicação dos recursos da Fazenda Real não era uma questão ligada apenas à situação econômica da capitania. Mesmo estando a Fazenda Real em uma boa situação, ela não deveria ser diminuída, a não ser em casos realmente necessários. O objetivo da colonização da América Portuguesa era aumentar os rendimentos da Coroa, e não onerá-la. Desse modo, os documentos evidenciam ter havido uma discussão acerca de qual seria a “boa utilização” da Fazenda Real.

Essa questão pode ser observada por meio da comparação entre duas cartas escritas pelo provedor da Fazenda Real de Pernambuco, João do Rego Barros, sobre a aplicação dos recursos do órgão pelos governadores de Pernambuco nas expedições enviadas contra Palmares. Na primeira, datada de 1678, lemos um elogio ao modo como dom Pedro de Almeida vinha administrando a guerra, em comparação com seus antecessores. Segundo Rego Barros, o governador conseguiu resultados que ninguém mais havia

¹⁰⁸ Carta de dom João de Sousa de 1 de julho de 1683. AUC, CCA, IV, 3ª-1-1-31, fl. 386v-387, doc. 60.

¹⁰⁹ Carta de João da Cunha Souto Maior ao rei de 2 de agosto de 1686. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1383.

atingido e, ao contrário dos outros, “[...] mandou conquistar estes negros com tão boa fortuna, que sem se fazer nenhuma despesa da fazenda de Vossa Alteza mais que das munições, mataram e destruíram tanta quantidade [de palmarinos] [...]”¹¹⁰.

Esse tipo de avaliação não ficou restrito ao provedor da Fazenda Real, sendo que, em carta do mesmo ano de 1678, o próprio governador dom Pedro de Almeida afirmou que a vitória sobre os mocambos palmarinos já estava quase certa, tendo sido alcançada “[...] sem despesa alguma da fazenda de Vossa Alteza e sem apertos destes seus vassallos [...]”¹¹¹.

No entanto, diferentemente do que João do Rego Barros havia pensado, a luta contra os palmarinos não terminaria com o acordo de paz feito em 1678, e novas despesas seriam feitas para tentar destruí-los. Em outra carta, de 1693, o provedor reclamou dos gastos feitos sem que se alcançassem bons resultados, afirmando que:

“[...] as terras e conquistas dos Palmares se acha[m] hoje no mesmo estado que dantes [...] sem que a tropa dos paulistas lhes tenha feito nenhum dano e só despesas da fazenda de Vossa Majestade [...], de que resulta não só o dano que fazem os moradores, mas também a grande falta que experimenta a fazenda de Vossa Majestade nos dizimos e mais contribuições [...]”¹¹².

Uma expedição considerada boa pela Fazenda Real, portanto, seria aquela que alcançasse vitórias contra os inimigos sem utilizar recursos régios. Uma expedição ótima, por sua vez, faria, além disso, presas que gerariam lucros à Fazenda, livrando os moradores das ameaças palmarinas e das despesas com as entradas, podendo eles, assim, pagar seus dizimos e outras taxações sem maiores problemas ou reclamações.

¹¹⁰ Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

¹¹¹ Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103. Ver também o Parecer do Conselho Ultramarino de 28 de abril de 1678. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 21.

¹¹² Carta de João do Rego Barros ao rei de 26 de agosto de 1693. AHU_ACL_CU_015, Cx. 16, D. 1620.

A preocupação com as dificuldades financeiras que poderiam ser causadas aos moradores devido às suas contribuições para as expedições está presente em vários dos documentos analisados. Neles, a contribuição dos moradores aparece, principalmente, como tendo ocorrido por meio da finta da farinha, que servia para guarnecer as tropas. Cabia geralmente às câmaras recolherem as contribuições obrigatórias ordenadas pelo governador da capitania. As que mais aparecem na documentação como financiadoras de entradas são as das vilas de Alagoas, Porto Calvo, Sirinhaém, Rio de São Francisco e Itamaracá, principalmente devido à proximidade desses povoados da região dos Palmares.

Apesar de muitos governadores justificarem a necessidade de enviar expedições contra Palmares pelos danos e ameaças sofridos nessas localidades, em alguns documentos pesquisados as câmaras aparecem como contribuintes “contrariadas”, principalmente no caso de terem de arcar com gastos “extras”, não previstos no início das preparações¹¹³.

É importante notar, no entanto, que, devido às características da documentação escolhida para essa pesquisa, as ações das câmaras aparecem na maioria das vezes narradas por outros agentes coloniais, o que pode acabar ofuscando os pontos de vista dos oficiais desses órgãos. No caso dos documentos produzidos pelos governadores de Pernambuco, a capacidade destes de convencer moradores e câmaras a contribuir aparece quase sempre com destaque.

Alguns governadores de Pernambuco também contribuíram com suas próprias fazendas, como no caso de Francisco de Brito Freire¹¹⁴ e Aires de Sousa de Castro¹¹⁵. Suas contribuições podem ser classificadas como “individuais”, sendo importante lembrar mais uma vez que muitos dos relatos que trazem essas informações foram produzidos com o intuito de engrandecer

¹¹³ Carta de Fernão de Sousa Coutinho a Antônio Jacome Bezerra de 22 de novembro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 324-324v, doc. 240.

¹¹⁴ Ordem de Francisco Brito Freire à câmara de Porto Calvo de 23 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 65-66, doc. 59; Ordem de Francisco de Brito Freire à câmara de Alagoas de 24 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 63v-64v, doc. 56.

¹¹⁵ Carta de dom João de Sousa ao príncipe regente de 26 de maio de 1682. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1226.

os feitos dos governadores perante outras esferas do poder colonial. Desse modo, a quantidade de muitas dessas contribuições pessoais pode ser um pouco exagerada, não deixando de revelar, no entanto, que o financiamento para as expedições contava também com uma participação de caráter mais privado.

A documentação menciona ainda que alguns chefes militares financiaram expedições por eles comandadas. Na informação do Conselho Ultramarino sobre os serviços do capitão João da Fonseca lê-se, por exemplo, que ele marchou “[...] com a sua companhia ao sertão mais de 40 léguas [...], gastando muito de sua fazenda com sua pessoa, escravos e soldados [...]”¹¹⁶. Assim como as informações dadas pelos governadores, os relatos fornecidos pelos militares sobre seus feitos ao Conselho Ultramarino também podem ser recursos retóricos para valorizar seus serviços e obter mercês. De qualquer modo, vista a relutância da Fazenda Real e dos moradores em contribuir abundantemente com as expedições, é possível que alguns militares e governadores precisaram despender de seus próprios recursos para sustentar e armar as tropas. Além disso, é importante lembrar que, na grande maioria das vezes, as expedições não foram encaradas como empreendimentos exclusivos do governo, contando com a participação de “particulares” inseridos na estrutura política e militar da capitania.

Assim, é possível perceber que as entradas realizadas contra Palmares contaram com diversos tipos de financiamento, e que esta poderia ser uma questão geradora de conflitos entre as diversas instâncias do poder colonial e os moradores. Esse modo de financiar expedições militares e outros tipos de ações na colônia não difere, porém, do que a Coroa portuguesa usualmente fazia na América, delegando responsabilidades financeiras e administrativas para os colonos.

Assim como os tipos de financiamento, as outras informações coletadas sobre as expedições evidenciam que houve mais de um modo de organizar e realizar as lutas contra os palmarinos, e que elas foram frutos da ação de vários setores da sociedade colonial, envolvendo desde os moradores da capitania e seus escravos até a Coroa e o seu Conselho Ultramarino.

¹¹⁶ Informação do Conselho Ultramarino de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1212.

[capítulo dois]

A configuração militar das expedições

Como se pode depreender dos exemplos citados no capítulo anterior, as expedições enviadas contra os mocambos de Palmares foram formadas por diversos tipos de tropas. Segundo Kalina Vanderlei da Silva, a estrutura militar da capitania de Pernambuco, modificada depois da expulsão dos holandeses em 1654 e da reforma iniciada pelo governador da capitania Francisco de Brito Freire, possuía um único tipo de tropa regular, profissional e remunerada. É importante lembrar que a criação de exércitos profissionais, ligados burocraticamente ao Estado faz parte, em Portugal, de um período de mudança na estrutura militar, impulsionada pelo fim da União Ibérica (1640)¹. Essa modernização militar, segundo o historiador português Antônio Manuel Hespanha, aconteceu em Portugal de maneira diferente do resto da Europa central, principalmente porque as maiores experiências bélicas portuguesas ocorreram em suas possessões no ultramar, e não no enfrentamento entre exércitos de outros Estados-nação do continente europeu².

O aprendizado português em seu império e no relacionamento com outras nações, portanto, foi testado na América, sendo adaptado às necessidades e condições locais³. Desde o início da colonização, a preocupação da Coroa portuguesa com os custos da exploração, ocupação e defesa da América estimulou a delegação de poderes e responsabilidades aos colonos que aqui se instalaram. No âmbito militar, isso significou uma maior dependência em relação às tropas não permanentes e não remuneradas, formadas a partir do recrutamento de colonos. As tropas auxiliares (ou milícias) e as ordenanças existiam também no reino, mas aqui ganharam muita importância⁴.

¹ Kalina Vanderlei da Silva. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001, p. 28

² Antônio Manuel Hespanha. "Introdução" in Manuel Themudo Barata; Nuno Severiano Teixeira (dir) *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004, p. 9.

³ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 50

⁴ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 54.

As milícias eram organizadas sob um critério territorial, de acordo com as freguesias (onde eram divididas em companhias) e as comarcas (onde eram divididas em terços⁵). Remuneradas apenas quando estavam em atividade, elas eram formadas de acordo com critérios sociais, havendo, por exemplo, um terço dos homens negros e outro dos brancos⁶. O terço que agrupava os negros era chamado de “terço dos Henriques”, pois seu primeiro mestre de campo foi Henrique Dias. Segundo Evaldo Cabral de Mello, vários escravos alistados nesse terço foram alforriados pelo poder colonial por seus serviços durante as lutas contra os holandeses. Porém, muitos permaneceram cativos apesar de seus feitos, por terem sido “emprestados” por seus senhores para combaterem os holandeses, tendo de retornar às senzalas após a guerra – o que vários se recusaram a fazer. Para tentar resolver a questão dos escravos que lutavam pela Coroa, o governador Matias de Albuquerque determinou que apenas os africanos livres deveriam ser recrutados⁷.

O terço dos Henriques participou de várias expedições enviadas contra Palmares, assim como o terço dos índios. Segundo Kalina Silva, todos os oficiais comandantes das milícias – que eram eleitos pelas câmaras – deveriam ser proprietários, inclusive os dos terços dos negros e dos índios⁸.

Havia também outro tipo de tropa, chamado de “ordenanças”. Organizadas pelo Regimento Geral das Ordenanças de 1570 e pela provisão de 1574, eram formadas por toda a população masculina entre 18 e 60 anos que não fazia parte nem das tropas pagas nem das milícias⁹. Também

⁵ Segundo Bluteau, a palavra “terço” era utilizada pelos portugueses e espanhóis para designar a mesma divisão de tropas militares chamada de “regimento” pelos franceses e alemães. Ele afirma que essa designação deriva do fato de que as divisões espanholas continham originariamente um terço do número de soldados que continha os um regimento francês. Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712-1728, p. 146. Disponibilizado na internet pelo IEB/USP: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em 03/04/2010, p. 110.

⁶ Graça Salgado (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, p. 98.

⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2007, pp. 193-195.

⁸ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 118-119, 137-138.

⁹ Segundo Kalina V. da Silva, havia também uma listagem para os escravos. (*Op. Cit.*, p. 119).

organizadas em terços e companhias, seu efetivo era listado e mobilizado quando necessário, não sendo, porém, deslocáveis¹⁰. Seu posto mais alto era preenchido pelos agricultores mais abastados e poderosos da localidade¹¹.

Por sua vez, as tropas pagas eram a única força “profissional”, ligada burocraticamente à administração colonial. Compostas por soldados recrutados dentro das ordenanças, elas eram distinguidas entre terços de cavalaria e terços de infantaria, sendo que estes ganharam maior importância ao longo do tempo. Também subdivididos em companhias, os terços pagos eram comandados por um mestre de campo ou coronel, auxiliado por um sargento-mor. Nas companhias a patente mais alta era a de capitão, sendo que este era auxiliado por um sargento e por um alferes. Já para a guarnição das fortalezas havia companhias especiais, chamadas “de presidio”¹².

No caso específico de Pernambuco, uma reforma na estrutura militar iniciada em 1663 pelo governador da capitania Francisco de Brito Freire reduziu o número de terços de infantaria pagos para dois, sendo um assentado em Olinda (sob o comando do mestre de campo Antônio Dias Cardoso) e outro em Recife (sob o comando do mestre de campo dom João de Sousa)¹³. Segundo Kalina V. da Silva, desde a restauração de Pernambuco, o pagamento dos soldos das tropas regulares era feito pela câmara de Olinda, sendo que à Fazenda Real cabia fornecer as fardas ou pagar aos soldados um valor equivalente a elas¹⁴.

1 - Formação das tropas

Dentro das séries documentais aqui pesquisadas, a distinção entre esses tipos de tropa não aparece de maneira clara. As cartas-patente, documentos

¹⁰ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 74.

¹¹ Antônio Manuel Hespanha. “Conclusão”. *Op. Cit.*, p. 361; Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 119-118.

¹² Antônio Manuel Hespanha. “Introdução”. *Op. Cit.*, p. 14; Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 75, 76, 101, 105.

¹³ Francisco A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos. 1635-1665. [1923] Vol. 2 e 3. 2ª. Ed [Fac-simile da edição de 1952]. Recife: FUNDARPE, 1983, p. 364; Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 90, 151.*

¹⁴ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, pp. 169-180.

que possuem as informações mais completas sobre o posto concedido a determinado indivíduo, não fizeram parte dessa pesquisa. Porém, aqui foram encontradas descrições dos serviços de alguns indivíduos que mandaram ao Conselho Ultramarino suas fés de ofício, com o objetivo de pleitear um novo posto ou ofício. Para a escolha do candidato, os conselheiros reuniam os papéis de todos os interessados nessa mercê e, em uma consulta, descreviam ao rei seus feitos e méritos, sugerindo, ao final, o melhor indivíduo para aquele cargo.

Tendo isso em vista, foi elaborada a tabela 5, que traz os soldados e oficiais que aparecem na documentação pesquisada como participantes de mais de três expedições contra Palmares, incluindo também os seus postos.

Além de a maioria dos documentos não mencionar o tipo de tropa, a dificuldade em obter essa informação deve-se também ao fato de que muitos nomes de postos eram comuns às diferentes tropas. Um sargento-mor, por exemplo, poderia ser dos corpos regulares, das milícias, ou das ordenanças¹⁶. Além disso, o mestre de campo e o capitão-mor dos corpos regulares eram também responsáveis pelo comando, pela instrução e pela disciplina das milícias¹⁷.

Segundo a bibliografia, na própria documentação colonial vê-se uma confusão entre o que é chamado de ordenanças e de milícias¹⁸. A falta de definição dos tipos de tropas nos documentos é um indício de que a estrutura militar colonial não é tão passível de ser categorizada como alguns historiadores gostariam. A divisão entre as tropas aparece na legislação e nos regimentos que as criaram e regularam, mas isso não significa que ela era respeitada sempre, principalmente quando o assunto era a defesa de uma colônia na América.

¹⁶ Graça Salgado. *Op. Cit.*, p. 98, 312-313.

¹⁷ Graça Salgado. *Op. Cit.*, p. 98.

¹⁸ Graça Salgado. *Op. Cit.*, p. 98. Sobre isso ver também: Antônio Manuel Hespanha. "Introdução". *Op. Cit.*, p. 14; Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 74, 76, 82, 119; Francis Albert Cotta. *No Rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado em História. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, p. 116.

Tabela 5 - Homens que participaram de mais de 3 expedições enviadas contra Palmares (de acordo com a documentação)		
Nome	Posto(s) militar(es) / Período em que ocupou esse posto ¹⁵	Ano das expedições de que participou
Antônio da Silva Barbosa	Capitão de infantaria (1680)	1664, 1680, 1686
Antônio Pinto Pereira	Soldado, alferes, capitão vivo e reformado (1646-1683)	1677, 1679, 1680, 1681, 1694
Belchior Pinto	Soldado, cabo de esquadra, sargentos do número, alferes, ajudante supra, e ajudante do número do terço do mestre de campo Zenóbio Acioli de Vasconcelos (1671-1697)	1683, 1684, 1694
Carlos da Cunha	Soldado do terço do mestre de campo Zenóbio Acioli de Vasconcelos (1673-1688)	1672, 1674, 1679, 1680
Fernão Carrilho	Capitão-mor da guerra dos Palmares (nomeação em 1676) Soldado na companhia do mestre de campo d. João de Sousa (1677-1679) Capitão-mor da conquista de Palmares (1678) Cabo e capitão-mor das tropas que lutarão contra Palmares (nomeação em 1685)	1676, 1677, 1681, 1685
João da Fonseca	Capitão-mor de Alagoas e capitão de infantaria da ordenança de Alagoas (1651-1681)	1672, 1677, 1679, 1681
Manuel Lopes Galvão	Capitão reformado e sargento-mor (1672-1682)	1675, 1677, 1679, 1680
Fonte: Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 24 de novembro de 1680, Nomeação de João da Cunha Souto Maior ao capitão Fernão Carrilho de 6 de setembro de 1685. AUC, CCA, IV, 3 ^a -1-1-31, fl. 364v (doc. 107), fl. 402-403 (doc. 7). Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de janeiro de 1684, Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de maio de 1698, Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697, Informações do Conselho Ultramarino, Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678, Informação do Conselho Ultramarino de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, 13, 18, D. 1273, D. 1754, D. 1741, D. 1151, D. 1297, D. 1103, D. 1212.		

¹⁵ Esse período é baseado nas informações presentes na documentação ou na própria datação dos documentos que mencionam os postos.

De qualquer modo, os tipos de tropa enviados para lutar contra Palmares dependiam de quem ordenava a expedição, ou de quem ficava responsável por ajuntar os homens que dela participariam. Em vários casos foram nomeados homens para comandar entradas específicas, chamados genericamente na documentação de “cabos”. Alguns deles, no entanto, receberam uma nomeação especial, como foi no caso de Fernão Carrilho. Como pode ser visto na tabela 5, ele foi designado “capitão-mor da guerra dos Palmares” para uma entrada de 1676, “capitão-mor da conquista” para uma de 1677, e “cabo e capitão-mor das tropas” para uma de 1685.

É possível notar nas séries documentais pesquisadas, portanto, que cada expedição enviada contra Palmares reuniu gente diversa, sendo que, muitas vezes, foram formadas tropas exclusivamente para as entradas, sem que necessariamente fossem respeitadas as divisões militares clássicas, tal como aparecem na bibliografia. Em 1664, por exemplo, Jerônimo de Mendonça Furtado ordenou que o capitão-do-campo Gonçalo Fernandes fosse procurar e atacar mocambos, indo com ele “a gente que o costuma acompanhar”. Porém, se fosse necessário, Gonçalo Fernandes poderia pedir aos oficiais das companhias auxiliares que lhe cedessem seus soldados¹⁹.

Segundo Stuart Schwartz, o posto de capitão-do-campo foi criado em Pernambuco no início do século XVII, com a atribuição de, juntamente com indígenas, participar de expedições para capturar negros fugitivos²⁰. No caso dessa entrada contra Palmares, no entanto, além das pessoas que normalmente estavam sob comando de Gonçalo Fernandes, poderiam participar também soldados de outras vilas, que passariam a lutar sob o seu comando.

Outro modo de organizar as expedições foi o envio de várias tropas que partiriam de diversas localidades, cada qual com seu comandante. Um exemplo dessa tática é a expedição realizada em 1662, por ordem do governador Francisco de Brito Freire. Para ela partiram tropas de Alagoas e Porto Calvo, comandadas respectivamente pelos capitães Simão Mendes e

¹⁹ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a Gonçalo Fernandes de 24 de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 122v, doc. 32.

²⁰ Stuart B. Schwartz. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos negros e indígenas”. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003, p. 23.

Sebastião de Sá²¹. Além desses, participaram também da entrada o capitão-mor Camarão e o capitão dos índios Jorge Peres, que também partiram de localidades diferentes²².

A utilização de diversas tropas combinadas em uma única entrada exigia uma maior organização e comunicação entre os diversos comandantes, pois todos deveriam partir em uma mesma data. Em ordem à câmara de Porto Calvo (escrita em dezembro de 1661), o governador determinou que elas deveriam reunir-se a tempo de partir no dia 7 de janeiro, e que os que descumprissem essa ordem seriam punidos “[...] não só por delito, mas como uma vil espécie de traição [...]”²³.

Dois anos depois, o novo governador de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado organizou uma expedição militar da qual participaram tropas que partiram de Alagoas, Sirinhaém e Porto Calvo²⁴. Segundo a documentação, essas tropas eram compostas por soldados de tropas auxiliares, moradores capazes de pegar em armas, soldados pagos²⁵, tapuias do sertão do Rodela²⁶ e índios comandados pelo capitão-mor Camarão²⁷.

²¹ Ordem de Francisco de Brito Freire à câmara de Alagoas de 24 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 63v-64v, doc. 56; Ordem de Francisco Birto Freire à câmara de Porto Calvo de 23 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 65-66, doc. 59; Regimento de Francisco de Brito Freire de 29 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 66-66v, doc. 60.

²² Ordem de Francisco de Brito Freire à câmara de Alagoas de 24 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 63v-64v, doc. 56.

²³ Ordem de Francisco Birto Freire à câmara de Porto Calvo de 23 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 65-66, doc. 59.

²⁴ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Porto Calvo de 16 de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 154v-155, doc. 111.

²⁵ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Sirinhaém de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 123v-124, doc. 35; Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a André Gomes de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 124-124v, doc. 37.

²⁶ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 12 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 161v-162, doc. 119.

²⁷ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a Manuel Lopes de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 157-158, doc. 114; Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 169, doc. 126.

A opção pelo emprego de tropas indígenas, muito freqüente nas expedições aqui analisadas, pode ser explicada, dentre outros motivos, pelo tipo de confronto que acontecia entre as forças a serviço do poder colonial e os palmarinos. As “guerras dos matos”²⁸ pediam tropas mais baratas, mais ágeis e conhecedoras do sertão. Além disso, segundo Ronald Raminelli, o emprego militar dos índios de Pernambuco foi uma das formas encontradas pela administração colonial de construir alianças com os indígenas e mantê-los leais à Coroa portuguesa e à fé católica²⁹.

Um dos melhores exemplos dessa relação entre os índios da capitania e o governo colonial é o do terço miliciano do Camarão. Seu nome deve-se à família de potiguares que o comandou, sendo que seus membros foram nomeados capitães-mores e governadores dos índios aldeados de Pernambuco, tendo alguns deles recebido hábitos de importantes ordens militares³⁰. O primeiro capitão-mor e governador dos índios foi dom Antônio Filipe Camarão e, depois de sua morte em 1648, seu primo, dom Diogo Pinheiro Camarão exerceu o posto até 1677. Seguiram-se a ele dom Antônio João Camarão, que, sendo destituído por mau governo em 1682, deu lugar ao tabajara Antônio Pessoa Arco Verde. Com a morte de Arco Verde em 1693, o posto de governador dos índios retornou à família Camarão, para dom Sebastião Pinheiro Camarão (1694-1721)³¹.

Na documentação pesquisada aparecem como participantes de expedições militares contra Palmares os capitães-mores Diogo Pinheiro Camarão, Antônio João Camarão e Antônio Pessoa Arco Verde, o primeiro em

²⁸ Pedro Puntoni. “As guerras no Atlântico Sul: a Restauração (1644-1654)” in *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2, pp. 284-290.

²⁹ Ronald Raminelli. “Privilegios y malogros de la familia Camarão”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Coloquios, 2008, pp. 2-11. Disponibilizado online em <http://nuevomundo.revues.org/index27802.html>; acesso em 02/06/2010.

³⁰ Sobre isso ver Ronald Raminelli. *Op. Cit.*

³¹ Ronald Raminelli. *Op. Cit.*, pp. 5-8.; Francisco A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos*. 1635-1665. Vol. 3. 2ª. Ed [Fac-simile da edição de 1952]. Recife: FUNDARPE, 1983, pp. 43-45; Loreto Couto. “Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco” in *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 25, 1903, p. 97.

entradas feitas em 1662³² e em 1664³³, o segundo em 1680³⁴, e o terceiro na entrada realizada em 1692, juntamente com Domingos Jorge Velho³⁵.

Além das tropas indígenas, as tropas milicianas dos negros e mulatos também foram empregadas contra Palmares. Por seus feitos nas guerras contra os holandeses, Henrique Dias, comandante negro nascido em Pernambuco, recebeu o título de “governador dos crioulos, negros e mulatos”, sendo sua patente confirmada em 1639, pelo conde da Torre³⁶.

Um dos mestres de campo sucessores de Henrique Dias foi Domingos Rodrigues Carneiro³⁷, que recebeu sua patente em 1694. Antes disso, desde, 1688, Carneiro havia sido sargento-mor do mesmo terço, tendo participado de várias entradas contra Palmares, segundo a bibliografia³⁸. Hebe Mattos, ao analisar a carta patente de mestre de campo concedida a Henrique Dias³⁹, afirma que, nesse documento, os serviços prestados pelo suplicante e seus familiares contra os holandeses são equiparados às participações nas lutas contra Palmares, contribuindo para que, além do posto, Domingos Rodrigues Carneiro recebesse também a mercê do hábito da Ordem de Avis⁴⁰.

³² Ordem de Francisco Birto Freire à câmara de Porto Calvo de 23 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 65-66, doc. 59.

³³ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado a Manuel Lopes de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 157-158, doc. 114.

³⁴ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 7 de outubro de 1680. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 363, doc. 100.

³⁵ Ordem do Marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 12 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 537v, doc. 80.

³⁶ Francisco A. Pereira da Costa. *Anais Pernambucanos. 1635-1665*. Vol. 2, p. 418.

³⁷ Segundo Jose Antônio Gonsalves Mello, os mestres-de-campo do Terço dos Henriques cujas patentes foram concedidas de 1639 a 1694 foram (em ordem cronológica): Henrique Dias, Antônio Costa, Antônio Gonçalves Caldeira, João Martins, Jorge Luis Soares e Domingos Rodrigues Carneiro. (José Antônio Gonsalves de Mello. *Henrique Dias. Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, CNPq, 1988).

³⁸ O principal autor a mencionar as participações do terço dos Henriques é Décio Freitas. (*Palmares: A Guerra dos Escravos*. [1973] 5^a Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990).

³⁹ Publicada por Antônio Joaquim de Mello. *Biografia de Alguns Poetas, e Homens Ilustres da Provincia de Pernambuco*. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858, p. 239.

⁴⁰ Hebe Mattos. Hebe Mattos. “Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português”. *XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH*, 2001, p. 5 (disponível online em

É sabido que tanto o terço do Camarão quanto o de Henrique Dias foram importantes na restauração de Pernambuco, e também nas guerras contra Palmares. No caso dos índios, como a sua escravização era proibida pela legislação, todos os pertencentes ao terço do Camarão eram legalmente livres, ainda que aldeados. Já os negros e mulatos do terço dos Henriques não eram necessariamente livres. Muitos deles juntaram-se ao terço com a promessa de alforria, principalmente no período de luta contra os holandeses, sendo que apenas alguns conseguiram alcançar a liberdade.

Escravos que não eram soldados também participaram de expedições contra Palmares, com a função principal de carregar mantimentos, armamentos e outros materiais necessários à entrada. Eles acompanhavam seus senhores quando estes também participavam da entrada, ou então eram fornecidos por moradores que permaneceram nas vilas. Em um edital feito pelo governador Aires de Sousa de Castro em 1679, por exemplo, ficou determinado que, para a expedição que lutaria contra Zumbi, os moradores das vilas seriam responsáveis por fornecer escravos para a condução dos mantimentos⁴¹. Já Luis da Silveira Pimentel relatou ao Conselho Ultramarino ter participado da expedição de 1694 que destruiu Macaco, carregando a madeira necessária para a construção de uma contra-cerca juntamente com seus soldados e escravos⁴².

<http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>; acesso em 02/06/2010). Sobre o terço dos Henriques e o estabelecimento de hierarquias na América Portuguesa baseadas na cor ver também: Hebe Mattos. "'Pretos' and 'Pardos' between the Cross and the Sword: Racial Categories in Seventeenth Century Brazil". *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 80, abr, 2006, pp. 43-55 (disponível online em http://www.cedla.uva.nl/60_publications/PDF_files_publications/80RevistaEuropea/80Mattos-ISSN-0924-0608.pdf; acesso em 03/06/2010).

⁴¹ Edital de Aires de Sousa de Castro de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 339v, doc. 24.

⁴² Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1741.

Além dos escravos carregadores, das tropas pagas, das milícias e das ordenanças, outro grupo teve importante papel nas lutas contra Palmares: os paulistas. Nas séries documentais pesquisadas foram encontradas três importantes entradas realizadas pelos paulistas: a primeira em 1692, sob comando único de Domingos Jorge Velho; a segunda em 1694, que reuniu os soldados do coronel paulista com os dos “pernambucanos” Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias; e a terceira, em 1695, comandada pelo capitão André Furtado de Mendonça.

As descrições e avaliações acerca das tropas de Domingos Jorge Velho encontradas na documentação não são unânimes. Em um requerimento feito pelos paulistas, transcrito e publicado por Ernesto Ennes, os homens que partiram para Pernambuco com Jorge Velho são quantificados em “[...] mil homens de arcos e duzentos de espingardas, e oitenta e quatro brancos [...]”⁴³. Porém, durante a viagem feita por eles, teria morrido 195 e fugido 200. Após novas baixas na entrada realizada em 1692, teriam sobrado, para participar da expedição de 1694, 600 “gentios” e 45 “brancos”. O documento, ao louvar os feitos dos paulistas, afirma que eles eram os mais apropriados para por um fim definitivo nos mocambos de Palmares, pois, com o auxílio dos indígenas, saberiam andar pelo mato e encontrar os negros nele espalhados⁴⁴.

Nesse requerimento, a participação dos indígenas é valorizada e dada como uma das razões do sucesso das tropas de Domingos Jorge Velho. Porém, o modo como esses índios passavam a fazer parte das tropas paulistas passava pelo perigo da escravização, que, apesar de legalmente proibida, era realizada constantemente pelos “bandeirantes” e também por outros grupos em várias partes do território. Nas séries aqui pesquisadas foi possível encontrar um documento que demonstra essa conflituosa relação entre os paulistas e os indígenas: em uma ordem régia de 1691, enviada ao marquês de Montebelo,

⁴³ Requerimento de Domingos Jorge Velho, s.d. *apud* Ernesto Ennes. *Os Palmares (Subsídios para a sua história)*. Lisboa: I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. 5ª Secção, 1937, documento 38, p. 114.

⁴⁴ Requerimento de Domingos Jorge Velho, s.d. *apud* Ernesto Ennes. *Os Palmares*, documento 38, p. 120.

governador de Pernambuco, o rei determina que sejam averiguadas as denúncias recebidas sobre a atuação de Domingos Jorge Velho. Segundo a informação que chegou à corte, o paulista teria vendido como cativas mulheres e crianças indígenas já batizadas, de uma aldeia dos padres da Companhia de Jesus⁴⁵.

A figura de Domingos Jorge Velho, valorizada como exemplo de liderança militar por historiadores como Francisco Adolfo de Varnhagen e Affonso de Escragnole Taunay⁴⁶, aparece descrita de maneira bem diferente em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1697. Nela, os conselheiros expuseram ao rei a opinião do bispo de Pernambuco sobre o coronel paulista: este seria um dos maiores selvagens que ele havia encontrado em Pernambuco, que nem era capaz de se comunicar em língua “civilizada”, necessitando de um tradutor (“língua”) para ser compreendido pelo bispo. Além disso, a vida cotidiana de Domingos Jorge Velho e suas atitudes para com os índios também escandalizaram o religioso. Segundo este, o paulista

“[...] desde que teve uso de razão (se é que a teve, porque se assim foi, de sorte a perdeu, que entendo a não achará com facilidade) até o presente anda metido pelos matos à caça de índios e de índias, estas para o exercício de suas torpezas, e aqueles para os granjeios dos seus interesses. [...]”⁴⁷

Desse modo, os paulistas são elogiados ou criticados na documentação, de acordo com os interesses e com os resultados de seus serviços. A contratação de Jorge Velho demonstra que, naquele momento, os agentes coloniais estiveram dispostos a buscar outro tipo de tropa para lutar contra

⁴⁵ Ordem régia ao marquês de Montebelo de 31 de janeiro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-33, fl. 197v, doc. 60.

⁴⁶ Como já foi mencionado na introdução, ambos os autores buscaram valorizar os feitos dos “paulistas”, dando destaque, no caso da história de Palmares, à figura de Domingos Jorge Velho. Sobre isso ver ver Andressa Mercês Barbosa dos Reis. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2004, pp. 48-50.

⁴⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de outubro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1732.

Palmares, um tipo que foi muito útil não só contra os escravos fugitivos, mas contra os índios da região que não quiseram se submeter ao governo colonial⁴⁸.

Quanto à quantidade de soldados que participaram das expedições, não é possível chegar a um número exato, principalmente porque, no caso dos pedidos de mercê e outros requerimentos, a quantidade de soldados descrita provavelmente foi aumentada ou diminuída com o objetivo de valorizar o solicitante. Além disso, a maioria dos documentos aqui analisados não tinha como objetivo uma descrição detalhada das tropas, nem a preocupação em quantificá-las exatamente. É possível, inclusive, que nem os agentes do poder colonial soubessem muito ao certo quais seriam esses números. O que há na documentação, portanto, são estimativas de quantos participantes seriam necessários para a realização das expedições, ou quantos seriam possíveis de serem mobilizados, de acordo com a situação militar da capitania.

De qualquer modo, pode-se observar nos documentos uma insatisfação dos organizadores das entradas quanto à falta de pessoas dispostas a participarem delas. Em uma ordem de 1672, o governador Fernão de Sousa Coutinho mandou prender soldados das ordenanças que encontraram uma maneira de não lutar contra Palmares, pois “[...] fugiram todos, sem quererem acudir como eram obrigados [...]”⁴⁹.

Para a mesma expedição, o governador reclamou também da falta de mulatos forros. Segundo ele,

“[...] se não achou nenhum homem destes que acudisse as companhias da ordenança e por [para] que não ficassem eles isentos quando os brancos marcham, será justo que os obriguem os seus próprios capitães, assim [como] se fez por todas estas vilas e freguesias [...]”⁵⁰.

⁴⁸ Antes de lutarem contra Palmares, as tropas comandadas por Domingos Jorge Velho foram empregadas pelo governador geral Matias da Cunha para combater índios insubmissos da capitania do Rio Grande. Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1694. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1670.

⁴⁹ Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao ouvidor de Itamaracá de 22 de outubro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 275, doc. 82

⁵⁰ Carta de Fernão de Sousa Coutinho a Pero de Albuquerque de 15 de novembro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 275v, doc. 83.

Além da recusa dos soldados em participar das entradas, a situação de saúde dos comandantes de Pernambuco também era um problema a ser enfrentado pelos organizadores das guerras contra Palmares. Segundo Kalina Silva, a prática da Coroa de recompensar os “heróis” da restauração pernambucana com altas patentes militares fez com que os comandantes do período aqui estudado já estivessem velhos e doentes⁵¹. Segundo o Conselho Ultramarino, o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior informou em uma de suas cartas a condição de saúde de vários capitães, que estavam de cama “[...] por se acharem carregados de anos e achaques causados da guerra e defesa daquele estado, em que foram passados de balas e outras feridas [...]”⁵². Nesse mesmo documento, o governador pediu que esses oficiais fossem reformados, avisando também sobre a falta de oficiais capazes de lutar contra Palmares, de guarnecer as fortalezas e de disciplinar e treinar seus soldados⁵³.

Além disso, os homens que não queriam ir às entradas encontraram meios de se esquivarem delas. Em uma carta de 1672, Fernão de Sousa Coutinho alertou ao coronel Jacome Bezerra que os soldados que haviam sido apresentados a ele como incapazes tinham, na verdade, fingido seus ferimentos⁵⁴.

Comandantes incapazes acarretavam em soldados mal preparados, piorando a reputação das tropas pagas que, segundo Kalina Silva, eram consideradas inúteis, mesmo em Portugal⁵⁵. Por sua vez, as ordenanças, que sempre tinham mais chances de contar com homens jovens, possuíam pouca ou nenhuma experiência e treinamento militar.

De qualquer modo, os organizadores das expedições tentaram superar esses obstáculos formando tropas expedicionárias que mesclaram os diferentes tipos aqui analisados. Como foi visto, a composição das tropas variou de

⁵¹ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 233-235.

⁵² Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 30 de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 360v, doc. 86.

⁵³ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 30 de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 360v, doc. 86.

⁵⁴ Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao coronel Antônio Jacome Bezerra de 22 de novembro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 324-324v, doc. 240.

⁵⁵ Kalina V. da Silva. *Op. Cit.*, p. 157-158.

acordo com a situação militar da capitania, com o modo como os soldados encararam as convocações e com as decisões tomadas pelos diversos organizadores e comandantes.

2 - Táticas militares

Os modos de guerrear na América constituíram um aprendizado contínuo para o poder colonial português. Ao mesmo tempo em que, em Portugal, modificava-se a organização de seus exércitos, de acordo com as transformações que vinham ocorrendo na Europa, as experiências coloniais na Ásia, na África e na própria América mostravam aos governantes que não era possível guerrear do mesmo modo nas diversas localidades⁵⁶.

Uma das experiências bélicas que mais marcou as decisões das autoridades coloniais em Pernambuco no período de combate a Palmares foi a luta contra os holandeses, que se instalaram na capitania de 1624 a 1654. Segundo Pedro Puntoni, tentou-se usar nesses confrontos tropas regulares vindas da Europa, ficando claro, porém, que essa não era melhor tática. A dificuldade de resistir aos inimigos na cidade ou em campos abertos era enorme, sendo que as forças de resistência luso-brasileiras passaram a optar pelo combate nos matos, à moda da chamada “guerra brasílica” ou “guerra do Brasil”⁵⁷. Evaldo Cabral de Mello, ao analisar esse aprendizado militar, definiu do seguinte modo a situação:

“Guerra de posições e guerrilha: eis os pólos entre os quais se moveram ambigualmente a resistência e a restauração, sem nunca serem inteiramente uma ou outra; eis, lado a lado, em embaraçosa convivência, a guerra européia e a ‘guerra brasílica’, o veterano de Flandres e o capitão de emboscadas, o soldado do reino e o soldado da terra”⁵⁸.

⁵⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1685. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1329.

⁵⁷ Pedro Puntoni. “As Guerras no Atlântico Sul: A Ofensiva Holandesa (1624-1641)”. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2, p. 260

⁵⁸ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 257.

Muito influenciada pelas táticas de guerra indígenas, a “guerra brasílica” consistiu basicamente em uma guerra lenta, realizada por combatentes pouco disciplinados do ponto de vista militar (de acordo com o padrão europeu), mas organizados em grupos pequenos e mais facilmente mobilizados, que primavam pela agilidade em terrenos de difícil locomoção, como matas fechadas e relevos irregulares. A estratégia era surpreender o inimigo em emboscadas e evitar o enfrentamento em terrenos amplos e abertos⁵⁹. Um relatório feito em 1649 por um conselheiro holandês, transcrito por Evaldo Cabral de Mello, traz uma boa descrição de como seria essa “guerra brasílica”, em comparação com a européia:

“[...] em primeiro lugar, as tropas do inimigo saindo do mato e por detrás dos pântanos e de outros lugares, tinham a vantagem da posição, e atacavam sem ordem e em completa dispersão e aplicavam-se a romper diferentes quadros. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza para correrem para diante ou se afastarem, e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos que têm muita analogia com os naturais da terra quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem tudo isso com uma rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis. [...]”⁶⁰.

Na descrição acima nota-se algumas características que também fizeram parte das entradas realizadas contra Palmares: o ataque surpresa ao inimigo, a possibilidade de cruzar terrenos de difícil acesso, a ausência de uma formação militar rígida, e a diversidade étnica das tropas. Esse modo de guerrear também foi utilizado contra os holandeses pelas forças luso-brasileiras, com o objetivo de destruir os canaviais e o sistema produtivo pertencente ao inimigo⁶¹. Citando

⁵⁹ Pedro Puntoni. “As Guerras no Atlântico Sul: A Ofensiva Holandesa (1624-1641)”. In *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2, p. 262; Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, pp. 288-291.

⁶⁰ Relatório de Michiel van Goch, 22.ii.1649, IHGB, DH, 4. *Apud* Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 295.

⁶¹ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 304-310.

um papel anônimo destinado ao rei contendo sugestões para a extinção de Palmares⁶², Cabral de Mello afirma que as dificuldades que as tropas luso-brasileiras encontraram ao enfrentar os palmarinos foram as mesmas que os holandeses encontraram ao lutar contra os primeiros: dificuldades com o terreno e com a vegetação, diferenças nas táticas militares, falta de provisões, entre outros⁶³.

Além dessas semelhanças, a experiência adquirida contra os holandeses esteve presente nas guerras contra Palmares através das atuações dos comandantes e soldados veteranos das guerras holandesas, incluindo os dos terços do Camarão e de Henrique Dias. Em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1680 é possível perceber que os governadores também eram cobrados e avaliados quanto à sua “experiência do Brasil”, segundo o termo utilizado no próprio documento⁶⁴. Na consulta, os conselheiros relataram as explicações de Aires de Sousa de Castro sobre seu governo da capitania de Pernambuco. Sobre Palmares, o governador teria afirmado que, por ter pouca “experiência do Brasil”, acreditava não ter feito o suficiente, mas que, pelo menos, a sua guerra contra Palmares não trouxera muitas despesas para a Fazenda Real.

Porém, a “experiência do Brasil” e as táticas da “guerra brasílica” nem sempre funcionaram contra os palmarinos. O seguinte relato do governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho sobre uma entrada realizada em 1672 é revelador dos pontos fracos das táticas empregadas naquele momento contra Palmares:

“[...] encarreguei ao coronel Antônio Jacome Bezerra [que] fosse assistir à vila das Alagoas, a dispor as entradas e socorros necessários para elas; e dando ele em tudo cumprimento às minhas ordens, entraram seiscentos homens em três troços [...]. Levavam ordem para que talando os matos e

⁶² Cópia de uma carta que se escreveu de Pernambuco sobre os negros dos Palmares. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1409, anexo 2; ver também Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de novembro de 1687. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1428.

⁶³ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 314.

⁶⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de agosto de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 29v.

destruindo os mantimentos e roças de que se não pudessem aproveitar, se juntassem todos no meio dos Palmares, donde elegessem sitio mais conveniente para se formar um arraial [...]. E fazendo-se as ditas entradas [...], chegou o capitão Antônio da Silva pela parte das Alagoas, e Gonçalo Moreira, que foram na primeira partida avistar o primeiro mocambo que os negros tinham despejado [...]; e fugindo-lhe a gente da ordenança, acabando-se com bastantes soldados pagos para esperar pelo coronel que ia em seu seguimento com outro troço de gente, se voltaram os ditos capitães, sem guardar a ordem que levavam, gastando os mantimentos e o tempo inutilmente [...]. Mas o coronel, mandando aos ditos capitães com a gente paga tomar posto, tornaram a voltar em breves dias, sem guardar as suas ordens, com que foi obrigado o coronel a recolher-se às Alagoas, por se achar sem mantimentos com que prosseguir pessoalmente a jornada”⁶⁵.

O estabelecimento de acampamentos militares mais próximos a possíveis localizações de mocambos, de onde partiriam sub-expedições em busca dos núcleos palmarinos e de gente escondida nos matos, foi uma tática adotada nesse modo de guerrear para resolver problemas de abastecimento e de locomoção. Além de deslocar o ponto de partida das tropas que fariam as entradas para mais perto dos inimigos, os arraiais permitiam uma permanência mais longa nos matos, e uma divisão da tropa em grupos menores, que se revezariam em incursões exploratórias.

A tática permitia também que tropas que saíssem de localidades diferentes e/ou em momentos diferentes tivessem um local para se encontrar antes de realizarem um ataque conjunto. É esse o caso descrito no documento acima, em que as tropas de Antônio da Silva, Gonçalo Moreira e Antônio Jacome Bezerra saíram da vila de Alagoas, em datas diversas, enquanto as ordenanças comandadas por Vicente Martins Bezerra partiam da vila do Rio de São Francisco. Com isso, porém, poderiam ocorrer desencontros, caso as partidas não fossem bem calculadas e as ordens seguidas de forma correta pelos comandantes.

⁶⁵ Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 988. Ver também Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de novembro de 1673. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fls. 2-2v.

Além da possibilidade do desencontro, a formação de arraiais aumentava as chances de deserções, como aconteceu nessa expedição de Antônio Jacome Bezerra. Segundo Pedro Puntoni, as taxas de deserção no Brasil eram altíssimas, podendo chegar a índices como 63%⁶⁶. O fato de as tropas serem obrigadas a ficar tanto tempo nos matos – os mantimentos da expedição de 1672 deveriam durar 25 dias –, muitas vezes aguardando o momento de partir em pequenas expedições, certamente facilitava a fuga. Sem mencionar o fato de que os homens das ordenanças, devido ao seu caráter de recrutamento já mencionado, eram os menos ligados à estrutura militar e os menos preparados para o serviço, tendo, provavelmente, mais motivos para fugir do que os soldados pagos ou os das milícias. Estes, porém, também poderiam descumprir as ordens do comandante principal, como fizeram nesse caso analisado.

A expedição de 1672 mostra também que a formação de acampamentos na região de Palmares não resolveu o problema do abastecimento das tropas. Os obstáculos que as tropas encontravam durante as entradas, como a “caça” aos soldados que fugiram, e a demora em se encontrar o caminho para os mocambos, não poderiam ser totalmente previstos pelos seus organizadores. Além disso, a quantidade de mantimentos e munições que as entradas poderiam levar estava limitada à quantidade de escravos carregadores participantes da expedição e à capacidade dos soldados de carregarem suas provisões. Quando os comandantes percebiam a tempo que a expedição precisaria ser prolongada, tentavam buscar reforços, através das expedições de socorro. Porém, quando não havia tempo ou recursos para isso, restava retornar à vila de partida, como fez Antônio Jacome Bezerra em sua desastrosa entrada.

Uma terceira opção para o abastecimento de mantimentos era o saque às plantações palmarinas. Em um regimento de 1661, Francisco de Brito Freire determinou que todos os mantimentos encontrados nos mocambos deveriam ser recolhidos e, o que não fosse aproveitado para a alimentação dos soldados,

⁶⁶ Pedro Puntoni. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do sertão nordestino do Brasil. 1650-1720*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1998, p. 127 apud Antônio Manuel Hespanha. “Introdução”. *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2, p. 25.

deveria ser destruído, de modo que os palmarinos não pudessem mais usar os frutos de suas plantações⁶⁷.

Em outro trecho do mesmo documento, pode ser vista outra tática utilizada nas entradas, usual nas “guerras brasílicas” e já mencionada anteriormente: a participação de tropas indígenas. Segundo Brito Freire, diante da tropa principal deveria ir uma menor para realizar o primeiro encontro com os negros que estivessem escondidos nos matos. Esse grupo de “descobridores” seria formado por aproximadamente 20 “homens ligeiros” e mais alguns índios “sem mochilas”, que deveriam portar armas como alfanges, facões, pistolas ou escopetas⁶⁸.

A utilização de determinados tipos de armamentos – como os mencionados no regimento de 1661 – também está relacionada às táticas da “guerra brasílica”. Segundo Evaldo Cabral de Mello, a arma de fogo mais utilizada na guerra volante pelas tropas luso-brasileiras era a espingarda, por facilitar o combate individual, ter uma manutenção mais simples e ser mais facilmente carregada. Além dela, utilizavam-se também no Atlântico português do período o arcabuz, o mosquete e a escopeta. Os dois primeiros, porém, tinham a desvantagem de necessitarem de mecha: além de ter que ser trazida do reino, ela não acendia quando molhada, exalava um cheiro peculiar e podia ser vista no escuro, dificultando realizar emboscadas à noite ou no período chuvoso⁶⁹.

Na documentação pesquisada, muitas informações sobre o tipo de armamento utilizado contra os palmarinos aparecem nas ordens dos governadores aos provedores da Fazenda Real. Os arcabuzes são o tipo de armamento mais mencionado, sendo fornecido para o terço dos homens pardos⁷⁰, para os índios do Camarão⁷¹, para os homens do sargento-mor João

⁶⁷ Regimento de Francisco de Brito Freire de 24 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 64v-65, doc. 58.

⁶⁸ Regimento de Francisco de Brito Freire de 24 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 64v-65, doc. 58.

⁶⁹ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, pp. 279-283.

⁷⁰ Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao provedor da Fazenda Real de 30 de dezembro de 1672. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 279, doc. 94.

⁷¹ Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 7 de outubro de 1680. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 363, doc. 100.

Martins⁷², e também para outros oficiais⁷³. Pólvora, chumbo e murrão⁷⁴ também foram freqüentemente fornecidos pela Fazenda Real para vários tipos de tropa⁷⁵.

Quanto às armas brancas, Cabral de Mello afirma que a preferida pelos luso-brasileiros na época da expulsão dos holandeses era a espada, nas formas do espadim e do mosquete⁷⁶. O arco e a flecha, segundo o autor, foram pouco utilizados nas guerras contra os holandeses, pois, além da ineficiência dessas armas frente às armas de fogo, os índios do terço do Camarão, assim como os que lutaram do lado dos holandeses, passaram por um processo de aculturação e de aldeamento, tendo perdido o costume de fabricar o arco e a flecha e de utilizá-los com maestria⁷⁷. Na documentação, as armas brancas aparecem em uma ordem de envio de 12 catanas⁷⁸ para os soldados do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo⁷⁹.

A utilização de canhões contra Palmares é mencionada pelo historiador Décio Freitas como tendo acontecido na expedição de 1694, da qual participaram os paulistas⁸⁰. Essa entrada, formada pela conjunção das tropas

⁷² Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 12 de setembro de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 361-361v, doc. 91.

⁷³ Ordem de dom João de Sousa ao provedor da Fazenda Real de 8 de novembro de 1683. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 390-390v, doc. 74.

⁷⁴ O murrão era uma corda que, ao ser incendiada, servia para disparar as armas de fogo. Raphael Bluteau. *Op. Cit.*, p. 643.

⁷⁵ Ordem de ao provedor da Fazenda Real de AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 360v, doc. 87; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 30 de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 361v, doc. 93; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 24 de novembro de 1680. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 364v, doc. 107; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 20 de março de 1681. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 366, doc. 115; Ordem de Aires de Sousa de Castro ao provedor da Fazenda Real de 2 de maio de 1681. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 367v, doc. 120; Ordem de Matias de Figueiredo e Melo ao provedor da Fazenda Real de 16 de fevereiro de 1689. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 479, doc. 46; Ordem do marquês de Montebelo ao provedor da Fazenda Real de 12 de novembro de 1691. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 537v, doc. 80.

⁷⁶ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 279.

⁷⁷ Evaldo Cabral de Mello. *Olinda Restaurada*, p. 284.

⁷⁸ As catanas eram uma espécie de facão com lâmina curva, e eram muito utilizadas para cortar os matos. Bluteau as define como alfanges, e afirma que a palavra “catana” é de origem japonesa. Raphael Bluteau. *Op. Cit.*, p. 195.

⁷⁹ Ordem de Caetano de Melo de Castro ao provedor da Fazenda Real de 23 de dezembro de 1693. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 572, doc. 47.

⁸⁰ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 170-173, 176, 177.

Jorge Velho, Bernardo Vieira de Melo e Sebastião Dias, cercou por mais de 20 dias o mocambo chamado “Macaco”, onde estavam reunidas as tropas de Zumbi. Segundo a documentação, o mocambo era protegido por uma cerca que as tropas não conseguiram romper. Foi preciso então mudar de tática, e construir uma “contra-cerca”, demorando, com isso, vários dias⁸¹. Na documentação pesquisada, no entanto, não foram encontradas menções a esse tipo de armamento.

Os relatos sobre essa expedição de 1694 presentes na documentação pesquisada têm um certo tom dramático, que visava valorizar as dificuldades enfrentadas pelas tropas enviadas pelo poder colonial e destacar essa entrada como a que destruiu de uma vez por todas os mocambos de Palmares. O objetivo desses documentos era requerer mercês da Coroa e, no caso específico dos paulistas, fazer valer o contrato por eles feito com o governo de Pernambuco. Este contrato havia sido posto em dúvida pelo governador de Pernambuco Caetano de Melo de Castro no momento de recompensar os paulistas de acordo com os termos determinados pelo seu antecessor⁸².

Como exemplos desse tipo de relato pode-se destacar as informações sobre os serviços prestados por dois participantes dessa expedição de 1694. Na primeira, referente ao capitão Bartolomeu Simões da Fonseca e descrita em 1698 pelo Conselho Ultramarino, lê-se que a cerca de Macaco era “inexpugnável” e que, após confrontos que duraram 22 dias, foram mortos mais de 500 negros⁸³. Na segunda, de 1701, discorre-se sobre os feitos de Plácido de Azevedo Falcão, afirmando que ele socorrera ao sargento-mor Sebastião Dias como “valoroso soldado”, e trabalhara na contra-cerca,

“[...] carregando sobre seus ombros a estacada debaixo de todo o risco de pelouradas, flechas e estrepes, estando com as armas nas mãos de noite e

⁸¹ Requerimento de Domingos Jorge Velho ao rei. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 2.

⁸² Consulta do Conselho Ultramarino de 13 de janeiro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746.

⁸³ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de janeiro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1741.

de dia, [...] matando, ferindo e aprisionando muita quantidade deles, de que se alcançou a vitória [...]”⁸⁴.

Ao ler esses documentos sem levar em grande consideração as intenções que os produziram, a historiografia valorizou as táticas empregadas na entrada de 1694, principalmente a de utilizar armamentos mais pesados e grandes contingentes, reunindo paulistas e locais. Para a maioria dos autores de estudos históricos sobre Palmares, esta foi a coroação da guerra contra Palmares iniciada desde a formação dos mocambos, momento mais decisivo talvez que o assassinato de Zumbi em 1695. Porém, o que pode ser visto na documentação pesquisada, é que várias outras táticas foram empregadas contra os mocambos palmarinos. Apesar de estarem ligadas ao que os estudiosos chamam de “guerra brasílica”, elas foram adaptadas às dificuldades, como a busca pelos caminhos que levam aos mocambos, à falta de financiamento e de soldados e às dificuldades de abastecimento.

3 – *Motivações*

O modo como se interpreta a história das expedições enviadas contra Palmares influencia muito a maneira como se analisa as motivações por trás de cada uma delas. Como já foi mencionado na Introdução, a maioria dos pesquisadores da história palmarina entendeu as expedições como sendo parte de uma única guerra realizada contra o “quilombo de Palmares”. Desse modo, esses autores buscaram entender o grande motivo que levou o poder colonial e os moradores de Pernambuco a investirem em uma guerra tão longa e desgastante.

Para os primeiros historiadores de Palmares, um debate sobre essa grande motivação principal não faria sentido, pois era claro que a existência de uma sociedade de escravos fugitivos, formada dentro de uma sociedade escravista, não seria tolerada pelo governo colonial. Destruir essa sociedade

⁸⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_015, Cx. 19, D. 1867.

“anômala” seria, portanto, garantir o domínio da ordem sobre a região, perpetuando a escravidão e a colonização.

O pesquisador Edison Carneiro foi o primeiro a se aprofundar na questão da motivação para a guerra contra Palmares, dedicando para isso o capítulo final de seu livro, publicado em 1947⁸⁵. Para o autor, o motivo que gerou essa longa guerra foi o desejo do poder colonial de conquistar e ocupar as terras onde estava localizado o “quilombo de Palmares”. Essa motivação – que, de acordo com a análise de Carneiro, seria comum às tentativas de destruição de todos os quilombos formados no Brasil – era maior mesmo do que o desejo de recapturar os escravos e combater os ataques feitos pelos aquilombados⁸⁶.

Outro autor que propôs uma interpretação do motivo geral que regeu a guerra contra Palmares foi Décio Freitas, em sua obra publicada em 1973⁸⁷. Diferentemente de Edison Carneiro, no entanto, ele destacou a luta de classes como o principal fator motivador. De acordo com essa interpretação, os senhores de engenho, como a classe dominante política e economicamente, teriam todo o interesse em destruir a tentativa de seus escravos de lutar contra eles.

Porém, como esses dois autores também imaginaram a existência de uma única guerra contra Palmares, nenhum deles procurou ir além da identificação da motivação geral para todas as expedições. Ao generalizar os motivos, a historiografia partiu da idéia de que os grupos identificados como “governo colonial” e “senhores de engenho” eram homogêneos, não havendo dentro deles opiniões e aspirações distintas e, às vezes, conflituosas.

Ao ler a documentação escolhida para essa pesquisa é possível perceber várias motivações para as entradas, não só por parte dos governantes, mas também dos senhores de engenho e dos homens que delas participaram. Uma delas é o desejo, tanto do governo de Pernambuco, quanto dos moradores

⁸⁵ Edison Carneiro, “A Questão das Terras”. *O Quilombo dos Palmares*. [1947] 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, pp. 169-195.

⁸⁶ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 19.

⁸⁷ Décio Freitas. *Op. Cit.*

das vilas vizinhas aos mocambos, de se verem livres dos “danos” e “ameaças” causadas pelos palmarinos⁸⁸.

Em alguns casos é possível saber claramente que o ataque militar foi planejado como uma represália a um ataque anterior feito pelos palmarinos, ou atribuído a eles. A entrada organizada e financiada por Cristovão Lins em 1673, por exemplo, foi justificada pelo fato de seus canaviais terem sido incendiados por palmarinos⁸⁹.

No entanto, a maioria dos documentos menciona essa motivação de maneira mais genérica, como essa ordem do governador Fernão de Sousa Coutinho, que diz:

“Porquanto me consta que, no termo e arredores desta vila, costumam os negros fugidos dos mocambos cometer vários insultos e roubos, saindo às estradas sem medo nem temor do castigo, ordeno ao capitão Aleixo Bezerra que, com os moradores de seu distrito, [...] lhe[s] saia ao encontro, procurando seguir e prender os ditos negros levantados [...]”⁹⁰.

Como pode ser visto nesse exemplo, a documentação não traz muitas informações sobre esses ataques palmarinos. Não sabemos, por exemplo, quando aconteceram, quais foram seus alvos específicos, quantas pessoas participaram e nem se seus autores eram realmente habitantes dos mocambos de Palmares. Desse modo, torna-se difícil analisar esses movimentos de ataque e contra-ataque, não sendo possível saber quais outras expedições foram motivadas por ataques palmarinos.

A possibilidade de se obter lucro a partir das entradas, com a venda dos escravos fugitivos capturados em Palmares, também estimulou a realização de expedições, principalmente no que diz respeito aos senhores de engenho e aos comandantes das entradas. Em 1684, por exemplo, o governador de

⁸⁸ Ver, por exemplo o Bando de Aires de Sousa de Castro de 12 de agosto de 1681. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 342v-343, doc. 33.

⁸⁹ Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 988. Ver também Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de novembro de 1673. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fls. 2-2v.

⁹⁰ Ordem de Fernão de Sousa Coutinho a Aleixo Bezerra de 3 de novembro de 1671. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 300, doc. 158.

Pernambuco concedeu a Manuel de Albuquerque, morador da vila de Sirinhaém, licença para realizar uma entrada, ficando ele isento do pagamento dos quintos régios sobre os negros capturados⁹¹. Não há informações na documentação sobre a realização dessa entrada, mas essa permissão já é um indício de que essa licença poderia motivar os moradores na luta contra os mocambos.

No mesmo período, em carta de 1685, o governador João da Cunha Souto Maior afirma que abrir mão do quinto régio e das jóias dos governadores seria o meio mais eficaz de destruir os mocambos⁹². E, anos antes, em 1678, o governador Aires de Sousa de Castro pediu ao príncipe regente que concedesse o abono dos quintos reais, argumentando que isso incentivaria mais pessoas a participarem da guerra que ele planejava⁹³.

Porém, outras motivações também estavam aliadas à questão financeira. Em um edital de 1679, Aires de Sousa de Castro afirma que todas as pessoas que se dispusessem a participar de entradas contra Palmares seriam consideradas como prestadoras de “particular serviço de Sua Alteza”, e teriam suas mercês avaliadas de acordo com o “[...] zelo com que cada um se empregar nesta matéria [...]”⁹⁴.

Principalmente para os oficiais militares, a possibilidade de obter mercês pelos serviços prestados à Coroa servia de motivação para lutar contra os palmarinos. Como exemplo disso há os vários documentos – já mencionados nesse trabalho – que foram produzidos para atestar os feitos de determinada pessoa: as “informações” e “fés de ofício”. Estes eram destinados à obtenção de postos militares ou de ofícios civis, além do pedido de outros tipos de mercê, como pagamentos em dinheiro, doação de sesmarias, concessão de títulos honoríficos etc.

⁹¹ Concessão de Dom João de Sousa a Manuel de Albuquerque de 14 de fevereiro de 1684. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 375v-376, doc. 18.

⁹² Carta de João da Cunha Souto Maior ao rei de 7 de novembro de 1685. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1345.

⁹³ Carta de Aires de Sousa de Castro ao príncipe regente de 15 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1114.

⁹⁴ Edital de Aires de Sousa de Castro de agosto de 1679. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 339v, doc. 24.

Essas motivações também são reveladas na documentação produzida em torno da contratação das tropas paulistas, realizada na década de 1690. Diferentemente dos moradores das vilas vizinhas aos mocambos, eles não foram diretamente ameaçados pelos palmarinos, não tendo, inicialmente, nenhuma relação com essas guerras. No entanto, sertanistas como Domingos Jorge Velho viram nas guerras realizadas pelo governo de Pernambuco contra os índios insubmissos e os escravos fugitivos uma oportunidade de obter lucro com as presas, terras, patentes, títulos honoríficos e outras mercês.

O documento que oficializou os acordos entre o governo de Pernambuco e os paulistas, chamado de “Capítulos e condições que concede o senhor governador João da Cunha Souto Maior ao Coronel Domingos Jorge Velho”, é composto por 16 parágrafos que regulamentam as obrigações dos paulistas e asseguram suas recompensas. Sobre as presas que seriam feitas na expedição dos paulistas, ele determina que o governador abriria mão do quinto régio e das suas jóias, a fim de que “[...] tudo possa o dito coronel Domingos Jorge Velho repartir entre si e seus oficiais, na forma que lhe parecer”⁹⁵. Em contrapartida, a venda dos palmarinos capturados seria regulamentada pelo governo, e Jorge Velho ficaria obrigado a entregar aos senhores os escravos que fugissem para a Palmares após essa guerra.

Além do lucro com a venda das presas, aos paulistas ficava prometida também, por esse contrato, a concessão de sesmarias nas terras palmarinas, que deveriam ser povoadas e cultivadas por Domingos Jorge Velho e seus subordinados. Além disso, a ele e aos seus oficiais foram concedidos quatro hábitos de ordens militares. O que é notável também nesse documento é o reconhecimento da autonomia de Jorge Velho: ele poderia escolher os oficiais que receberiam os hábitos e o modo como as sesmarias seriam repartidas⁹⁶.

Com todos esses exemplos é possível notar, portanto, que as expedições enviadas contra Palmares fizeram parte sim de um desejo mais amplo do poder colonial e dos moradores da capitania de Pernambuco de manter nela

⁹⁵ Cópia dos Capítulos e condições que concede o senhor governador João da Cunha Souto Maior ao Coronel Domingos Jorge Velho. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 3.

⁹⁶ Cópia dos Capítulos e condições que concede o senhor governador João da Cunha Souto Maior ao Coronel Domingos Jorge Velho. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 3.

a ordem escravista e de colonizá-la cada vez mais. No entanto, os motivos pelos quais os vários grupos da sociedade colonial participaram das lutas contra Palmares não podem ser reduzidos a isso, pois eles foram múltiplos e mutáveis ao longo do tempo, acarretando, muitas vezes, em conflitos entre as diversas esferas do poder colonial.

As informações acerca dos perfis das expedições enviadas contra Palmares entre 1654 e 1695 permitem concluir que os modos de lutar contra os palmarinos foram diversos. Afirmar, portanto, que houve uma única e duradoura guerra contra os mocambos significa simplificar as relações de poder na sociedade colonial, a organização militar da capitania e os diversos interesses que produziram as muitas expedições.

[capítulo três]

Três expedições em foco

No capítulo anterior mostrou-se como a documentação aqui pesquisada é rica em informações sobre as expedições enviadas contra Palmares. Porém, além da obtenção de dados básicos, que permitem a construção de um panorama geral acerca das expedições, é possível também buscar nos documentos selecionados as mudanças históricas ocorridas entre as entradas militares, procurando entender as razões porque uma se configurou de maneira diferente da outra.

Para isso, optou-se por comparar três entradas militares: a realizada em 1664, sob o comando do capitão Antônio da Silva Barbosa e do capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão; a realizada em 1677 e comandada pelo capitão Fernão Carrilho; e a realizada em 1694, sob o comando do capitão-mor Bernardo Vieira de Melo e do coronel paulista Domingos Jorge Velho. Elas foram selecionadas por terem acontecido em governos diferentes, separados por um significativo intervalo de tempo, e por estarem bem documentadas nas séries aqui pesquisadas.

Os documentos encontrados sobre a entrada de 1664 fazem parte das Disposições dos governadores de Pernambuco (AUC)¹, sendo ordens, cartas e regimentos expedidos pelo governador Jerônimo de Mendonça Furtado aos oficiais das câmaras das vilas mais próximas à região de Palmares, a seus capitães-mores e aos comandantes da expedição. Abrangendo os anos de 1664 e 1665, esses documentos tratam tanto da preparação da expedição quanto de seus resultados, mencionando também preparativos para uma nova entrada, que seria realizada no ano seguinte.

Já os documentos referentes à expedição de 1677 presentes nas séries aqui pesquisadas tratam apenas de seus resultados, sendo consultas do Conselho Ultramarino ou informações e cartas remetidas a ele, pertencentes

¹ Disposições dos governadores de Pernambuco (1648-1696) – cota IV, 3ª - I - 1 - 31. Coleção Conde dos Arcos, Arquivo da Universidade de Coimbra.

aos avulsos de Pernambuco (AHU) e ao códice 265 (AHU)². Apesar de a maioria deles ter sido escrita alguns anos depois da realização da expedição, esses documentos trazem discussões interessantes sobre as táticas possíveis de serem empregadas contra Palmares.

Para a expedição de 1694, as fontes utilizadas pertencem tanto aos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) quanto às Disposições do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). São consultas do Conselho Ultramarino, informações, requerimentos e cartas que trazem principalmente discussões sobre o contrato realizado em 1687 entre Domingos Jorge Velho e o governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior (do qual há uma cópia nas séries selecionadas). Por essa razão esses documentos referem-se mais à realização da entrada do que a seus preparativos.

Com a comparação entre as três expedições selecionadas, objetivou-se analisar as questões administrativas e militares mencionadas nos Capítulos 1 e 2, mas dessa vez buscando compreender mudanças históricas ocorridas no período e as diferenças entre elas.

1 – As expedições de 1664, 1677 e 1694

No ano de 1664, o governador de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado recebeu reclamações dos moradores de Porto Calvo e de Sirinhaém devido às “hostilidades” e “desaforos”³ que os “negros dos Palmares levantados”⁴ faziam, atacando-os nos caminhos, invadindo suas casas, ferindo-os e levando seus escravos. Uma expedição militar, então, começou a ser preparada pelo governador, por meio do envio, a partir do mês de outubro, de diversas ordens e cartas às câmaras e aos comandantes da região.

² Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco (1590 – 1825), disponibilizados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (CDs 1 e 2); Livro de registro de cartas régias, provisões e outras ordens para Pernambuco, do Conselho Ultramarino (AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Códice 265).

³ Portaria de Jerônimo de Mendonça Furtado de 24 de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a -I-I-31, fl. 122v, doc. 32.

⁴ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Porto Calvo de 16 de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a -I-I-31, fl. 154v-155, doc. 111.

Os documentos registrados na secretaria de governo de Pernambuco revelam uma preocupação de Mendonça Furtado em não cometer os mesmos erros de seus antecessores. O governador faz referências a tentativas anteriores de reduzir os palmarinos pela “piedade”, ou seja, por acordos de paz e submissão⁵, e afirma que somente por meio de “açóites” seria possível livrar os moradores das opressões feitas pelos palmarinos⁶. Além de não apostar na diplomacia, o governador preocupa-se também com o histórico das expedições militares enviadas em outros governos. Em quase todos os documentos que tratam dos preparativos para essa entrada de 1664, a ordem é para que as tropas sejam rapidamente abastecidas antes de partirem, e que os mantimentos sejam providenciados pelos moradores das vilas com o maior sigilo possível. Isso porque, em expedições anteriores, os palmarinos ficaram sabendo da iminência do ataque – se isso acontecesse novamente, eles poderiam fugir ou atacar os povoados mais próximos⁷.

Desse modo, a estratégia escolhida pelo governador Mendonça Furtado foi a de atacar os palmarinos “pelas costas”, como ele mesmo definiu em uma carta de 1664⁸. Tropas comandadas pelo capitão Antônio da Silva e pelo capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão deveriam partir o mais rápido possível de Sirinhaém, com o objetivo de atacar o mocambo identificado como “Amaro”, não deixando, no entanto, de atacar outros mocambos ou grupos de palmarinos encontrados pelo caminho.

Os mantimentos levados por essas tropas deveriam durar 15 dias, sendo possível buscar socorro caso fosse necessário permanecer nos matos por mais tempo. A alimentação dos participantes dessa entrada ficou sob a responsabilidade das câmaras de Alagoas, Sirinhaém e Porto Calvo, enquanto as munições seriam providenciadas pela Fazenda Real, que usaria para isso o

⁵ Referindo-se provavelmente à tentativa de acordo de paz realizada por Francisco de Brito Freire, como o fez em sua carta de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-I-31, fl. 170-171, doc. 128.

⁶ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 1^o de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a -I-I-31, fl. 119v-120, doc. 24.

⁷ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Sirinhaém de 11 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-I-31, fl. 123v-124, doc. 35.

⁸ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a -I-I-31, fl. 169-170, doc. 127.

dinheiro que ainda seria obtido por meio da venda das presas feitas durante a expedição.

Porém, a estratégia de Jerônimo de Mendonça Furtado para destruir Palmares não poderia se restringir ao simples envio de uma expedição, já que, segundo sua avaliação das tentativas de seus antecessores, isso não havia funcionado anteriormente. Concomitantemente à entrada comandada por Antônio da Silva, ele ordenou que partissem das vilas de Porto Calvo, Alagoas, Sirinhaém e Una pequenas tropas com a missão de “patrulhar” as regiões próximas a essas povoações. Financiadas pelos próprios participantes, que deveriam ser moradores capazes de pegarem em armas, (ainda que fossem soldados pagos), elas serviriam para impedir que os palmarinos fugissem do encontro com as tropas principais, buscando abrigo naquelas regiões.

Além disso, o governador ordenou que, terminada a expedição militar, o terço do capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão deveria “aposentar-se” em um dos mocambos palmarinos localizado “nas cabeceiras das Alagoas”⁹. Pelo regimento feito por Mendonça Furtado para regulamentar a participação das tropas de Camarão nessa entrada, ficava determinado que lá deveria ser formada uma aldeia fortificada, de onde deveriam partir tropas para “correr” o sertão até Porto Calvo, em busca de mocambos e plantações palmarinas para serem destruídos¹⁰. Enquanto os índios não estivessem plenamente estabelecidos em suas aldeias, com a possibilidade de colher os frutos de suas próprias plantações, a câmara de Alagoas ficava encarregada de sustentá-los.

Desse modo, é possível perceber que o governador de Pernambuco adotou táticas específicas para combater os mocambos de Palmares, baseadas em sua interpretação das opções feitas pelos seus antecessores e nos modos de guerrear dos palmarinos. Além disso, as táticas empregadas por Mendonça Frutado incluíram não só a ação militar em si (a entrada), mas também o que deveria ser feito posteriormente para alcançar um fim mais definitivo para a ameaça representada por Palmares. O governador sabia que somente uma investida militar não venceria os inimigos, necessitando da permanência na

⁹ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 1º de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3ª -I-I-31, fl. 119v-120, doc. 24.

¹⁰ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3ª-I-I-31, fl. 167-167v, doc. 123.

região de uma aldeia indígena que daria continuidade à entrada e preveniria novos ataques palmarinos.

Por uma carta do governador Mendonça Furtado, datada de abril de 1665¹¹, fica-se sabendo que, apesar dos seus esforços em não fracassar como seus antecessores, a expedição militar enviada em 1664 não obteve sucesso. Ainda que o governador não tenha explicado bem as razões do fracasso de sua investida contra Palmares, ele informa que os soldados do capitão Antônio da Silva chegaram “estropiados” a Porto Calvo, não tendo forças nem para retornar a Alagoas. Mendonça Furtado afirma também estar esperando notícias e explicações do capitão, mas já expede ordens para tentar obter ainda alguns resultados positivos.

O mesmo documento mostra que o plano inicial de aldear os índios do capitão-mor Camarão na região de Palmares deveria ser mantido, pois o governador acreditava que os palmarinos estariam “estimulados” a atacar os moradores da região, por terem tido suas plantações destruídas pela expedição militar¹². É possível perceber que Mendonça Furtado imaginava, baseando-se em relatos de experiências anteriores, qual seria a reação dos palmarinos a uma expedição. Essa possibilidade de ter havido diversos “contra-ataques” palmarinos quase não aparece na bibliografia. Décio Freitas, por exemplo, interpreta várias expedições militares enviadas pelo poder colonial como reações a ataques palmarinos, mas não menciona ataques palmarinos motivados por entradas¹³.

Além disso, o governador voltava atrás na sua avaliação acerca dos acordos de paz, admitindo a possibilidade de tentar um, se isso fosse mais “eficaz”. Para esse possível acordo seria enviado um padre conhecido como Sacramento¹⁴. Apesar disso, Mendonça Furtado não confiou inteiramente na

¹¹ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Alagoas de 11 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 184-185, doc. 146.

¹² Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Alagoas de 11 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 184-185, doc. 146.

¹³ Décio Freitas. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. [1973] 5^a Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.

¹⁴ Um padre com o mesmo nome foi enviado pelo governador Francisco de Brito Freire em 1663 para negociar um acordo com os palmarinos (Carta de Francisco de Brito Freire de 17 de abril de 1663. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 91, doc. 137).

possibilidade de uma saída não-militar, pois preparativos para uma nova entrada foram feitos nessa mesma carta de 1665¹⁵. Dela participariam tapuias vindos do Rio de São Francisco, índios comandados pelo capitão Jorge Peres, soldados auxiliares de Porto Calvo, além de soldados pagos e auxiliares de Alagoas. Dependendo das notícias trazidas por Antônio da Silva, Mendonça de Furtado cogitava escolhê-lo para comandar essa nova expedição militar.

Para a nova expedição, o governador de Pernambuco procurou reunir outros tipos de tropas que não participaram da entrada de 1664. Como foi visto no capítulo anterior, o emprego de índios, de soldados pagos e de auxiliares sob o comando de um capitão foi comum nas guerras contra Palmares.

Diferentemente da expedição de 1664, a de 1677 foi registrada pela historiografia de Palmares, mas com alguns pontos controversos. De acordo com Edison Carneiro, o governador dom Pedro de Almeida “convidou” o capitão Fernão Carrilho para comandar uma expedição contra Palmares, e os preparativos para a sua realização foram iniciados em fevereiro 1676, com a realização de um acordo com as câmaras das vilas de Alagoas, Porto Calvo e Rio de São Francisco¹⁶. Segundo Carneiro, as câmaras não cumpriram o prometido e Carrilho teve que se comprometer a pagar parte das despesas da entrada. Mesmo com essas dificuldades uma expedição partiu de Alagoas em uma data desconhecida, e alcançou “resultados medíocres”¹⁷. Ainda de acordo com Carneiro, Fernão Carrilho comandou uma nova expedição contra Palmares, que partiu de Porto Calvo no dia 21 de setembro de 1677 e retornou em 29 de janeiro de 1678, obtendo, dessa vez, melhores resultados¹⁸.

Décio Freitas, por sua vez, menciona as mesmas datas que Carneiro para o início e o término da expedição comandada em fins de 1677 por Fernão Carrilho¹⁹, mas afirma que não houve nenhuma expedição em 1676 ou no início de 1677, pois discórdias entre as câmaras acarretaram no

¹⁵ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Alagoas de 11 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 184-185, doc. 146.

¹⁶ Edison Carneiro. *O Quilombo dos Palmares*. [1947] 2^a Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 110.

¹⁷ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 111.

¹⁸ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 113, 115.

¹⁹ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 114, 117.

adiamento da entrada²⁰. Desse modo, para Freitas, a primeira expedição comandada por Carrilho data de 21 de setembro de 1677.

Outro ponto importante de diferença entre os dois autores é o encadeamento dos fatos que levaram à realização do acordo de paz de 1678. Ambos concordam que, antes de Fernão Carrilho retornar em janeiro de 1678, tropas comandadas por João Coelho, Manuel de Sampaio e Francisco Álvares Camelo entraram em confronto com palmarinos, enquanto patrulhavam regiões próximas às vilas em buscas dos que fugiram da expedição de Carrilho²¹. Porém, em que momento foi oferecido o acordo de paz? Quem tomou a iniciativa de fazê-lo?

Segundo Edison Carneiro, o capitão Fernão Carrilho, após lutar em diversos momentos com os palmarinos, matar vários e aprisionar muitos, inclusive importantes comandantes palmarinos e seus familiares, julgou estarem os Palmares praticamente destruídos. Para pôr um fim definitivo nos conflitos, Carrilho teria proposto aos palmarinos, por meio de dois prisioneiros velhos e ligados a Gangazumba, que se os palmarinos depusessem as armas, a guerra acabaria²².

Já a versão de Décio Freitas diz que a iniciativa para o acordo de paz partiu do governador dom Pedro de Almeida, e não de Fernão Carrilho. Segundo o autor, uma coisa foi o fato de Carrilho ter “intimado” Gangazumba a se render, enviando dois prisioneiros para transmitir-lhe seu recado, e outra o acordo realizado entre Gangazumba e o governador na segunda metade de 1678²³. Para Freitas, Fernão Carrilho retornou em janeiro de 1678 dizendo que Palmares havia sido completamente destruído, mas o governador desconfiou da veracidade dessa informação e decidiu iniciar as negociações para um acordo de paz, enviando, para isso um alferes do terço dos Henriques para transmitir as condições do ajustamento²⁴.

²⁰ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 107.

²¹ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 115; Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 117.

²² Edison Carneiro. *Op. Cit.*, pp. 114-115.

²³ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 117.

²⁴ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 118.

Nas séries aqui pesquisadas há um documento que relata os feitos militares de Fernão Carrilho ao Conselho Ultramarino²⁵. Nele afirma-se que Carrilho comandou na década de 1670 duas expedições contra Palmares: uma em 1676, partindo de Alagoas, e outra em 1677. Como esse documento tem como objetivo provar que Carrilho era merecedor de importantes mercês régias, as duas entradas são descritas como vitoriosas. Os sucessos da expedição de 1677 são descritos da seguinte maneira:

“[...] aprisionou 200 negros, a rainha, e dois filhos do rei, matando-lhe 4 filhos e o seu mestre de campo geral e alguns potentados. Largando o rei as armas, por escapar, matando-lhe tanta gente, que nos Palmares ficou tão pouca e dividida por várias partes, que qualquer tropa de 20 ou 30 soldados, acabaria de destruir o inimigo [...]”²⁶.

É interessante notar que o acordo de paz de 1678 não é mencionado, o que talvez indique que a iniciativa não partiu mesmo de Carrilho. Ou, então, que o acordo de paz não era visto de modo positivo no momento em que o documento foi escrito pela pessoa a quem era destinado²⁷. Como foi demonstrado por Silvia Lara, as avaliações acerca do acordo de paz não foram unânimes nos vários âmbitos da administração colonial²⁸.

Em uma carta escrita ao príncipe regente em fevereiro de 1678, o governador de Pernambuco dom Pedro de Almeida relatou ao príncipe regente a sua iniciativa de realizar uma “nova guerra” contra os “negros levantados dos Palmares”²⁹. Nessa carta, o governador menciona apenas uma expedição comandada por Fernão Carrilho e afirma ter sido ele o responsável por trazer

²⁵ Informação do Conselho Ultramarino [20 de agosto de 1679]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1151.

²⁶ Informação do Conselho Ultramarino [20 de agosto de 1679]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1151.

²⁷ Como os feitos de Fernão Carrilho são relatados somente até 20 de agosto de 1679, é provável que essa seja a data do documento. Informação do Conselho Ultramarino [20 de agosto de 1679]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1151

²⁸ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009, especialmente p. 32.

²⁹ Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

o capitão a Pernambuco para lutar contra os palmarinos. O que se percebe lendo o documento é que dom Pedro de Almeida queria demonstrar ao príncipe que ele era capaz de convencer as câmaras de contribuírem para a guerra, e que as medidas estavam sendo tomadas o mais rapidamente possível. É provável que, por causa disso, o governador tenha “reunido” em seu relato as expedições de 1676 e de 1677 como se fossem somente uma, fazendo com que os conflitos com as câmaras e as outras dificuldades fossem diminuídas³⁰.

Além disso, nessa carta datada de 4 de fevereiro de 1678³¹ o acordo de paz não é mencionado ao príncipe regente, e o rei Gangazumba é dado como morto, o que pode indicar que as negociações de paz ainda não haviam sido iniciadas. Baseando-se nesse documento e em uma carta escrita pelo provedor da Fazenda Real em junho de 1678³², que menciona o acordo de paz, é possível afirmar que a expedição diplomática que deu início às negociações (e da qual participou o alferes do terço dos Henriques) aconteceu entre fevereiro e junho de 1678.

Sobre a expedição de 1677, o que pode ser visto na documentação pesquisada é que ela adotou uma estratégia diferente da escolhida pelo governador Mendonça Furtado para a expedição de 1664, na qual as tropas deveriam atacar um mocambo específico e, após o ataque, deveriam retornar, deixando na região dos Palmares apenas os índios do capitão-mor Camarão³³. Na entrada comandada por Carrilho em 1677, formou-se um arraial na região dos Palmares, onde as tropas comandadas por Fernão Carrilho assistiram por aproximadamente 5 meses. De lá partiram expedições menores, com o objetivo de encontrar mocambos e palmarinos escondidos nos matos³⁴.

³⁰ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucuí*, pp. 30-31.

³¹ Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

³² Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

³³ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão Antônio da Silva Barbosa de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-31, fl. 164v-166v, doc. 122.

³⁴ Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

Talvez a mudança de estratégia possa ser explicada por um aprendizado com as expedições realizadas anteriormente, que mostraram que as entradas geralmente duravam mais do que o previsto por seus planejadores. Os soldados, então, ao se verem nos matos sem alimento ou munições, precisavam retornar sem alcançar os objetivos da expedição. Com a formação de um arraial possibilitava-se uma longa permanência no sertão, já que expedições de socorro poderiam conduzir até o acampamento novos mantimentos, armamentos e soldados. Além disso, as tropas poderiam ser divididas em grupos menores, que partiriam do arraial em momentos diferentes, permitindo assim realização de um maior número de ataques e, provavelmente, evitando a morte ou o ferimento de um número maior de soldados.

Quanto aos resultados da expedição de 1677, dom Pedro de Almeida relatou ao príncipe regente em fevereiro de 1678 (logo após o retorno das tropas de Carrilho) que ela praticamente destruiu “aqueles dilatados Palmares”, pois o “rei” e três de seus filhos haviam sido mortos, e muitas presas haviam sido feitas, incluindo pessoas próximas a Gangazumba. Para o governador, outra vantagem da sua entrada fora vencer Palmares sem “[...] dispêndio da fazenda de Vossa Alteza, nem vexações de seus vassalos [...]”³⁵.

O Conselho Ultramarino, que forneceu ao príncipe seu parecer sobre a carta de dom Pedro de Almeida de fevereiro de 1678, confirmou a idéia de que aquele era o início do fim de Palmares, afirmando ter sido aquela a “vitória que tiveram as nossas armas”³⁶. Porém, em uma carta escrita dois meses após o documento produzido pelo Conselho Ultramarino, o provedor da Fazenda de Pernambuco, João do Rego Barros, descreveu ao príncipe regente os sucessos da expedição de 1677 de uma maneira diferente. Segundo ele, a captura das mulheres e dos filhos dos “principais” de Palmares havia os obrigado “[...] a descer abaixo a pedir as pazes com desesperado temor [...]”. O governador dom Pedro de Almeida, então, teria prometido aceitar as pazes

³⁵ Carta de dom Pedro de Almeida ao príncipe regente de 4 de fevereiro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1103.

³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de abril de 1678. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 21.

em nome do monarca, ajustando com os palmarinos um acordo que, se não fosse cumprido por eles, desencadearia uma “sanguinolenta guerra”³⁷.

Ainda segundo o provedor, o “rei” palmarino não estava morto, pois havia enviado dois de seus filhos com uma comitiva para negociar o acordo com o governador. Quando esses palmarinos chegaram à sede do governo, dom Pedro de Almeida não era mais o governador de Pernambuco, mas sim Aires de Souza de Castro. Mesmo com a mudança de governo, foi dada continuidade às negociações do acordo de paz, e os membros da comitiva palmarina foram batizados. Testemunha das negociações, João do Rego Barros também considerou positivo o desfecho da expedição comandada por Fernão Carrilho, afirmando que todo o mérito da vitória deveria ser creditado a dom Pedro de Almeida, que conseguira resolver o problema de Palmares sem “[...] gastar coisa alguma da fazenda de Vossa Alteza, nem se haver intrometido nela [...]”³⁸.

Ao ler a carta do provedor da Fazenda escrita em 1678³⁹, o Conselho Ultramarino pediu um parecer do procurador da Coroa, que, ao fazê-lo, expressou uma opinião diferente da de João do Rego Barros. Segundo o procurador da Coroa, os governadores de Pernambuco eram homens “experimentados”, e por isso deveriam saber que acordos de paz feitos com os palmarinos não alcançavam bons resultados. Para ele, Palmares deveria ser destruído “por todas as vias”. Oferecer-lhes um local onde pudessem “fabricar novas aldeias” não deveria ser uma delas. Além disso, a promessa do acordo de restituir os filhos e as mulheres do rei, cativos durante a expedição, seria muito prejudicial, pois eles foram capturados em uma “guerra justa”, e devolvê-los mostraria fraqueza do governo colonial.

Em outra consulta, escrita em janeiro de 1680⁴⁰, o Conselho Ultramarino deu novas notícias ao príncipe sobre a guerra contra Palmares. Sem mencionar

³⁷ Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

³⁸ Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

³⁹ Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

⁴⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 26-27v.

o parecer do procurador da Coroa, os conselheiros reafirmam a idéia de que a vitória sobre Palmares havia sido alcançada por meio da atuação do governador dom Pedro de Almeida, pois ele havia obtido os bons sucessos que seus antecessores não haviam conseguido, por meio da realização de uma expedição e de um acordo de paz.

Uma das novidades desse documento de 1680 é que, apesar de o acordo ser visto como algo positivo, é relatada a informação de que nem todos os mocambos palmarinos submeteram-se ao acordo de paz de 1678. Segundo os conselheiros, alguns palmarinos liderados por Zumbi permaneceram na região de Palmares, ao invés de ir a Cucaú, lugar determinado pelo acordo. Apesar do envio dos principais líderes de Palmares para convencer Zumbi, ele e os que decidiram ficar ao seu lado não puderam ser “reduzidos” por meio de negociações. Então, de acordo com o documento, o governador Aires de Sousa de Castro consultou capitães, oficiais das câmaras e outras pessoas experientes na luta contra Palmares, e decidiu enviar uma nova expedição militar contra o “negro rebelde”⁴¹.

Além disso, nessa consulta aparece um novo dado sobre o financiamento da expedição comandada por Carrilho: aqui é informado que as munições nela utilizadas foram fornecidas pela Fazenda Real, algo que o provedor Rego Barros não mencionou em 1678⁴². Como foi mencionado no Capítulo 1, a avaliação da provedoria da Fazenda Real sobre as expedições realizadas contra Palmares passava pela noção da boa utilização dos recursos da Coroa. Desse modo, para o provedor, o fornecimento de munições não havia sido um prejuízo, pois tinha resultado em algo positivo. Por outro lado, é possível que João do Rego Barros quisesse, em sua carta, enaltecer o governo de dom Pedro de Almeida, valorizando assim a sua utilização da Fazenda Real.

Passados 17 anos e várias outras expedições enviadas contra Palmares, foi realizada uma entrada sob o comando do coronel paulista Domingos Jorge Velho, em 1694. Sobre ela há nos avulsos da capitania de Pernambuco,

⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 26-27v.

⁴² Carta de João do Rego Barros ao príncipe regente de 22 de junho de 1678 AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118.

vários documentos gerados em torno do contrato realizado entre os paulistas e o governador da capitania, João da Cunha Souto Maior, em 1687. As discussões realizadas antes, durante e depois da entrada acerca desse contrato produziram várias cartas, consultas e pareceres que avaliaram as ações das tropas em 1694 e a situação da guerra contra Palmares.

O processo de contratação do sertanista Domingos Jorge Velho e de sua tropa foi longo e permeado por contratempos. Na bibliografia não há unanimidade sobre os seus detalhes e nem sobre quem foi o responsável pelo primeiro contato com os paulistas. Segundo Décio Freitas, foi o governador de Pernambuco dom João de Sousa quem fez o primeiro convite, mas que, quando a resposta dos paulistas chegou a Pernambuco, seu sucessor já havia assumido o governo. João da Cunha Souto Maior, então, teria decidido por continuar as negociações e, firmou com Jorge Velho um contrato em 1687⁴³.

Edison Carneiro, porém, não menciona o convite de dom João de Sousa, e afirma ter sido Souto Maior o primeiro a entrar em contato com os paulistas, em 1685. Segundo o autor, Jorge Velho demorou dois anos para negociar o contrato pois foi informado de que Souto Maior havia morrido. Quando soube que a notícia era falsa, entrou em contato com o governador e negociou as condições da guerra que seria realizada contra Palmares⁴⁴.

Ambos os autores concordam que, após 1687, as tropas paulistas partiram do local onde estavam (provavelmente o Piauí) para Pernambuco. Porém, antes de chegarem à capitania, foram ordenadas pelo governador geral a mudar de rumo e irem ao Rio Grande, para combater vários grupos de índios rebeldes. Antes de os combates no Rio Grande serem finalizados, Jorge Velho partiu com sua tropa para Pernambuco, por insistência do governador, o marquês de Montebelo, deixando em seu lugar Matias Cardoso de Almeida⁴⁵.

⁴³ Décio Freitas. *Op. Cit.*, p. 154.

⁴⁴ Edison Carneiro. *Op. Cit.*, p. 135, 142-143. A versão de Carneiro está mais próxima do que relata Jorge Velho em uma carta escrita em 1694 ao rei. Segundo o paulista, ele e seus "servos de armas" saíram de Piauí, a convite do então governador de Pernambuco João da Cunha Souto Maior (Carta de Domingos Jorge Velho ao rei de 15 de julho de 1694. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 10).

⁴⁵ Décio Freitas. *Op. Cit.*, pp. 155-158; Edison Carneiro. *Op. Cit.*, pp. 136-137.

Em um dos vários requerimentos feitos pelos paulistas após a expedição de 1694, relata-se que, chamado novamente a Pernambuco pelo marquês de Montebelo, o “terço” paulista realizou uma primeira expedição a Palmares, em 1692. No entanto, as tropas de Jorge Velho não obtiveram sucesso, por terem encontrado uma cerca difícil de transpor, acabando-se os mantimentos que haviam levado. Ao retornar do sertão, os paulistas não tiveram apoio nem sustento dos moradores da região, tendo que montar seu acampamento em uma praia deserta, permanecendo isolados por lá durante 10 meses, sem receber mantimentos nem do governo nem dos moradores. Quem finalmente os socorreu, segundo o mesmo documento, foi o novo governador da capitania, Caetano de Melo de Castro. Após esse período, em 1694, os paulistas liderados por Jorge Velho partiram para uma nova expedição militar contra Palmares⁴⁶.

Assim, como se pode observar nesse requerimento, os documentos das séries aqui pesquisadas trazem relatos sobre a contratação dos paulistas e as expedições de 1692 e 1694 que possuem muitos elementos “dramáticos” e, possivelmente exagerados. O contexto de produção dessas cartas e petições é o de contestação do contrato firmado em 1687, sendo necessário, portanto, que os paulistas valorizassem seus feitos e sofrimentos nessa empreitada. Caetano de Melo de Castro, por sua vez, interessado em não cumprir as cláusulas firmadas e confirmadas pelos antecessores, produziu testemunhos da expedição de 1694 nos quais o caráter a atuação dos paulistas são postos em dúvida.

Um dos pontos em que não há unanimidade sobre a expedição de 1694 é na quantidade e na proveniência das pessoas que dela participaram. Segundo o requerimento paulista mencionado, o “terço” paulista que entrou em Palmares em 1694 era composto por 600 “gentios” comandados por 45 “brancos”⁴⁷. De acordo com o contrato feito em 1687, a expedição estaria a cargo somente dos paulistas e seus índios, que receberiam da Fazenda Real

⁴⁶ Requerimento paulista [post. a 1695]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 03.

⁴⁷ Requerimento paulista [post. a 1695]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 03.

apenas uma quantidade limitada de munições e seriam abastecidos de dois em dois meses por farinha, milho e feijão, fornecidos pela câmara de Alagoas⁴⁸.

Porém, segundo o governador Caetano de Melo de Castro, não foi isso que aconteceu. Para ele, as tropas paulistas não foram suficientes para a entrada de 1694 e, contrariando o estabelecido pelo contrato, necessitaram de auxílio das tropas da capitania de Pernambuco. Na carta em que dá notícias ao rei sobre os resultados da expedição, ainda em agosto de 1694, Melo de Castro afirma que, ao total, participaram da entrada 3 mil homens. Desse número, que incluiria as expedições de socorro, aproximadamente 700 eram das tropas de Jorge Velho, sendo que desses, apenas 300 eram “capazes de armas”⁴⁹.

Os próprios paulistas admitiram a participação do capitão-mor em Pernambuco Bernardo Vieira de Melo, porém mencionaram em seu requerimento que as tropas comandadas por ele chegaram “por último” ao cerco a Zumbi⁵⁰. Como não poderia deixar de ser, de acordo com esse documento, as decisões mais importantes durante o confronto com os palmarinos foram tomadas por Jorge Velho. Segundo os relatos, por exemplo, depois de andarem pela mata, suas tropas encontraram um mocambo fortificado por uma cerca muito difícil de ser transposta, obrigando os soldados a acamparem próximos a ela durante 22 dias. Diante disso, o coronel paulista teria tido a idéia de construir uma “contra-cerca”, que teria permitido a aproximação das tropas ao mocambo e o início dos confrontos com os palmarinos, ocorridos na madrugada do dia 5 para o dia 6 de fevereiro de 1694⁵¹.

Sobre esse confronto, existem ainda na documentação aqui pesquisada informações fornecidas por seus participantes, que desejavam obter mercês régias, relatando, com esse objetivo, seus feitos militares mais importantes. Esses relatos não trazem muitos detalhes, mas reforçam a informação de que os participantes dessa entrada não foram apenas os paulistas e seus índios. Carlos Ferreira, por exemplo, atesta ter participado de uma expedição de

⁴⁸ Cópia dos Capítulos e Condições concedidas por João da Cunha Souto Maior a Domingos Jorge Velho em 30 de março de 1687. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 01.

⁴⁹ Carta de Caetano de Melo de Castro ao rei de 04 de agosto de 1694. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 06.

⁵⁰ Requerimento paulista [post. a 1695]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 03.

⁵¹ Requerimento paulista [post. a 1695]. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 03.

socorro às tropas paulistas, sob o comando do capitão de Pernambuco Manuel Pinto⁵². Já Plácido Azevedo Falcão, além de ter comboiado, com mais 15 homens, mantimentos fornecidos pela vila de Alagoas, incorporou-se às tropas de Jorge Velho participando do cerco feito na Serra do Barriga, com duração de 22 dias. Suas folhas de serviço atestam também que ele fez parte de duas investidas contra a cerca do mocambo palmarino, que ele ajudou a construir a contra-cerca e que também participou do socorro ao sargento-mor Sebastião Dias que, durante o cerco ficou “debaixo das armas” dos palmarinos⁵³.

Na documentação pesquisada é possível encontrar também um paulista como suplicante de um posto militar em uma companhia de Pernambuco. Para isso, Luis da Silveira Pimentel, assim como Plácido Falcão, atestou ao Conselho Ultramarino ter participado das duas investidas a Zumbi, de ter conduzido socorros às tropas na Serra do Barriga, e de ter ajudado a construir a contra-cerca, carregando madeiras com homens às suas custas⁵⁴.

As informações obtidas nos documentos pesquisados sobre os acontecimentos da entrada de 1694 foram produzidas não só com a intenção de narrar o que se passou durante o cerco a Macaco, mas principalmente com o objetivo de valorizar os feitos militares de seus autores, que, por meio delas, buscavam alcançar mercês régias. Desse modo, tanto o requerimento de Domingos Jorge Velho quanto as informações de serviço de Carlos Ferreira, de Luis da Silveira Pimentel e de Plácido Falcão trazem versões da expedição que serviriam aos seus intentos. Porém, isso não significa dizer que os relatos são falsos, mas sim que seus elementos devem ser analisados com cautela, principalmente os que dizem respeito a feitos heróicos e obstáculos quase intransponíveis.

A expedição de 1694 foi interpretada pela maioria dos pesquisadores de Palmares como o grande coroamento da guerra contra os mocambos. De fato, essa é a última grande entrada documentada contra os palmarinos. Frente a ela, a expedição comandada pelo capitão paulista André Furtado de Mendonça,

⁵² Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 19, D. 1768.

⁵³ Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1701. AHU_ACL_CU_015, Cx. 19, D. 1867.

⁵⁴ Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1741.

em 1695⁵⁵, que resultou na morte de Zumbi, não ganha muito destaque na historiografia, a não ser para desmentir as diversas versões da morte do líder palmarino. Porém, na documentação pesquisada, é possível notar informações divergentes acerca do grau de destruição de Palmares depois das expedições de 1694 e 1695.

Em uma consulta produzida no início de 1698, o Conselho Ultramarino informou que o governador Caetano de Melo de Castro afirmara, em uma carta de maio de 1697, que “[...] pela notícia dos que se aprisionaram, se tinha entendido que não chegavam a trinta os que se ocultavam matos, a que nem este limitado número se conservaria muito tempo [...]”⁵⁶. Os paulistas, por sua vez, afirmaram em um requerimento que “[...] ainda que há quem se lisonjeia de que tais negros não cheg[ue]m a trinta, sempre serão trinta vezes trinta, pelo menos [...]”⁵⁷.

É interessante perceber que, mesmo anos depois da expedição e da morte de Zumbi, a destruição total de Palmares não é anunciada. Apesar de teoricamente tanto os paulistas quanto o governador terem interesse em retratar a expedição de 1694 como vitoriosa, como a que pôs fim definitivo à ameaça palmarina, as disputas geradas acerca da validade ou não do contrato firmado em 1687 fizeram com que essa vitória imediata pudesse ser matizada pelos próprios paulistas. Isso porque, para as tropas de Jorge Velho, interessava, entre outras coisas, manterem-se úteis ao governo da capitania, garantindo assim sua permanência nas terras palmarinas e o cumprimento das cláusulas acertadas no contrato. A ameaça de reconstrução dos mocambos precisava se manter, desse modo, no horizonte daqueles que decidiriam sobre a manutenção dos paulistas e de seus índios, apesar do descontentamento dos moradores com essa vizinhança.

⁵⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1737; Consulta do Conselho Ultramarino de 30 de dezembro de 1697. AHU_ACL_CU_015, Cx.17, D.1744; Carta de Caetano de Melo de Castro ao rei de 14 de março de 1696. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1697; Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de agosto de 1696. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1697.

⁵⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 13 de janeiro de 1698. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746.

⁵⁷ Requerimento paulista. S.d. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 01.

2 - Regimentos e Contratos

Das três expedições escolhidas para serem melhor analisadas nesse capítulo, destacam-se dois tipos documentais que muito contribuem para o conhecimento acerca da história das guerras contra Palmares: o regimento e o contrato. A comparação entre eles pode mostrar questões importantes para o entendimento das diferentes escolhas feitas pelos governadores de Pernambuco para tentar destruir os mocambos palmarinos.

Segundo o *Vocabulario* de Bluteau, “regimento” pode ser definido como “certo modo de proceder, instituído por aqueles que têm autoridade para essa instituição”⁵⁸. Os dois regimentos feitos para a entrada de 1664 são datados do dia 26 de novembro de 1664, e foram destinados aos seus dois comandantes principais: o capitão Antônio da Silva Barbosa e o capitão-mor dos índios dom Diogo Pinheiro Camarão.

O primeiro item do regimento destinado ao capitão-mor Camarão determina que, durante a entrada, ele deveria seguir todas as determinações estabelecidas no regimento de Antônio da Silva, estabelecendo assim a hierarquia no comando da expedição. Os outros quatro itens do texto trazem determinações sobre como o capitão-mor deveria proceder ao término da expedição, para assentar sua gente “[...] junto a um mocambo velho, que dista da Alagoa para o sertão 18 ou 20 léguas [...]”⁵⁹. Ao final, o governador determina que aquilo que não pudesse ser especificado com antecedência pelo regimento, ficaria a cargo do capitão-mor, que teria que lhe prestar contas de suas decisões.

O prestígio do “terço do Camarão” é evidenciado nesse documento pela comparação com os feitos de seus soldados na luta contra os holandeses. No 3º item, o governador afirma que, como fizera na luta contra os holandeses, a tropa deveria “correr” com todo o cuidado a região, fazendo emboscadas à distância de “um tiro de mosquete” da aldeia⁶⁰. Vê-se aí, portanto, a valorização

⁵⁸ Raphael Bluteau. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712 – 1728, p. 199 (Disponível online pelo IEB/USP: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>; acesso em 25/01/2009).

⁵⁹ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3ª-I-I-31, fl. 167-167v, doc. 123.

⁶⁰ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3ª-I-I-31, fl. 167-167v, doc. 123.

da experiência dos soldados comandados por Camarão com as táticas da “guerra brasilica”.

Já o regimento escrito para o capitão Antônio da Silva possui 11 itens e pode ser dividido em três partes. A primeira, composta pelos itens 1 e 2, regulamenta a partida das tropas de Antônio da Silva e de Diogo Camarão. Ambas sairiam de Olinda rumo a Sirinhaém, onde seriam abastecidas com farinha e peixe suficiente para 15 dias, e de lá partiriam em direção aos mocambos palmarinos.

A segunda parte, por sua vez, refere-se à entrada propriamente dita, e engloba os itens 3, 4, 5, 9, 10 e 11. De acordo com o documento, o objetivo da expedição era chegar a um grande mocambo, chamado “do Amaro”. Porém, caso as tropas descobrissem outros mocambos, mesmo que pequenos, eles teriam que ser atacados e todas as plantações dos palmarinos destruídas, eliminando, assim, as formas de sustento dos inimigos⁶¹.

Para essa expedição de 1664, ficava ordenado pelo regimento de Antônio da Silva que, à frente da tropa principal, à distância de “um tiro de espingarda” deveria sempre estar um grupo de mais ou menos 20 homens. Estes deveriam ser “ligeiros” e não carregar peso, levando armas curtas, pois seu objetivo seria perseguir os palmarinos que, avistando ao longe as tropas coloniais, tentassem fugir delas. O regimento, porém, baseado provavelmente em expedições anteriores, afirma que esses soldados da vanguarda teriam que cuidar para não se afastarem demais da tropa principal, correndo o risco de serem atacados pelos palmarinos, sem poder ser socorridos.

Essa segunda parte do regimento define também o modo como as tropas seriam armadas. As munições seriam providenciadas pela Fazenda Real, que ficaria com parte da “pilhagem” (quintos) para pagá-las. Além disso, determina-se que, se houver falta de alimento, um comboio deverá buscá-los em Alagoas ou Porto Calvo, tomando especial cuidado no caminho, pois poderiam ser atacados pelos negros, como já acontecera em expedições anteriores. O modo como as presas seriam tratadas também é abordado nesse documento, com especial recomendação para que nenhuma fosse

⁶¹ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão Antônio da Silva Barbosa de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-I-31, fl. 164v-166v, doc. 122.

“desencaminhada”, causando prejuízos tanto à Fazenda Real quanto aos participantes da entrada, já que estes teriam direito a todas as presas depois de retirado o quinto régio.

No documento, a experiência militar prévia também é valorizada, mas nesse caso com ênfase nas lutas contra os negros amocambados. O 2º item determina que o capitão Antônio Dias deveria mandar chamar os moradores da região que eram “suficientes e práticos nos mocambos dos negros”, para que eles participassem da entrada, recebendo em retribuição parte das presas que fossem feitas.

Já a terceira parte diz respeito ao assentamento das tropas do capitão-mor Camarão após o término da expedição. Os itens 7 e 8 do regimento repetem as ordens passadas ao capitão-mor, acrescentando determinações sobre o modo como as tropas seriam sustentadas enquanto não estivessem plenamente estabelecidas em sua nova aldeia, ou seja, enquanto não pudessem colher o que iriam plantar.

Ao final desse regimento, assim como no do capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão, é delegada a Antônio da Silva a responsabilidade de tomar decisões durante a entrada sobre situações que não foram previstas pelas ordens do governador. Desse modo, percebe-se que os regimentos são um tipo de documento que, apesar de deixar algum espaço para decisões individuais, estabelecem os deveres dos comandantes de uma expedição, de acordo com as determinações do governador da capitania.

O outro tipo de documento a ser comparado aqui com os regimentos é um contrato, chamado na documentação de “Capítulos e condições concedidas por João da Cunha Souto Maior a Domingos Jorge Velho”. Como já foi mencionado, ele foi firmado entre o sertanista Jorge Velho e o governador de Pernambuco Souto Maior, em 1687⁶². O texto contém 16 itens, ou “capítulos”, que foram ratificados com algumas mudanças em 1691, pelo marquês de Montebelo⁶³ – sucessor de Souto Maior no governo da capitania – e confirmados pelo rei em 1693⁶⁴.

⁶² Cópia dos Capítulos e Condições concedidas por João da Cunha Souto Maior a Domingos Jorge Velho em 30 de março de 1687. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 01.

⁶³ Cópia dos Capítulos e Condições concedidas por João da Cunha Souto Maior a Domingos Jorge Velho em 30 de março de 1687. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 01.

⁶⁴ Alvará régio de confirmação de 7 de abril de 1693. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 04.

Diferentemente dos regimentos, o contrato evidencia uma maior autonomia de ambas as partes, já que o governador oferece vantagens aos contratados. Porém, é ele quem *concede* os “capítulos e condições” a Domingos Jorge Velho, estabelecendo determinadas cláusulas para que essas vantagens sejam de fato concretizadas, evidenciando, assim, estar o primeiro em posição de maior poder que o segundo. Além disso, há outras diferenças entre a natureza de um regimento e a de um contrato, mas que não fizeram parte desta pesquisa.

Pode-se analisar, então, esse contrato em duas partes: a que determina os “direitos” dos paulistas contratados, ou seja, as mercês que eles receberiam; e a que estabelece os seus “deveres”, ou, em outras palavras, as condições que eles teriam que cumprir para serem merecedores de suas recompensas. Na documentação pesquisada não há menção sobre como esse texto foi redigido e em quais circunstâncias aconteceram as negociações em torno deles. Porém, é importante lembrar que esses “capítulos e condições” não dizem respeito apenas à expedição de 1694, já que eles foram firmados antes que se soubesse que haveria tal expedição. De qualquer modo, sabe-se que o governador que realizou o acordo com Jorge Velho não chegou a realizar expedição alguma que contasse com a participação desse comandante ou de suas tropas.

Quanto às “condições” que deveriam ser cumpridas em todas as futuras entradas realizadas pelos paulistas, ficava determinado que qualquer “mocambo ou quilombo” de que se tivesse notícia nos sertões da capitania deveria ser atacado e destruído pelas tropas de Domingos Jorge Velho. A redação desse documento evidencia que, mesmo no final da década de 1680, o governo colonial não tinha certeza da localização dos mocambos palmarinos, nem de sua extensão, deixando em aberto a possibilidade de novas descobertas.

Ao contrário dos regimentos expedidos para a entrada de 1664, ficava determinado também nesse contrato que nem o governador nem Domingos Jorge Velho poderiam realizar acordos de paz com os palmarinos. Esse capítulo é uma evidência de que a experiência com o acordo de paz feito em 1678 e com as outras negociações feitas com os palmarinos não foram consideradas positivas naquele momento.

Era também dever dos paulistas, segundo esse documento, impedir que novos escravos fugissem para a região palmarina. Além disso, eles não

poderiam abrigar em seus arraiais ou povoações formados depois do fim de Palmares pessoas fugitivas da justiça. Por outro lado, os crimes cometidos pelos paulistas seriam perdoados, porém com algumas exceções.

A maior condição desse contrato, porém, não está explicitada em nenhum capítulo, e trouxe posteriormente vários conflitos em torno da sua execução. Ao contratar as tropas de Domingos Jorge Velho, o governo de Pernambuco delegou a nova guerra que se iniciava aos paulistas e seus índios. Ficava implícito nesse contrato, por tanto, que essa guerra deveria ser realizada por conta deles, ou seja, que os soldados e moradores de Pernambuco que dela participassem não deveriam ser a maioria, servindo apenas de socorro eventual. Essa é uma das maiores diferenças entre a expedição de 1664 e a de 1694: enquanto na primeira o poder permanece nas mãos do governador, que determina o modo como a expedição deve ser realizada, subordinando a ele o comandante da entrada, na segunda o poder é delegado para alguém que não está inserido na estrutura militar oficial, restringindo, desse modo, o campo de ação do governador.

Seguindo essa lógica de delegação da tarefa de vencer os palmarinos, a participação da Fazenda Real seria referente apenas ao fornecimento de munições, mas em uma quantidade limitada. Mesmo assim, no 3º capítulo ficava previsto que, dentre armas e outros aparatos de guerra, a Fazenda Real gastaria com os paulistas mais de mil cruzados. Além disso, a vila de Alagoas forneceria farinha, milho e feijão às tropas de Jorge Velho, de dois em dois meses.

As mercês a que os paulistas teriam direito ocupam um importante espaço no contrato feito. Por meio dele, por exemplo, o governador abriu mão das jóias a que tinha direito e do quinto régio, determinando que todas as presas seriam divididas por Jorge Velho a seus comandados, de acordo com os seus próprios critérios. As únicas condições impostas sobre as presas é que, as que tinham dono, seriam a eles devolvidas (por meio do pagamento de 8 mil réis) e que, das que não possuíam dono, apenas as que tinham de 7 a 12 anos poderiam permanecer na capitania de Pernambuco, sendo todas as outras vendidas para o Rio de Janeiro ou para Buenos Aires⁶⁵.

⁶⁵ As disputas ocorridas em torno das presas feitas pelas diversas expedições enviadas contra Palmares são um tema que deve ainda ser estudado com mais profundidade, e que pode revelar importantes aspectos das motivações para as expedições, entre outras questões.

Outra recompensa concedida aos paulistas seria a doação de sesmarias em território palmarino. Pelos capítulos 6 e 11 ficava determinado que eles receberiam terras para cultivá-las e povoá-las, com a condição de viverem sob o domínio de Sua Majestade. Além disso, as terras que os paulistas já haviam pleiteado na região do rio dos Camarões seriam a eles concedidas. Além das terras, Domingos Jorge Velho e seus oficiais receberiam ainda hábitos de ordens militares.

Nesse contrato, Domingos Jorge Velho é designado como o comandante central dessa guerra contra Palmares. O capítulo 15 determina que todas as pessoas que se voluntariarem para participar das entradas teriam que se submeter às ordens de Jorge Velho e de seus oficiais. Além disso, o poder do sertanista paulista é ampliado no capítulo 13, que concede a ele o poder de prender qualquer morador de Pernambuco que “socorrer” os negros dos Palmares.

Pode-se perceber, portanto, comparando os regimentos e o contrato assinado com Domingos Jorge Velho, dois modos bem distintos de combater os palmarinos. O primeiro diz respeito à utilização de tropas locais, sendo que as ordens passadas a elas são feitas à maneira das ordens transmitidas de um superior a um subordinado, dentro da hierarquia administrativa, política e militar da capitania de Pernambuco. Já o segundo modo emprega tropas irregulares que não estão inseridas oficialmente nessa hierarquia. Apesar disso, não há igualdade entre o contratante e o contratado, sendo que é o governador quem “concede” o contrato a Domingos Jorge Velho. Contudo, é interessante notar que ambos os modos deixam espaço para a tomada de decisão por parte dos comandantes das entradas que, no final das contas, serão os que, juntamente com os seus subordinados, lutarão de fato contra os palmarinos.

Apesar de os documentos que tratam das negociações de Fernão Carrilho com as câmaras de Alagoas e Porto Calvo e com o governador dom Pedro de Almeida não fazerem parte dessa pesquisa, alguns dados sobre esse processo de contratação podem contribuir para essa comparação. É possível perceber pelos documentos das séries aqui pesquisadas que, apesar de Carrilho não ser um comandante militar de Pernambuco, ele parece ser menos “estrangeiro”

do que os paulistas. Ele estava mais inserido na estrutura militar oficial, e provavelmente não possuía uma cultura tão diferente dos moradores de Pernambuco⁶⁶. Além disso, Fernão Carrilho foi trazido para comandar soldados da capitania, e não tropas próprias. É provável que ele tenha trazido alguns agregados, mas não em quantidade tão grande quanto Jorge Velho.

Segundo a historiadora Silvia Lara, a ata da câmara que registra a contratação de Fernão Carrilho pelas vilas de Alagoas e Porto Calvo⁶⁷ afirma que ao sertanista foram concedidos 700 mil réis para custear a expedição. Sua tropa contaria com “200 arcos e 100 armas de fogo”, e os prisioneiros feitos durante a entrada seriam entregues ao governo da capitania mediante o pagamento de 12 mil réis cada, com exceção dos menores de 3 anos de idade⁶⁸. Nessa ata, no entanto, não há menção à participação de dom Pedro de Almeida nas negociações com Fernão Carrilho. De acordo com a historiadora, a carta patente de Carrilho só foi concedida alguns meses depois desse acerto com as câmaras. Ele foi designado o capitão-mor da entrada, superior aos capitães das ordenanças e a outros oficiais que participassem dela⁶⁹.

No caso da expedição de 1677, portanto, ao contrário das de 1664 e 1694, a documentação oferece indícios para que se afirme que ela partiu da iniciativa dos moradores mais influentes da região vizinha a Palmares que, por meio de suas câmaras, decidiram escolher, dentre várias alternativas disponíveis, contratar alguém de fora da capitania para comandar uma guerra contra os mocambos palmarinos.

3 - Diferentes governos, diferentes expedições, diversas guerras

Na documentação pesquisada, as três expedições militares aqui escolhidas aparecem como tendo sido fruto da iniciativa dos governadores da capitania de Pernambuco. Isso pode ser explicado pela natureza da

⁶⁶ É possível também que as diferenças percebidas entre Fernão Carrilho e Domingos Jorge Velho sejam em parte fruto da natureza da documentação, que põe em foco a capitania de Pernambuco, e apresenta em diversos momentos uma visão negativa dos paulistas.

⁶⁷ Termo de aceitação de condições de 3 e 12 de fevereiro de 1676. “Segundo Livro de Vereações da câmara da vila de Alagoas, de 1666 a 1681”. *RIAGA*, 7 (1875), pp. 179-180.

⁶⁸ Silvia H. Lara. *Palmares & Cuaú*, p. 24.

⁶⁹ Silvia H. Lara. *Palmares & Cuaú*, p. 24.

documentação que, como foi mencionado anteriormente, é referente à administração da capitania, dando ênfase, portanto, às ações e feitos dos governadores. Sem dúvida, as atuações de Jerônimo de Mendonça Furtado, de dom Pedro de Almeida e de Caetano de Melo de Castro foram muito importantes para que as expedições ocorressem dos modos acima comentados. Porém, conforme foi demonstrado, isso não significa que eles foram os únicos responsáveis pelas decisões tomadas sobre as entradas militares.

Contudo, para o exercício de análise aqui realizado, o destaque será dado à atuação dos governadores da capitania de Pernambuco e ao modo como os contextos de seus governos fizeram com que as três expedições escolhidas acontecessem de modos tão distintos.

O governo de Jerônimo de Mendonça Furtado foi mais curto do que os três anos correntes a que tinha sido nomeado. Preso em Olinda no dia 31 de agosto de 1666, o governador alcunhado de “Xumbergas” foi acusado, como analisa Evaldo Cabral de Melo, de governar como um tirano, interferindo em esferas administrativas que não lhe diziam respeito, executando dívidas de maneira abusiva, apropriando-se de parte do dinheiro arrecadado com donativos pagos pelos moradores, violando privilégios da Coroa, quebrando o monopólio comercial ao se associar com franceses, nomeando irregularmente aliados seus para postos importantes, e desobedecendo a ordens do governo geral, entre outras ações⁷⁰.

Segundo Cabral de Mello, desde a restauração pernambucana os governadores da capitania tiveram um relacionamento difícil com os governadores gerais. Porém, no caso de Mendonça Furtado, os conflitos com o conde de Óbidos, vice-rei do Estado do Brasil, fizeram com que os descontentamentos dos oficiais da câmara de Olinda e de outras pessoas influentes com o seu governo ganhassem mais força e apoio, culminando na interrupção do seu mandato⁷¹.

Além disso, a década de 1660 não havia sido muito boa para a capitania de Pernambuco. Com os desdobramentos da ocupação dos holandeses e das

⁷⁰ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco. 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp. 20-21.

⁷¹ Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos*, p. 25, 28.

guerras para a sua expulsão da capitania, a economia de Pernambuco demorou para se recuperar. Além disso, apesar de a Coroa ter suspenso por 10 anos o pagamento dos dízimos pelos proprietários dos engenhos restaurados, outros donativos tiveram que ser pagos pelos moradores, como a “Paz de Holanda” e o “Donativo da rainha da Grã-Bretanha”. Para agravar os problemas econômicos, uma epidemia de varíola na primeira metade da década de 1660 vitimou boa parte dos escravos, e dificultou a produção do açúcar e o abastecimento de carne e outros gêneros alimentícios⁷².

A expedição comandada pelo capitão Antônio da Silva e pelo capitão-mor Diogo Pinheiro Camarão é a única que aparece registrada como tendo acontecido no governo de Mendonça Furtado. Realizada em 1664, no início de seu governo, portanto, essa expedição não aparece na documentação pesquisada como tendo causado conflitos entre o governo e as câmaras. A câmara de Olinda, que, segundo Cabral de Mello, era influenciada pela maioria dos opositores a Mendonça Furtado, não foi envolvida em sua preparação.

Porém, ainda de acordo com a documentação, em 1665 iniciaram-se os preparativos de uma nova expedição, devido aos fracassos da anterior. Em uma carta do governador Mendonça Furtado ao capitão-mor da vila de Alagoas, escrita em novembro de 1665⁷³, vários assuntos foram tratados, inclusive o envio de novas tropas para lutar contra Palmares. A estratégia escolhida para ela não foi muito detalhada no documento, mas consistia basicamente em enviar tropas sob o comando de um cabo que poderia ser o próprio capitão-mor, ou então alguém escolhido por ele. A participação de indígenas não foi mencionada nesse documento, porém é possível saber, por meio de uma carta escrita em abril de 1665 à câmara de Alagoas, que Mendonça Furtado havia considerado a utilização de tapuias do Rio de São Francisco e de outros índios comandados por Jorge Peres⁷⁴.

⁷² Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos*, pp. 39-41.

⁷³ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.

⁷⁴ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Alagoas de 11 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 184-185, doc. 146.

Porém, o que mais diferencia essas duas cartas escritas a Alagoas é o tom que Mendonça Furtado emprega para se dirigir aos líderes locais da vila. Na primeira, as determinações para o início dos preparativos da nova entrada foram feitas de maneira clara, especificando cada medida a ser tomada, sem ter sido feita nenhuma acusação em relação ao fracasso da entrada do ano anterior. Na segunda, por sua vez, a mudança é clara: os moradores de Alagoas são acusados pelo governador de serem “frouxos”, por terem deixado que quatro “tapanhuno⁷⁵” os incomodassem. Pelo raciocínio do governador, se nem esses eram submetidos ao governo, muito menos seriam os palmarinos, sendo essa fraqueza culpa “de quem os governa”, ou seja, do capitão-mor de Alagoas⁷⁶.

Além disso, no início de sua carta, Mendonça Furtado fez sérias acusações ao capitão-mor de Alagoas, afirmando ter ele excedido a sua jurisdição, interferindo nos trabalhos da câmara, e ter mostrado publicamente uma carta enviada por ele governador sobre a cobrança de um novo donativo, gerando com isso reclamações dos oficiais da câmara. O capitão-mor ainda foi acusado de ter mandado para fora da capitania dois barcos cheios de farinha o que, em tempos de dificuldades econômicas, doenças e preparativos para uma nova expedição militar, era inaceitável⁷⁷.

A carta de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas evidencia, portanto, que a realização de uma expedição não dependia somente da vontade do governador, e que ela envolvia outras questões que não diziam respeito

⁷⁵ Segundo Stuart Schwartz, “tapanhuns” ou “tapamunhos” eram designações utilizadas no início do período colonial para se aos primeiros africanos trazidos para a América Portuguesa. De origem tupi, o significado aproximado do termo seria “quase-tribal”. (S. Schwartz. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas”. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003, p. 16.) No caso desse documento de novembro de 1665, é possível que o governador estivesse referindo-se aos palmarinos ao utilizar o termo “tapanhuno⁷⁵”. (Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.)

⁷⁶ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.

⁷⁷ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.

diretamente a Palmares, como a cobrança de tributos. Desse modo, as disputas locais de poder influenciaram o modo como as expedições foram configuradas, condicionando algumas escolhas feitas pelos governadores de Pernambuco.

Quanto às táticas escolhidas pelo governador para as duas expedições, a idéia de empregar aldeias indígenas para combater escravos fugidos não foi uma inovação de Jerônimo de Mendonça Furtado, pois a mesma era corrente desde o início do processo colonizatório. Segundo Stuart Schwartz, populações indígenas indômitas serviam como uma barreira à formação de mocambos, limitando a área que seria colonizada, onde habitariam os colonos e seus escravos. Porém, com os acordos e guerras feitos aos índios pelo poder colonial, vários grupos tornaram-se aliados e aldeados (pela força ou não). Esses aldeamentos, quando posicionados em áreas estratégicas, serviram como proteção para as vilas e regiões mais ameaçadas por ataques de negros amocambados ou de indígenas inimigos. Outro modo de utilização da força militar indígena foi o seu emprego nas expedições como carregadores ou em equipes de patrulha, que iriam à frente dos outros soldados para descobrir os caminhos até os mocambos ou perseguir os escravos fugitivos pelos matos⁷⁸.

No caso da expedição de 1664, é possível perceber claramente essa dependência em relação às tropas indígenas, que participaram também de muitas outras expedições contra Palmares. Além do terço do capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão ter lutado durante essa entrada, após o seu término ele ficaria “aposentado” em terras palmarinas, mas ainda próximas de Alagoas e Porto Calvo⁷⁹. Após os resultados ruins da expedição, Mendonça Furtado afirmou ser esse aldeamento o “remédio mais eficaz” para destruir Palmares⁸⁰.

⁷⁸ Stuart Schwartz. “Tapanhuns, negros da terra e curibocas”, pp. 21-23.

⁷⁹ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 167-167v, doc. 123; Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão Antônio da Silva Barbosa de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 164v-166v, doc. 122.

⁸⁰ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado à câmara de Porto Calvo de 22 de abril de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 132v, doc. 60.

Enquanto a participação indígena aparece na expedição de 1664 desde o início dos preparativos, a possibilidade de realizar um acordo de paz constituiu-se em um plano adotado quando a entrada não atingiu os resultados esperados. Como já foi analisado, Mendonça Furtado afirmou, em outubro de 1664, que tentar acabar com Palmares “por meio da piedade” não deu certo para os seus antecessores no governo da capitania⁸¹. O que o haveria levado a mudar de estratégia, então?

Tendo em vista o contexto econômico e político da capitania de Pernambuco, pode-se levantar a hipótese de que Mendonça Furtado teria muitas dificuldades em organizar uma nova entrada rapidamente, antes que os palmarinos se recuperassem dos ataques de 1664. Na documentação aqui pesquisada é possível perceber que a organização de uma expedição militar não era algo simples e rápido, pois envolvia diversos setores da sociedade colonial: moradores influentes ou comuns, oficiais das câmaras, oficiais militares, grupos indígenas, governadores, conselheiros, procuradores, provedores, entre outros. Para um governador bem quisto pela maioria desses grupos já seria complicado coordenar os diversos interesses e opiniões, sendo essa tarefa ainda mais difícil para um governador na situação de Mendonça Furtado.

Em tempos de dificuldades econômicas e discórdias políticas, convencer os moradores a contribuírem para as entradas por meio de suas câmaras e a reunirem tropas para enviar a Palmares não seria algo fácil. Além disso, é provável que o governo central não concedesse ajuda a Mendonça Furtado, já que o vice-rei não foi favorável à maioria das medidas tomadas pelo governador. Um acordo de paz, mesmo com um histórico de tentativas falhas, talvez fosse uma boa alternativa para amenizar a questão palmarina sem aumentar os conflitos com o governo central e com as lideranças locais. Isso, porém, se as outras instâncias da administração colonial aprovassem o acordo.

De qualquer modo, na documentação não há informações sobre a realização de um acordo nesse momento. Pela carta escrita em 1665 para o

⁸¹ Ordem de Jerônimo de Mendonça Furtado de 1º de outubro de 1664. AUC, CCA, IV, 3ª -I-I-31, fl. 119v-120, doc. 24.

capitão-mor de Alagoas⁸², tem-se a impressão de que ele não ocorreu, e que o governador resolvera tentar organizar uma nova investida militar. Sobre a expedição organizada em 1665 também não há documentos nas séries pesquisadas que atestem o seu efetivo acontecimento. Contudo, é possível perceber que, para realizá-la, Mendonça Furtado teria que superar conflitos com a liderança militar de Alagoas. Isso porque, nos processos de preparação e envio de tropas militares para lutas contra Palmares, a maioria dos governadores costumava delegar responsabilidades para as câmaras, cabos e outros comandantes, dependendo deles para a obtenção de mantimentos e de soldados, e para a realização dos combates propriamente ditos. Na carta mencionada, o governador afirmou que se não fossem seus “achques”, ele iria “pessoalmente fazer estas entradas ao sertão”⁸³. Seja essa uma vontade apenas retórica ou não, o governador de Pernambuco não poderia organizar e realizar uma expedição sem coordenar os vários poderes que governavam a capitania.

Assim como a expedição comanda pelo capitão Antônio da Silva em 1664, a realizada em 1677 também contou com a participação de soldados indígenas e teve em seu horizonte a realização de acordos com os palmarinos. Realizada 13 anos depois, a entrada organizada pelo governador de Pernambuco e pelas câmaras de Alagoas e Porto Calvo, contou, porém, com outras táticas, sendo a principal delas a escolha de um comandante que não fazia parte na época da estrutura militar da capitania de Pernambuco.

A historiografia de Palmares deu bastante destaque à atuação de Fernão Carrilho, sendo ele um dos comandantes mais mencionados, juntamente com Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo. Edison Carneiro foi o historiador que mais analisou a sua participação nas lutas contra Palmares, tendo dedicado um capítulo somente para Carrilho, em seu livro *O Quilombo dos Palmares*. Baseando-se na idéia da existência de uma única e duradoura guerra contra os mocambos palmarinos, Carneiro afirma que, com a chegada

⁸² Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.

⁸³ Carta de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor de Alagoas de 5 de novembro de 1665. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 188v-189v, doc. 151.

de Fernão Carrilho, os rumos da guerra foram alterados, trazendo uma maior eficiência às tropas coloniais.⁸⁴

Porém, os feitos militares de Carrilho contra Palmares não foram retratados desse modo por todos os seus contemporâneos. Como nota Silvia Lara, por exemplo, a expedição de 1677 foi registrada na secretaria do Conselho Ultramarino como tendo sido uma vitória dos moradores da capitania de Pernambuco, e não do governador ou de Fernão Carrilho⁸⁵.

O modo como Carrilho atestou seus feitos também é um dado interessante a ser analisado. Em uma consulta do Conselho Ultramarino feita em 1681 consta como antecedente à expedição de 1677 a sua participação na “guerra dos mocambos de Sergipe de ElRei”, como capitão de infantaria da ordenança e cabo das tropas⁸⁶. Segundo o mesmo documento, depois disso ele lutara contra outros “negros levantados” nos sertões da Bahia até o Rio de São Francisco, e participara também do descobrimento das minas de Itabaiana.

Ao relatar a vinda de Fernão Carrilho para Pernambuco, o documento de 1681 afirma que ele participara de uma expedição contra Palmares em 1676, logo após ser nomeado pelo governador dom Pedro de Almeida como “capitão-mor daquela guerra”. Em 1677, então, teria sido organizada uma nova entrada, com um efetivo maior que a primeira⁸⁷.

No entanto, é interessante notar que, apesar de trazer um relato detalhado sobre a entrada de 1677, as informações sobre os feitos de Fernão Carrilho não mencionam em nenhum momento as negociações para o acordo de paz realizado em 1678. Além disso, apesar de ser datada do ano de 1681, essa consulta não traz informações sobre Carrilho posteriores a 1677.

Em outro documento pertencente à mesma série documental da consulta mencionada, mas que não possui data, as ações de Fernão Carrilho são relatadas de modo muito similar, sendo acrescentada nesse a informação de que, de março de 1677 a agosto de 1679, Carrilho serviu como soldado na companhia

⁸⁴ Edison Carneiro. “Fernão Carrilho”. *Op. Cit.*, pp. 109-133.

⁸⁵ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 31.

⁸⁶ Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de novembro de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1208.

⁸⁷ Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de novembro de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1208.

do mestre de campo dom João de Sousa. Mesmo assim não é mencionado nenhum tipo de negociação de paz com os palmarinos⁸⁸.

De acordo com esse documento, a expedição de 1677 fez, em um primeiro momento, 70 prisioneiros, e matou muitos, incluindo um “potentado” palmarino. Depois desse encontro inicial com os negros, as tropas investiram contra uma “cerca” fortificada, que seria a “praça de armas” palmarina. Nesse mocambo teria sido então, formado um arraial, de onde partiram tropas durante mais de quatro meses, resultando no apresamento de 200 negros, incluindo parentes do “rei”, e na morte de muitos, incluindo quatro filhos do “rei”, o seu “mestre de campo” e alguns “potentados”. O resultado final da expedição de 1677 teria sido, portanto, uma grande diminuição da população palmarina e o abalo de sua estrutura política e militar, tudo isso alcançado sem “grandes aumentos da Fazenda Real”⁸⁹.

Outro participante da entrada comandada por Fernão Carrilho em 1677, Antônio Pinto Pereira, tem seus feitos militares relatados em uma consulta do Conselho Ultramarino de 1689⁹⁰. Nela os detalhes sobre a expedição não são mencionados, nem o nome de Fernão Carrilho, nem o do governador dom Pedro de Almeida. Em contrapartida, o destaque é dado à atuação individual de Antônio Pereira – como não poderia deixar de ser em um documento dessa natureza – e ao governo de Aires de Sousa de Castro, que havia lhe passado a patente de capitão reformado.

Ao contrário do documento que atesta os feitos de Fernão Carrilho, essa consulta de 1689 menciona o acordo de paz de 1678. De acordo com o texto, o principal dos Palmares foi obrigado a “pedir pazes ao governador Aires de Sousa de Castro” por meio da ação de Antônio Pinto Pereira. Ele, que na época poderia ser um alferes ou um capitão, teria ainda ido a Palmares participar do deslocamento dos palmarinos para a região de Cucaú e participado de outras entradas contra Palmares.

Parece plausível afirmar que a omissão de menções aos desfechos diplomáticos da expedição de 1677 em documentos que tinham a finalidade

⁸⁸ Informação do Conselho Ultramarino. S.d. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1151.

⁸⁹ Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de novembro de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1208.

⁹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 28 de janeiro de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1273.

de atestar as vitórias obtidas por Fernão Carrilho ocorreu porque o acordo de paz de 1678 não obteve os resultados esperados por seus idealizadores. Já no caso de Antônio Pinto Pereira, como o fim de Cucaú é descrito, as expedições das quais ele participou não são retratadas como um fracasso.

Em 1681 já era sabido que as lutas contra os mocambos palmarinos não haviam terminado, sendo que entre 1679 e 1681 várias expedições militares já haviam sido enviadas contra Palmares. Além disso, mesmo em 1678 as opiniões acerca das vantagens de um acordo com os palmarinos não eram unânimes. Como demonstrou Silvia Lara, havia outros planos e sugestões bem diversos para acabar com Palmares⁹¹. Na documentação aqui pesquisada é possível encontrar um parecer cujo autor (provavelmente o procurador da Coroa) demonstra, em outubro de 1678, bastante receio quanto à realização de um acordo de paz com os palmarinos. Segundo ele, os habitantes de Palmares eram “gentios”, acostumados a viver longe da lei de Deus e, mesmo tendo sido batizados, deveriam viver longe das populações cristãs. Conceder a eles um terreno onde poderiam “fabricar novas aldeias” e lhes devolver as mulheres e filhos capturados durante a entrada seria, portanto, auxiliar o aumento e a propagação de seus mocambos⁹².

Por quais razões, então, o governador dom Pedro de Almeida teria optado por realizar um acordo de paz em 1678? Seria apenas porque alguns líderes palmarinos demonstraram interesse em realizá-lo?

É certo que havia uma pressão sobre dom Pedro de Almeida para que a ameaça palmarina fosse rapidamente extinta. Segundo uma consulta do Conselho Ultramarino datada de janeiro de 1680, dom Pedro de Almeida foi encarregado, quando veio à América governar Pernambuco, da “conquista e da guerra dos negros dos Palmares”⁹³. De acordo com a documentação pesquisada, três expedições foram realizadas durante o governo de dom Pedro

⁹¹ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, especialmente pp. 25-28.

⁹² Parecer do procurador da Coroa de 11 de outubro de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1118, anexo 01.

⁹³ Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de janeiro de 1680. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 26-27v.

de Almeida antes da de 1677: em 1674⁹⁴, em 1675⁹⁵, e em 1676, sendo esta comandada por Fernão Carrilho⁹⁶.

Porém, nessas séries não há muitas informações sobre os resultados dessas três expedições, sendo que provavelmente eles não foram muito bons. O período do governo de dom Pedro de Almeida chegava ao fim, e, apesar da captura de vários palmarinos, ficava claro para o governo colonial que acabar com todos os mocambos de maneira definitiva não seria tarefa para curto prazo.

Além disso, assim como Jerônimo de Mendonça Furtado, dom Pedro de Almeida não teve um governo tranqüilo. Segundo Silvia Lara, ele fora nomeado para o governo de Pernambuco de maneira irregular, pois sua nomeação ocorrera por meio de um decreto régio, e não pelo o procedimento comum⁹⁷. Além disso, seu relacionamento com as câmaras e com algumas pessoas influentes da capitania, como João Fernandes Vieira, era conflituoso⁹⁸.

Uma das áreas de discórdia entre o governador e as câmaras da capitania foi justamente a preparação para a expedição que foi realizada em 1677. Os moradores de Alagoas, por meio de sua câmara, recusaram-se a cumprir a ordem do governador de ceder seus escravos para carregarem os mantimentos que seriam ajuntados para a entrada. Por fim, os moradores acabaram concordando em fornecer os escravos, contanto que fossem compensados pelos escravos mortos e reembolsados pelas munições que teriam que fornecer⁹⁹.

A escolha de Fernão Carrilho para comandar a sua guerra contra Palmares e a escolha pela realização do acordo de paz no final de seu governo devem ser entendidas, portanto, nesse contexto do governo de dom Pedro de Almeida. Ele, porém, não foi o único governador a escolhê-lo como cabo de uma expedição contra os mocambos palmarinos.

⁹⁴ Informação do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1715.

⁹⁵ Informação do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx.12, D. 1230.

⁹⁶ Informação do Conselho Ultramarino. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1151; Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de novembro de 1681. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1208.

⁹⁷ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 15.

⁹⁸ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 22, 28, 72.

⁹⁹ Silvia H. Lara. *Palmares & Cucaú*, p. 28.

João da Cunha Souto Maior, o mesmo governador que firmou o contrato com os paulistas em 1687, nomeou, em 1685, Fernão Carrilho como “cabo e capitão-mor” das tropas que ele enviava contra Palmares¹⁰⁰. Antes disso, porém, Carrilho tinha sido preso por ordens do então governador de Pernambuco dom João de Sousa, durante uma entrada comandada pelo sertanista em 1683¹⁰¹. O motivo de sua prisão é muito interessante: ele havia feito um acordo de paz com os palmarinos sem a autorização do governador¹⁰².

Apesar de em sua expedição anterior ter descumprido as ordens de seus superiores, Fernão Carrilho foi solto por Souto Maior, que alegou não ter outra pessoa tão “prática” nessa guerra como ele¹⁰³. Carrilho comandou, então, uma nova entrada em 1685, caindo em uma “emboscada” feita pelos palmarinos¹⁰⁴. De acordo com a avaliação de Souto Maior, Carrilho tivera nela uma boa atuação, seguindo o regimento a ele dado, e só não obteve melhores resultados porque o inverno chegara rigoroso e os recursos para a entrada haviam acabado.

Apesar de aparentemente não culpar Carrilho pelos fracassos da expedição de 1685, o governador de Pernambuco optou por dar continuidade às negociações com Domingos Jorge Velho, firmando o contrato já mencionado em 1687. Contudo, entre o acerto desse contrato e o primeiro confronto entre os paulistas e os palmarinos passaram-se cinco anos. Durante esse tempo foram planejadas outras expedições a Palmares, lideradas por comandantes

¹⁰⁰ Nomeção de João da Cunha Souto Maior a Fernão Carrilho de 6 de setembro de 1685. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 402-403, doc. 7.

¹⁰¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de novembro de 1684. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fl. 37 v; Carta de dom João de Sousa de 10 de agosto de 1684. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1298.

¹⁰² Nomeção de João da Cunha Souto Maior a Fernão Carrilho de 6 de setembro de 1685. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 402-403, doc. 7.

¹⁰³ Nomeção de João da Cunha Souto Maior a Fernão Carrilho de 6 de setembro de 1685. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 402-403, doc. 7.

¹⁰⁴ Carta de João da Cunha Souto Maior ao rei de 2 de agosto de 1686. AHU_ACL_CU_015, Cx. 14, D. 1383.

locais. Porém, na documentação pesquisada não há indícios de que essas entradas chegaram a ser realizadas¹⁰⁵.

A expedição de 1694, portanto, aconteceu durante o governo de Caetano de Melo de Castro, mas ainda sob as condições estabelecidas em 1687. Porém, como afirma Jorge Velho em sua carta de julho de 1694, as mudanças feitas nas cláusulas do contrato pelo rei e pelo marquês de Montebelo o prejudicariam de tal forma que ele teria que abandonar a campanha, como havia feito o mestre de campo Matias Cardoso de Almeida na guerra contra os índios no rio Grande¹⁰⁶. As mudanças a que o sertanista se refere dizem respeito principalmente à recusa do rei em abrir mão dos quintos. Pelo contrato de 1687, o governador João da Cunha Souto Maior havia, sem autorização prévia da Coroa, isentado os paulistas de pagarem o quinto régio sobre as presas que seriam feitas por eles. Ao validar o contrato, o rei não aprovava esse capítulo, obrigando o pagamento dos quintos¹⁰⁷.

Outro item do contrato que gerou descontentamento aos paulistas foi o da doação de sesmarias. Segundo o alvará régio de 1693, as leis de sesmarias deveriam ser respeitadas, fazendo com que as terras palmarinas que comprovadamente já possuíssem dono não pudessem ser doadas a Jorge Velho e seus subordinados¹⁰⁸. Com isso, poucas léguas de terra estariam

¹⁰⁵ Ver, por exemplo, a expedição planejada por Souto Maior em 1686 (Ordem de João da Cunha Soto Maior a Paulo Fernandes Moreira de 4 de abril de 1687. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 440v, doc. 121), a planejada pelo capitão Antônio de Sousa Souto, em 1689 (Ordem de Matias de Figueiredo Melo de 16 de fevereiro de 1689. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 468v-469, doc. 7), e a planejada pelo governador Antônio Luís G. da Câmara Coutinho, em 1690 (Carta de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho a Rodrigo de Barros Pimentel de 12 de fevereiro de 1690. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 487-487v, doc. 16 e 17).

¹⁰⁶ Carta de Domingos Jorge Velho ao rei de 15 de julho de 1694. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674, anexo 10.

¹⁰⁷ Alvará régio de confirmação de 7 de abril de 1693. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 04; Cópia de alvará régio de 12 de março de 1695. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 02.

¹⁰⁸ Alvará régio de confirmação de 7 de abril de 1693. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 04.

“disponíveis” para serem povoadas e cultivadas pelos paulistas, como determinava o contrato¹⁰⁹.

Desse modo, a participação dos paulistas nas tentativas de destruir os mocambos palmarinos também esteve envolta em conflitos, que foram conseqüência em parte da escolha de João da Cunha Souto Maior de conceder às tropas de Domingos Jorge Velho mercês sem consultar o rei ou seus procuradores e conselheiros.

Como foi visto aqui, as expedições de 1664, de 1677 e de 1694 geraram muitas discussões documentadas sobre as estratégias possíveis de lutas contra Palmares. Isso demonstra que a escolha pelo envio de expedições militares aos mocambos palmarinos não foi uma decisão simples de ser tomada, nem a reação mais “natural” por parte do poder colonial. Além disso, as três expedições privilegiadas nesse capítulo evidenciam as muitas formas que as entradas assumiram, variando principalmente de acordo com o cenário político e administrativo da capitania de Pernambuco. Desse modo, por meio da análise específica de algumas entradas que estão melhor documentadas, é possível perceber muitas das questões levantadas nos Capítulos 1 e 2, e compreender melhor sobre as diferenças entre as diversas guerras realizadas contra Palmares.

¹⁰⁹ A promessa de doação de terras palmarinas às pessoas que participassem das expedições não é uma novidade do contrato realizado com os paulistas em 1687. Na documentação pesquisada há uma lista da quantidade de léguas de terras palmarinas que seria doada a militares como Fernão Carrilho, Manuel Lopes, Gonçalo Moreira da Silva e Estevão Gonçalves, após a realização do acordo de paz de 1678. “Declaração das léguas de terra que se tem dado por sesmaria em todas estas capitanias de Pernambuco depois que o governador Aires de Sousa de Castro tem cessado o prejuízo que faziam os negros dos Palmares que foi a causa porque as pediram as pessoas desta relação”. AHU_ACL_CU_015, Cx. 12, D. 1150, anexo 01.

[conclusão]

Todos os autores de Palmares tiveram o desafio de reunir informações dispersas pela documentação colonial e dar a elas um sentido, para construir a história dos palmarinos. Porém, poucos foram os autores que explicitaram esse processo de construção e mencionaram as lacunas e contradições encontradas durante suas pesquisas. Desse modo, as principais obras escritas sobre Palmares deixam-nos a impressão de que ali há um extenso saber consolidado sobre o tema, mas que é difícil de ser contestado e interpretado de outra forma.

Ao darem sentido às informações reunidas sobre Palmares, os historiadores tenderam a compreendê-las como componentes de uma única história de um único “quilombo”, denominado Palmares. Como mencionado na Introdução, a continuidade histórica construída em torno de Palmares implicou a concepção da existência de uma única guerra de combate aos palmarinos, que teve diferentes momentos e táticas, mas que permaneceu a mesma ao longo de toda a existência dos mocambos.

Além disso, na historiografia de Palmares foi dada primazia às ações militares contra os mocambos, fazendo com que os acordos de paz e outras táticas não-bélicas fossem colocados em segundo plano. Assim, contou-se uma história palmarina baseada nas expedições militares regressivas, interpretadas como parte de um único e duradouro esforço do poder colonial para destruir Palmares.

Entretanto, ao analisar a documentação escolhida para esta pesquisa, foi possível perceber vários indícios contrários à idéia da existência de uma única guerra contra Palmares. Em primeiro lugar, nos documentos pesquisados o termo “guerra” no singular é utilizado muitas vezes como sinônimo de “luta” e de “confronto”, mas sem transmitir a idéia da existência de uma guerra planejada e iniciada no começo do século XVII. Por exemplo, ao expedir uma ordem ao provedor da Fazenda Real, em 1672, o governador de Pernambuco Fernão de Sousa Coutinho afirmou ser conveniente “[...] dar princípio à guerra dos Palmares e fazer jornada contra os negros levantados, para os destruir e livrar estes povos da opressão que padecem [...]”¹.

¹ Ordem de Fernão de Sousa Coutinho ao Provedor da Fazenda Real de 13 de setembro de 1672. AUC, CCA, IV, 3ª-I-1-31, fl. 322, doc. 233.

Nesse documento, o governador demonstra a sua intenção de iniciar novos confrontos contra os palmarinos, chamados por ele de “guerra”, mas que não são vinculados às tentativas anteriores de destruição dos mocambos. Do mesmo modo, em 1678, o governador Aires de Sousa de Castro afirma que seu antecessor, dom Pedro de Almeida tinha principiado “esta guerra dos Palmares”², a qual ele afirma dar continuidade, mas que não está ligada, por exemplo, à guerra iniciada em 1672 por Sousa Coutinho.

Porém, há alguns documentos em que o termo “guerra” aparenta se referir a algo mais amplo, como na carta escrita por João da Cunha Souto Maior ao rei em 1685. Nela, o governador de Pernambuco afirma ter enviado anteriormente outra carta, na qual prestava contas de como encontrou “a guerra dos Palmares”³. Contudo, mesmo nesse caso específico, a referência é feita aos combates promovidos pelo seu antecessor, e não a uma guerra iniciada décadas atrás.

Em segundo lugar, além da terminologia empregada na documentação, é possível argumentar que as expedições militares não foram a única resposta dada pelo poder colonial e pelos moradores de Pernambuco às ameaças representadas pela existência de uma comunidade (ou mais) de escravos fugitivos na região dos Palmares. Como foi visto no Capítulo 3, algumas opções não-militares foram empregadas pelos governadores de Pernambuco, sendo que, nos documentos pesquisados, duas delas aparecem com maior frequência: os acordos de paz e a formação de aldeias indígenas em locais próximos às vilas para evitar ataques palmarinos.

Contudo, na historiografia sobre Palmares, essas duas medidas são interpretadas como saídas encontradas pelo poder colonial quando as expedições militares não obtinham o resultado esperado. É provável que alguns governadores tenham optado, em determinados momentos, por evitar novos confrontos militares, que necessitavam de articulações políticas e muitas vezes não alcançavam bons resultados, além de poderem acarretar perdas de

² Carta de Aires de Sousa de Castro ao príncipe regente de 15 de junho de 1678. AHU_ACL_CU_015, Cx. 11, D. 1114.

³ Carta de João da Cunha Souto Maior ao rei de 7 de novembro de 1685. AHU_ACL_CU_015, Cx. 13, D. 1345.

mantimentos, armamentos e mesmo vidas. No entanto, na documentação há exemplos nos quais as ações não-militares estavam previstas antes mesmo de se saber o resultado da expedição enviada, não sendo, portanto, uma espécie de “plano alternativo”.

É o caso dos regimentos expedidos pelo governador Mendonça Furtado para a expedição realizada em 1664, analisados no Capítulo 3⁴. Por ele ficavam determinados vários aspectos da entrada militar, mas também que, após o seu término (independentemente de seus resultados), uma aldeia deveria ser formada com os índios comandados pelo capitão-mor dom Diogo Camarão, nas proximidades de Alagoas, de maneira a evitar novos ataques palmarinos e de continuar a capturar os que se escondessem dos soldados da expedição.

A utilização de aldeias indígenas como “escudo” também aparece na documentação pesquisada sem estar necessariamente vinculada a nenhuma expedição. Em 1686, por exemplo, o rei ordenou ao governador João da Cunha Souto Maior que a aldeia de Arantagi não fosse desfeita, pois o engenho onde estava localizada necessitava de proteção contra “os negros dos Palmares”⁵. Do mesmo modo, em 1689, o governador Matias de Figueiredo ordenou ao capitão Antônio Pessoa Arcoverde que não transferisse as famílias indígenas da aldeia de Tapeçuro para a de Ipojuca, por serem necessários no local para a defesa dos moradores contra “os negros levantados dos Palmares”⁶.

Assim, é possível perceber que nem sempre a expedição militar foi a primeira opção adotada pelo poder colonial e pelos moradores para resolver os problemas causados pelos palmarinos. A existência de várias tentativas de realização de acordos de paz com os palmarinos também demonstram que muitas vezes a ação militar não era a melhor opção em determinado momento.

Além disso, em alguns casos o oferecimento das pazes esteve previsto desde o início da preparação da expedição militar, como aconteceu em 1662,

⁴ Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão Antônio da Silva Barbosa de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 164v-166v, doc. 122; Regimento de Jerônimo de Mendonça Furtado ao capitão-mor dom Diogo Pinheiro Camarão de 26 de novembro de 1664. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 167-167v, doc. 123.

⁵ Ordem régia a João da Cunha Souto Maior de 9 de dezembro de 1686. AUC, CCA, IV, 3^a -I-1-33, fl. 134v-135, doc. 5.

⁶ Ordem de Matias de Figueiredo Melo a Antônio Pessoa Arcoverde de 27 de março de 1689. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 471v, doc. 17.

na entrada organizada pelo governador Francisco de Brito Freire. Segundo o regimento expedido por ele em 1661, depois dos primeiros confrontos com os palmarinos, o comandante da expedição deveria escolher dentre os prisioneiros os dois mais “antigos”, e, por meio deles, enviar aos outros palmarinos um papel que trazia as condições para a realização de um acordo de paz⁷. Brito Freire previu ainda, nesse regimento, a possibilidade de mandar soldados para, em uma expedição diplomática, escoltar os líderes palmarinos que viessem até ele negociar as pazes.

Mesmo depois do acordo de paz de 1678 e das dificuldades proporcionadas pelos palmarinos que não quiseram ir para Cucaú, a idéia de um acordo de paz permaneceu no horizonte dos governantes da capitania. Em 1682, dom João de Sousa escreveu a João da Fonseca, pois este havia iniciado negociações com Zumbi. Em sua carta, o governador afirmou que aquele era um assunto de muita importância, e por isso deveria ser tratado em sua presença. Apesar de Fonseca não ter respeitado a hierarquia de governo ao tomar a iniciativa nas negociações, dom João de Sousa aprovou a possibilidade de uma negociação diplomática com Zumbi, e concedeu a ele 20 dias de prazo para vir à sede do governo e firmar um acordo⁸.

A idéia de uma única e duradoura guerra contra Palmares que alternou períodos de luta e períodos de paz por falta de opções não se sustenta, portanto, quando observamos que tanto a prevenção de ataques palmarinos por meio de vilas indígenas quanto a negociação de acordos de paz não estiveram necessariamente vinculados ao fracasso de ações militares.

Em terceiro lugar, as próprias expedições militares evidenciam que houve várias guerras contra Palmares. Conforme demonstrado no Capítulo 1, há semelhanças entre as várias entradas realizadas no período estudado, principalmente no que diz respeito aos modos de financiamento e às ordens iniciais. Porém, muitas das motivações e justificativas aparecem na documentação de modos diversos, sendo difícil, por exemplo, reunir em uma mesma guerra a expedição idealizada e organizada por Cristovão Lins

⁷ Regimento de Francisco de Brito Freire de 29 de dezembro de 1661. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 66-66v, doc. 60.

⁸ Carta de dom João de Sousa a João da Fonseca de 23 de maio de 1682. AUC, CCA, IV, 3^a-I-1-31, fl. 384, doc. 49.

após um ataque palmarino aos seus canaviais (em 1673)⁹, e a ocorrida em 1694, com a clara intenção do governo de Pernambuco de vencer definitivamente os palmarinos¹⁰.

Além disso, as diferentes maneiras de organizar militarmente as expedições vistas no Capítulos 2 também evidenciam a existência de várias guerras contra Palmares. Analisando-se a documentação escolhida para este trabalho não é possível afirmar que os governadores de Pernambuco tenham organizado suas expedições do mesmo modo que seus sucessores, com a intenção de dar continuidade a uma guerra iniciada muito antes de seus governos.

Apesar de terem sido encontradas semelhanças na documentação, o contexto em que essas expedições foram produzidas não é o mesmo, como foi visto no Capítulo 3. As principais mudanças encontradas ocorreram na composição das tropas e no tipo de comandante escolhido. Entre a expedição de 1664 e a de 1694, por exemplo, muito se alterou em Pernambuco e em Palmares, e, ainda que os governadores da capitania tenham optado pelo envio de expedições militares nas duas situações, as tropas do capitão Antônio da Silva e do capitão-mor Camarão quase nada tiveram em comum com as tropas do sertanista Domingos Jorge Velho.

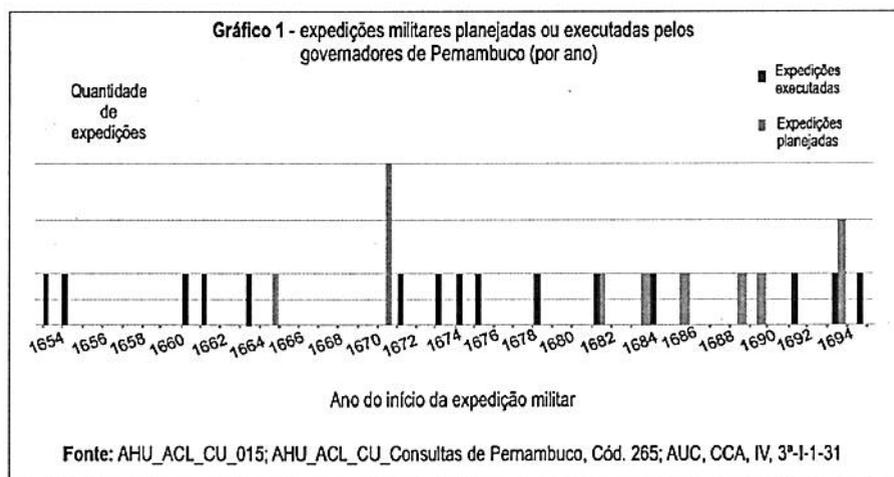
A comparação entre as expedições de 1664 e 1694 revelou também que os governadores da capitania de Pernambuco tinham autonomia suficiente para determinar o modo como os palmarinos deveriam ser combatidos: utilizando a estrutura militar da própria capitania, como no caso de Mendonça Furtado, ou delegando poder por meio de um contrato para alguém que tinha experiência na guerra brasileira, mas que estava fora da hierarquia de governo oficial, como no caso de João da Cunha Souto Maior. Desse modo, torna-se difícil afirmar que havia uma guerra iniciada nos primeiros anos do século XVII, planejada pela Coroa portuguesa e executada por todos os que

⁹ Carta de Fernão de Sousa Coutinho ao príncipe regente de 19 de agosto de 1673. AHU_ACL_CU_015, Cx. 10, D. 988.

¹⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 13 de novembro de 1694. AHU_ACL_CU_015, Cx. 17, D. 1674; Requerimento de Domingos Jorge Velho ao rei. AHU_ACL_CU_015, Cx. 18, D. 1746, anexo 02.

governaram a capitania de Pernambuco enquanto durou o “quilombo dos Palmares”.

Como para este trabalho foram escolhidas três séries documentais de cunho administrativo, referentes ao governo da capitania de Pernambuco e ao Conselho Ultramarino, não é possível elaborar uma cronologia, nem mesmo determinar quais foram os períodos com mais expedições ou os que não registraram confrontos militares com os palmarinos. Isso porque há expedições que estão documentadas somente em séries que não fizeram parte desta pesquisa, algumas das quais aparecem mencionadas na historiografia¹¹. Porém, com a análise das entradas militares encontradas na documentação pesquisada é possível ter uma idéia de quais foram os períodos em que os governadores de Pernambuco mais enviaram expedições contra Palmares. No gráfico a seguir estão representadas as expedições executadas – ou seja, sobre as quais foram encontrados documentos relatando seu efetivo acontecimento –, e também as expedições planejadas – aquelas sobre as quais só foram encontrados documentos referentes à sua preparação, mas não à sua execução.



¹¹ Para as expedições mencionadas pela historiografia que não foram encontradas nas séries documentais aqui pesquisadas, ver a Tabela 3, p. 40.

Pelo gráfico é possível perceber que o período que compreende os anos de 1671 a 1695 é o que apresenta o maior número de expedições, sendo elas executadas ou somente planejadas. Antes de 1671, portanto, é improvável que os governadores de Pernambuco tivessem ordens específicas da Coroa para realizar uma única guerra contra Palmares. Se assim fosse, o número de expedições enviadas certamente seria maior.

Mesmo assim, durante os 24 anos de maior ação militar, há períodos em que nenhuma expedição aparece como realizada ou nem mesmo planejada pelos governadores de Pernambuco. Nesse período, passaram pela capitania de Pernambuco 10 governadores diferentes, além de uma junta provisória (no ano de 1674)¹², e apenas dom Pedro de Almeida (1674-1678) aparece na documentação pesquisada como tendo sido instruído especificadamente para guerrear contra Palmares quando assumiu o governo da capitania. Em uma consulta de 1673, o Conselho Ultramarino sugeriu ao príncipe regente que o sucessor do governador Fernão de Sousa deveria levar instruções para acabar com as ameaças palmarinas o mais rápido possível¹³, tornando esse um dos poucos pontos de continuidade entre as ações dos governadores de Pernambuco observados nas séries documentais pesquisadas.

Outro período de continuidade pode ser visto no processo de contratação da tropa de Domingos Jorge Velho, iniciado pelo governador João da Cunha Souto Maior (1685-1688), antes de 1687, e continuado pelo Marquês de Montebelo (1690-1693) e por Caetano de Melo de Castro (1693-1699). Porém, o fato de os três governadores terem buscado trazer os paulistas para lutar contra Palmares não significa que eles tivessem em mente a participação em uma guerra iniciada anteriormente, e que continuaria após seus governos.

Assim, ao contrário da historiografia, que narrou a destruição de Palmares como uma longa e duradoura guerra que teve alguns momentos

¹² Evaldo Cabral de Mello. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco. 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 455.

¹³ Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de novembro de 1673. AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Cód. 265, fls. 2-2v.

de “trégua”, o que pode ser percebido por meio desta pesquisa é que não há indícios capazes de sustentar tal cenário. O que se pode concluir a partir deste exercício de análise é que os documentos selecionados apontam para a realização de diversas “guerras” contra Palmares, cujas escolhas dependeram mais do governo da capitania de Pernambuco do que do governo metropolitano, e que foram condicionadas por inúmeros fatores, que incluem as disputas de poder locais, a situação econômica da capitania e a estrutura militar da região.

[fontes e bibliografia]

Fontes manuscritas:

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Coleção Conde dos Arcos – Disposições dos governadores de Pernambuco (1648-1696) – cota IV, 3^a – 1 – 1 – 31.

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Pernambuco (1590 – 1825), disponibilizados pelo Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco (CDs 1 e 2).

Livro de registro de cartas régias, provisões e outras ordens para Pernambuco, do Conselho Ultramarino (AHU_ACL_CU_Consultas de Pernambuco, Códice 265).

Fontes impressas:

“Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador dom Pedro de Almeida de 1675 a 1678, (M. S. oferecido pelo Exm. Sr. Conselheiro Drummond)”. *RIHGB*, 22 (1859), pp. 303-329.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*. Coimbra, 1712 – 1728. (Disponível online pelo IEB/USP: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>; acesso em 25/01/2009).

COUTO, Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco [1757]. *Anais da Biblioteca Nacional*, 25, 1904.

MORENO, Diogo de Campos. *Livro que dá razão do Estado do Brasil – 1612*. (Ed. Helio Vianna). Recife: Arquivo Público Estadual, 1955.

PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa desde o anno de 1500, do seu descobrimento, até o de 1724*. [1730] 2ª ed. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

Segundo Livro de Vereações da câmara da vila de Alagoas, de 1666 a 1681. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas*, 7 (1875), pp. 179-180.

Bibliografia:

ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro: Xenon, 1988.

ANDERSON, Robert N. "The Quilombo of Palmares: A New Overview of a Marron State in Seventeenth-Century Brazil". *Journal of Latin American Studies*. 28 (1996), pp. 545-566.

ARÃO, Manuel de. "Os quilombos dos Palmares". *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. 24, n. 115-118 (1922), pp. 246-247.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir) *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.

CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. [1947] 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração. 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos. 1635-1665*. [1923] Vol. 2 e 3. 2ª. Ed [Fac-simile da edição de 1952]. Recife: FUNDARPE, 1983.

- COTTA, Francis Albert. *No Rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938.
- _____. *Os Palmares (Subsídios para a sua história)*. Lisboa: I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. 5ª Secção, 1937.
- FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. [1973] 5ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1990.
- FUNARI, Pedro Paulo de A. "A arqueologia de Palmares. Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana" in: João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, (orgs.), *Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas. Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, Século XIX*. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.
- _____. *Palmares: Escravidão e Liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005.
- HESPANHA, Antônio Manuel. "Introdução" e "Conclusão" in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir) *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.
- KENT, Raymond K. "Palmares: An African State in Brazil" *Journal of African History*, vol. 6, n. 2 (1965), pp. 161-175.
- LARA, Silvia Hinold. "Blowin'in in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil" in *Projeto História*. São Paulo, n. 12, out (1995), pp. 43-56.

- _____. “Do singular ao plural: Palmares, capitães-do-mato e o governo dos escravos” in João José Reis; Flávio dos Santos Gomes (orgs.) *Liberdade por um Fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. *Palmares & Cucaú: o aprendizado da dominação*. Tese de Titularidade. Campinas: Unicamp, 2009.
- MATTOS, Hebe. “‘Pretos’ and ‘Pardos’ between the Cross and the Sword: Racial Categories in Seventeenth Century Brazil”. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, 80, abr (2006), pp. 43-55 (disponível online em http://www.cedla.uva.nl/60_publications/PDF_files_publications/80RevistaEuropea/80Mattos-ISSN-0924-0608.pdf; acesso em 03/06/2010).
- MATTOS, Hebe. “Da guerra preta às hierarquias de cor no Atlântico português”. *XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH* (2001), pp. 1-11. (disponível online em <http://snh2007.anpuh.org/site/anaiscomplementares>; acesso em 02/06/2010).
- MELLO, Antônio Joaquim de. *Biografia de Alguns Poetas, e Homens Ilustres da Provincia de Pernambuco*. Tomo II. Recife: Typographia Universal, 1858.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco. 1666-1715. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3ª ed. São Paulo: Ed. 34, 2007.
- MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Henrique Dias. Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, CNPq, 1988.
- MOURA, Clóvis Moura. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* [1959]. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado aberto, 1988.

- PÉRET, Benjamin. "O que foi o quilombo de Palmares?" *Anhembi*, 65, abr. (1956), pp. 230-249, e 66, mai (1956), pp. 467-486.
- PÉRET, Benjamin. *O quilombo dos Palmares*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2002.
- POMPO, Rocha. *História do Brasil*. [1905]. 14ª ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1967.
- PUNTONI, Pedro. "As Guerras no Atlântico Sul: A Ofensiva Holandesa (1624-1641)" in BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir) *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Circulo de Leitores, 2004.
- PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização dos sertão nordestino do Brasil. 1650-1720*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP, 1998.
- RAMINELLI, Ronald. "Privilegios y malogros de la familia Camarão". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos. Coloquios* (2008), pp. 2-11. (disponível online em <http://nuevomundo.revues.org/index27802.html>; acesso em 02/06/2010).
- REIS, Andressa Mercês Barbosa dos. *Zumbi: historiografia e imagens*. Dissertação de Mestrado. Franca: Unesp, 2004.
- REIS, João José Reis e Flávio dos Santos Gomes. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, Nina. "A Troia Negra. Erros e lacunas da história de Palmares" em *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, vol. XI, n. 63, set (1904), pp. 645-672.
- _____. *Os Africanos no Brasil*. [1906] 6ª ed. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/Ed. UNB, 1982.

SALGADO, Graça (coord.) *Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. "Black slaves in Palmares, Brazil – The mocambo revolt" *Histoire*, 41 (1982), pp. 38-48.

_____. "Mocambos, Quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial" *Estudos Econômicos*, 17, n. especial (1988), pp. 61-88.

_____. "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos negros e indígenas". *Afro-Ásia*, 29/30 (2003), pp. 13-40.

_____. "The 'Mocambo': Slave Resistance in Colonial Bahia". *Journal of Social History*, v. 3, n. 4 (1970), pp. 313-333.

_____. *Escravos, roceiros e rebeldes*. (trad. do original de 1992) Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

THORNTON, John K. "Les États de l'Angola et la formation de Palmares (Brésil)". *Annales HSS*, n. 4, juillet-août (2008), pp. 769-797.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Rua Cora Coralina s/n.
13083-896 – Campinas – São Paulo – Brasil

Tel. / Fax.: Livraria (19) 35211604 / Publicações (19) 35211603
pub_ifch@unicamp.br
<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

